



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DOS LIBERTADORES

Jaques Gomes de Jesus

Brasília

2005



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS LIBERTADORES

Jaques Gomes de Jesus

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de Psicologia Social e do Trabalho.

Orientação: Profa. Dra. Maria das Graças Torres da Paz

Co-orientação: Profa. Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida

Brasília/DF, Dezembro de 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – MESTRADO

Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores

Professores componentes da banca examinadora

Dra. Maria das Graças Torres da Paz
Universidade de Brasília
Presidente

Dra. Ana Lúcia Galinkin
Universidade de Brasília
Membro

Dr. Aldry Sandro Monteiro Ribeiro
Universidade Paulista – Brasília
Membro Externo

Dra. Ângela Maria de Oliveira Almeida
Universidade de Brasília
Co-orientadora – Suplente

Há muitos anos minha vó Terezinha me contou que ao se apaixonarem sua bisavó, sinhazinha de Minas Gerais, e seu bisavô, homem negro, os pais daquela

minha tataravó queriam obrigá-la a separar-se de meu tataravô.

Os dois decidiram se amar em liberdade e foram embora da fazenda.

Assim, disse minha avó, a família velha se dividiu em ricos e pobres,

e uma outra família se formou para uma vida nova.

Aos ancestrais, que amavam a liberdade;

À minha avó, que me falou do amor à liberdade;

À memória de minha mãe, que estimulou o meu amor à liberdade;

dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação carrega, além de meu sangue, suor e lágrimas de alegria, os legados de muitas pessoas e instituições que me acompanharam para que ela pudesse nascer e possa caminhar muito além de mim. A essas pessoas agradeço a inestimável contribuição, nestas muitas, e ainda assim, poucas linhas:

Aos meus pais, Gizélio Gomes de Jesus e Maria Marly da Cunha Gomes (*in memoriam*), em primeiro lugar, por todo o amor, demonstrado de maneiras diversas: meu pai com seu trabalho silencioso e realizador, minha mãe com suas palavras de estímulo à iniciativa. Em segundo lugar, por me ensinarem a amar o conhecimento e os livros.

Ao “pobre povo brasileiro / não tem, não tem, não tem dinheiro / o ouro veio do estrangeiro / mas ninguém vê o tal cruzeiro” (“Seu doutor”, marchinha de Eduardo Souto – 1929).

A Brasília, minha terra natal, área urbana do Distrito Federal, que se não fosse tão múltipla em sua identidade eu poderia não ter me tornado tão curioso pelas diferenças.

À Universidade de Brasília, que do seu modo abrigou minha mãe, meu pai e a mim.

À professora doutora Maria das Graças Torres da Paz, minha orientadora e meu porto seguro, que sempre soube de meus sentimentos e divide comigo, além de seus saberes, também tristezas e alegrias: muito obrigado por sempre ter acreditado e compartilhado.

À professora doutora Ângela Almeida, minha co-orientadora, por ter atravessado à minha frente os corredores do Instituto de Psicologia para que outras pessoas investissem nas minhas idéias, e por ter retornado para que eu completasse o ciclo.

Ao professor doutor Cláudio Vaz Torres, por me ter instigado o interesse pelo mestrado e por ser meu sempre orientador, parceiro e, principalmente, amigo.

À professora doutora Ana Lúcia Galinkin, mestra no pensar, agir e sentir, dona de enormes coração e mente, que me aceitou e me abriga em suas grandes e angelicais asas.

Ao professor doutor Aldry Sandro, pelas indispensáveis co-orientações e por ser parceiro deste e de outros momentos de formação pessoal, profissional e militante.

Às pessoas libertas deste e de outros tempos, por ensinarem a todos nós, apesar de qualquer crueldade, a sermos fortes e termos esperança.

Aos meus respondentes, os libertadores, por serem quem são. Não é preciso dizer mais nada além de que, o que vocês são, é em si mesmo um motivo de respeito e agradecimento.

Às organizações governamentais e não-governamentais, em especial à Comissão Pastoral da Terra, por ter sido a primeira a gritar, quando outros estavam cegos, surdos e mudos.

Ao povo da cidade de Marabá, no Pará, que abriu seus portões para que eu pousasse meus olhos, ouvidos, corpo e alma, sobre suas contradições, lutas ferrenhas e esperanças.

Aos professores doutores Hartmut Günther, Maria Fátima Sudbrack, Wanderley Codo, novamente Ana Lúcia Galinkin, Silviane Bonnacorsi Barbato (parceira de passeio na Esplanada), pela minha educação nas disciplinas da pós-graduação.

Às professoras doutoras Ana Magnólia e Gardênia Abbad, por terem sido minhas primeiras orientadoras, em caminhos passados que justificam o meu presente.

À professora doutora Mariza Monteiro Borges, por ter me acompanhado da primeira disciplina da graduação à inscrição na pós-graduação, e falando dos sentimentos de minha mãe com essa trajetória, onde quer que ela esteja.

À professora doutora Elaine Neiva, pelas idéias e o estímulo para experimentar caminhos novos com os dados do Alceste.

À professora doutora Denise Jodelet, por me ter encorajado que o tema da exclusão poderia ser uma representação social.

Ao professor doutor Christian Guimelli, pelas explicações quanto aos caminhos da zona muda e sua relação com o trabalho escravo.

À professora doutora Maria Ros, pelos apontamentos quanto à importância das teorias psicológicas em percepção social para o meu trabalho.

A cada um dos meus alunos da disciplina Psicologia Social, pelo presente de me terem dado várias oportunidades de exercitar, nesta ordem: a crítica, a paciência, o respeito e a admiração. Acredito que vocês todos têm um futuro extraordinário a realizar, não deixem de acreditar.

À minha monitora Isabela Belinha, que nessa disciplina dividiu comigo tais momentos.

Ao grupo de pesquisa da Graça: Rita, Eleuni, Rosânia, Tânia, Eliana, Helena, Marina, Onofre.

Ao Ricardo, mais uma vez lembrado com carinho e gratidão, por ser meu pilar para organizar estas e outras páginas da vida com seriedade, brincadeiras e maturidade, sobretudo.

À minha amiga e primeira chefe, Susana Xavier, por ter acreditado em mim e nos meus trabalhos em todo e qualquer momento.

Ao Magnífico Reitor, professor doutor Timothy Martin Mulholland, meu grande chefe, por ter investido com extraordinário afinco em meus projetos e por ter uma dignidade e uma paciência que me causaram admiração desde a primeira reunião.

Ao meu irmão Tiago, por ter crescido tão rapidamente enquanto eu me formava; ao Gleidson, por ter crescido conosco e nos ter ajudado a crescer.

Ao Sílvio e ao Edson, pela amizade, pelos risos, sugestões todas maravilhosas e por me darem “colo” na sua deliciosa casa na “cidade que não tem fim”, São Paulo, onde em 20 de novembro, no raiar do dia da consciência negra, concluí o corpo bruto deste trabalho.

Às minhas tias e tios, por sempre perguntarem: “e aí, já se formou?”; às minhas primas e meus primos, parceiros que recordam das expectativas da infância.

Aos amigos para sempre, dentro e fora da UnB: Raquel, Thaís, Yandra, Carlos, Fred, Jair, Melissa, Amália, Keynes, Fábio (lembranças à mãe e à avó na cidade maravilhosa), Jansler e tantos outros cujos nomes só cabem no coração.

Aos companheiros e mestres de luta por uma sociedade mais justa: Luiz Mott, Ivair Augusto Alves dos Santos, Abiaíl Ferreira, Denilson Lopes, Clóvis Arantes, Yone Lindgren, Hebert e Raquel do MJ, Perly Cipriano, Elaine Inocência, Humberto Costa, Ronei Lima, Lélia Charliane, Eduardo Silva. Não falta gente boa.

Ao Sérgio e aos freis franciscanos do bairro Confidência, Luciano, Eduardo, Zé Maria, por me terem recebido de braços abertos em Belo Horizonte, para que à noite, sob o silêncio enriquecedor de seu lar, eu acrescentasse paz aos momentos finais de meus escritos.

Aos servidores, prestadores de serviços e estagiários do Instituto de Psicologia que investiram direta ou indiretamente na realização de meu mestrado, em especial Basílio, Joyce, Margareth, Élson, Sônia, Edna e Antonino.

Ao Dezinho e ao Pelé, servidores da UnB que merecem lembranças pelo apoio no momento em que lidei com a dissertação enquanto objeto material.

Ao professor doutor Noraí Romeu Rocco, pela enorme atenção prestada no apoio à pesquisa.

À FINATEC, pelo apoio financeiro para apresentação da pesquisa em Buenos Aires.

“mutato nomine de te fabula narratur [mude os nomes e de ti a história fala].

Por ‘tráfico de escravos’ leia ‘mercado de trabalho’”.

Karl Marx

SUMÁRIO

Lista de Figuras	11
Lista de Tabelas	13
Lista de Anexos	16
Resumo	17
Abstract.....	18

PARTE TEÓRICA

Introdução.....	20
I. Ser Cidadão ou ser Escravo: a Relação de Trabalho Forçado.....	25
II. Conceitos Fundamentais: Pessoa/Sujeito, Alienação, Classes, Liberdade	32
III. Escravidão: Funções Histórica e Social.....	39
III-1. Breve Histórico da Escravidão	39
III-2. Movimentos de Luta pela Libertação.....	51
IV. Escravidão no Brasil Contemporâneo	60
IV-1. Escravidão Contemporânea: Dados Documentais e Perspectiva Econômica.....	60
IV-2. Abordagens acerca da Exploração da Mão-de-Obra.....	62
V. Representações Sociais do Trabalho Escravo e do Trabalho de Libertar.....	67
VI. Problema e Objeto de Pesquisa	76

PARTE EMPÍRICA

Pesquisa 1	79
1. Método.....	79
1.1. Sujeitos	79
1.2. Instrumentos e Procedimentos.....	79
1.3. Análise dos Dados	80

2. Resultados.....	81
3. Discussão.....	92
Pesquisa 2.....	98
1. Método.....	98
1.1. Sujeitos.....	98
1.2. Instrumentos e Procedimentos.....	99
1.3. Análise dos Dados.....	102
2. Resultados.....	104
2.1. Representações Sociais de Libertadores.....	104
2.2. Ramificações e Classes.....	110
2.2.1. Ramificação “O Profissional”.....	110
2.2.2. Ramificação “A Ação”.....	114
2.2.2.1. Ramificação “Significado do trabalho escravo”.....	115
2.2.2.2. Ramificação “Dinâmica de trabalho”.....	119
2.3. Plano Fatorial.....	123
2.4. Teste de Centralidade.....	127
2.5. Eixos de Significado.....	131
3. Discussão.....	138
3.1. Ancoragem.....	139
3.2. Reflexões.....	142
3.3. Reflexões Comparadas, baseadas na Análise de Conteúdo e no Alceste.....	148
Considerações Finais.....	152
Referências Bibliográficas.....	156
Anexos.....	171

Lista de Figuras

Figura 1: Tipos de escravo em função do modo de escravidão.	10
Figura 2: Cidade de Marabá, no estado do Pará.	50
Figura 3: Fiscais calculando direitos de trabalhadores libertos.	51
Figura 4: Condições de trabalho de carvoeiros escravizados.	53
Figura 5: Abrigo de trabalhadores escravizados no Maranhão.	54
Figura 6: Carne em varal de fazenda escravocrata no Pará.	54
Figura 7: Armas retiradas do poder de gatos.	55
Figura 8: Distribuição de frequência percentual das categorias – Organização do Trabalho.	83
Figura 9: Distribuição de frequência percentual das categorias – Vivência de Sofrimento.	87
Figura 10: Distribuição de frequência percentual das categorias – Vivência de Prazer.	90
Figura 11: Distribuição de frequência percentual das categorias- síntese.	90
Figura 12: Campo representacional dos libertadores.	94
Figura 13: Classificação hierárquica descendente das classes estáveis.	104
Figura 14: Quadro sintético das palavras relevantes por classe.	109
Figura 15: Plano fatorial dos eixos temáticos.	124

Figura 16: Centralidade da Representação Social segundo frequência descendente no <i>corpus</i> .	130
Figura 17: Projeções dos eixos de significado sobre o plano fatorial.	131
Figura 18: Projeções dos eixos de significado sobre o plano fatorial.	133
Figura 19: Projeções de correlações entre as palavras sobre as ramificações.	136

Lista de Tabelas

Tabela 1: Diferenças das escravidões moderna e contemporânea.	45
Tabela 2: Indicadores dos municípios de maior emigração de trabalhadores escravizados.	48
Tabela 3: Produção de soja no cerrado brasileiro.	57
Tabela 4: Produção de soja no estado do Mato Grosso.	58
Tabela 5: Custos da soja no cerrado brasileiro.	59
Tabela 6: Dados técnicos de duas esmagadoras de soja.	60
Tabela 7: Quadro-resumo das categorias por entrevista – Organização do Trabalho.	83
Tabela 8: Quadro-resumo das categorias por entrevista – Vivência de Sofrimento.	86
Tabela 9: Quadro-resumo das categorias por entrevista – Vivência de Prazer.	89
Tabela 10: Distribuição da renda média familiar por classe econômica.	99
Tabela 11: Sistema de pontos do Critério de Classificação Econômica Brasil.	100
Tabela 12: Sistema de cortes do Critério de Classificação Econômica Brasil.	101
Tabela 13: Estatística descritiva geral.	106

Tabela 14: Estatística descritiva Classe 1.	106
Tabela 15: Estatística descritiva Classe 2.	107
Tabela 16: Estatística descritiva Classe 3.	107
Tabela 17: Estatística descritiva Classe 4.	107
Tabela 18: Estatística descritiva Classe 5.	108
Tabela 19: Estatística descritiva Classe 6.	108
Tabela 20: Apresentação das palavras específicas da Classe 1 por χ^2 e freqüência na classe.	111
Tabela 21: Apresentação das palavras específicas da Classe 4 por χ^2 e freqüência na classe.	113
Tabela 22: Apresentação das palavras específicas da Classe 2 por χ^2 e freqüência na classe.	115
Tabela 23: Apresentação das palavras específicas da Classe 3 por χ^2 e freqüência na classe.	117
Tabela 24: Apresentação das palavras específicas da Classe 5 por χ^2 e freqüência na classe.	119
Tabela 25: Apresentação das palavras específicas da Classe 6 por χ^2 e freqüência na classe.	121
Tabela 26: Valor próprio e porcentagem de associação de cada fator.	126

Tabela 27: Rol de palavras com $\chi^2 \geq 25,92$ e de classes com PmCat $\geq 14,28\%$.	128
Tabela 28: Percentis das frequências nas classes e no <i>corpus</i> .	129

Lista de Anexos

ANEXO A – Tratado de paz dos escravos rebelados do engenho Santana.	173
ANEXO B – Roteiro de entrevista.	175
ANEXO C – Planilha de registro de juízes em análise de conteúdo.	178
ANEXO D – Formulário de dados pessoais dos respondentes.	180

Jesus, Jaques Gomes de. Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo: Representações Sociais dos Libertadores [Dissertação de Mestrado submetida ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasil, 2005, 180 páginas].

Resumo

O objetivo do presente estudo foi pesquisar as representações sociais de trabalhadores, denominados “libertadores”, ocupados com a libertação de pessoas submetidas aos regimes contemporâneos de trabalho escravo no Brasil. Estima-se a existência no país de 25 mil seres humanos escravizados. A estrutura escravista contemporânea é fenômeno global, e no Brasil envolve contextos sócio-econômicos locais fragilizados e coerção. Os libertadores constituem uma categoria social composta por pessoas afiliadas a organizações governamentais e não-governamentais que se associam para livrar da exploração os trabalhadores escravizados. Foram realizadas duas pesquisas, os instrumentos utilizados para coleta de dados em ambas as pesquisas foram entrevistas semi-estruturadas individuais, compostas por questões abertas. A primeira pesquisa buscou analisar percepções e a construção da identidade profissional dos libertadores, as entrevistas foram aplicadas a 10 sujeitos, integrantes de instituições nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais, de combate ao trabalho escravo, e posteriormente interpretadas por análise de conteúdo. Os resultados indicaram a predominância de experiências de sofrimento relacionadas à percepção da escravidão e de experiências de prazer relacionadas ao trabalho de libertar. As pessoas submetidas à condição de escravos são percebidas como “insatisfeitas”, desassistidas de qualquer “apoio”, seja do Estado, de uma rede social ou de famílias, são porém consideradas “fortes”. Os resultados obtidos sugerem que a organização do trabalho do libertador é afetada pela organização do trabalho do liberto. A segunda pesquisa objetivou aprofundar a pesquisa sobre as representações sociais dos libertadores, investigaram-se as produções textuais de 15 entrevistados, processando os dados no *software* ALCESTE. Os resultados indicaram a existência de seis classes estáveis de contexto relacionadas à formação profissional dos libertadores e à sua ação de libertar, fortemente associadas, e relacionadas a determinados eixos de significado indicadores de que o trabalho dos libertadores tem caráter histórico, político e técnico, e de que há diferenças de sexo e de identificação racial na percepção dos libertadores acerca dos sujeitos escravizados.

Palavras-chave: cidadania, liberdade, escravidão contemporânea, libertadores, representações sociais.

Jesus, Jaques Gomes de. *Slave Labor in Contemporary Brasil: Social Representations of the Liberators* [Master Degree Dissertation submitted to the Psychology Institute of the University of Brasília, Brasil, 2005, 180 pages].

Abstract

The purpose of the present study was to research social representations of workers, named “liberators”, occupied on the liberation of people submitted to the contemporary regimes of slave labor in Brasil. It is estimated the existence in Brasil of 25 thousand enslaved human beings. The contemporary slave structure is phenomenon found in many nations, and in Brasil involves fragile local social-economical contexts and coercion. The liberators constitute a social category compounded by people affiliated to governmental and non-governmental organizations which associate in order to release from the exploitation the slave workers. They were realized two researches, the instruments used to data collection in both the researches were semi-structured interviews, compounded by open questions. The first research aimed to analyze perceptions and the building of the professional identity of the liberators, the researches were applied individually to 10 subjects, integrants of national and international, governmental e and non-governmental organizations, of combat to slave labor, and latter interpreted by content analysis. The results indicated the predominance of suffering experiencies related to the perception of slavery and of pleasure experiences related to the liberating work. People submitted to the condition of slaves are perceived as “unsatisfied”, unassisted by any “support”, neither from the State, from a social net or from families, they are, although, considered “strong”. The results obtained suggest that the organization of the work of the liberator is affected by the organization of the work of the liberated one. The second research aimed to deepen the research on social representations of the liberators, they investigated the textual productions of 15 interviewed ones, processing the data in the software ALCESTE. The results indicated the existence of six stable classes of context related to the professional formation of the liberators and to their liberating action, strongly associated, and related to determined axes of meaning indicators that the liberator work has historical, political and technical character, and that there are sex and racial identification differences on the perception of the liberators about the enslaved subjects.

Key words: citizenship, freedom, contemporary slavery, liberators, social representations.

PARTE TEÓRICA

INTRODUÇÃO

“*Ròch nan dlo pa konnen mizé ròch nan solèyl*”
[As pedras n`água não sabem do sofrimento das pedras sob o sol]

Provérbio em francês do Haiti.

A realização do presente trabalho dependeu de várias iniciativas para se concretizar, uma delas foi a motivação em investigar um tema que causa perplexidade não somente porque expõe o sofrimento e a luta de pessoas como nós, aprisionadas ao incessante conflito humano, mas também por renovar, através da metodologia psicológica, a reflexão sobre o sentido do tempo e da história na formação de nosso *status quo*, conduzido pela elite, porém sustentado pelos humilhados, pelos ofendidos, pelos “projetos de gente humana”, como escreveu Carolina Maria de Jesus (1960), cuja alta monta de seus labores é desvalorizada com facilidade cotidiana.

Nesta pesquisa, o estímulo para se refletir psicossocialmente a história, sob a ótica dos oprimidos, foi a constatação prática de que, apesar dos tão decantados progressos da humanidade no afã de *humanizar-se*, ainda hoje nos defrontamos com um número vultoso de seres humanos *strictu sensu* excluídos da economia de mercado, do amparo das leis e, ao nível mais básico, de alimentação equilibrada, de saúde pública digna, de moradia, da compaixão por parte de tantos “cidadãos de bem” e de seus principais exploradores.

Nesse momento, enxergamos os passados remoto e imediato com o olhar catastrófico do anjo da história, alegoria criada pelo filósofo Walter Benjamim (1994): após tantas tragédias e a ciência de que os mortos não podem ser acordados, a consciência de que não conseguimos recuperar as ruínas, de que o passado é um espetáculo incorrigivelmente trágico, basta-nos ser arrastados pelos impetuosos ventos do progresso, para um futuro que somos incapazes de ver.

O presente, destarte, disponibiliza as únicas oportunidades para se compreender a realidade e dispor de instrumentos para transformá-la. Com a práxis do seu trabalho, o cientista social tem a chance de diagnosticar com profundidade as questões atuais, com vistas a propor soluções. Um desses problemas que urgem por respostas é a exploração de mão-de-obra em relações de trabalho análogas à da escravidão.

Muitos são os atores sociais que se defrontam de forma comezinha com o fenômeno da escravidão no Brasil contemporâneo: pessoas escravizadas, pessoas que escravizam e pessoas que libertam; os sujeitos desta investigação são os últimos. Este trabalho se propôs a perscrutar dois aspectos: em primeiro lugar, com base na Teoria das Representações Sociais e organizando os relatos dos sujeitos em categorias relativas a prazer, sofrimento e organização do trabalho, interpretar as percepções e a construção da identidade profissional de trabalhadores ocupados com a libertação de pessoas submetidas aos regimes contemporâneos de escravidão. Em segundo lugar, identificar o núcleo central e os sistemas periféricos das representações sociais dos libertadores.

Em função das considerações supracitadas, faz-se mister abrir um parêntesis explicativo: para fins de coadunação entre a linguagem empregada e a conceituação teórico-metodológica, alerta-se que, nesta dissertação, toda vez que se cita o termo “escravidão” se deve compreender que se está referindo a “trabalho escravo”, enquanto categoria a qual abriga a idéia de que a escravidão é uma situação diretamente relacionada ao mundo do trabalho. Além disso, aponta-se, igualmente, que “prazer” e “sofrimento” são aqui entendidos unicamente como fatores de satisfação e de insatisfação, respectivamente, não se relacionando a qualquer *corpus* ou arcabouço teórico específico; portanto, sempre que se ler a expressão “escravidão”, entenda-se “trabalho escravo”, e quando se encontrar os termos “prazer” e “sofrimento” nesta dissertação, entenda-se-os por “satisfação” e “insatisfação”.

O aumento considerável no número de notícias, divulgadas pelas mídias impressa e audiovisual, sobre o combate ao trabalho escravo foi o primeiro indicativo quanto à urgência

de se conhecer esse contexto de conflito social sob a ótica da Psicologia Social, no entanto, as razões pessoais que estimularam a elaboração desta pesquisa estão ligadas a uma história pessoal de preocupação com justiça social, a uma reflexão crítica frente à história de formação da nacionalidade brasileira fundamentada no seqüestro e genocídio de povos africanos, e em especial à memória familiar de antepassados distantes que sobreviveram ao jugo da escravidão, e ao custo de suas vidas lutaram contra o racismo — produto da escravidão contra o qual ainda batalhamos — para que seus descendentes vivessem em um país melhor, em todos os sentidos.

Entrementes, apesar de o escândalo do trabalho escravo estar dentro de nossa realidade, grande parte dos atores sociais não se mobiliza o suficiente para, se não combatê-lo, ao menos o denunciar. Esse comportamento social poderia ser considerado um paradoxo quando comparado ao choque causado, por exemplo, na platéia do filme *Dogville*, de Lars Von Trier, película na qual uma pessoa é duramente explorada e violentada de seus direitos fundamentais, e submetida a um regime escravocrata de opressão e humilhação; o mal-estar provocado pela exposição a essa tragédia, por meio da arte, “moralmente” e eticamente não deveria ser maior do que o horror proporcionado pela crua realidade dos campos brasileiros: ao passo que a produção cinematográfica instiga reflexões sobre a injustiça que por outros meios não se poderia ter, ainda no Século XXI existem trabalhadores escravos no Brasil, após 117 anos de abolição oficial da escravatura e mais de quatro séculos de luta da população negra pelo reconhecimento de seus direitos.

A questão que aí se apresenta não se restringe à moral, ela aborda o aspecto estético do distanciamento artístico entre o eu e o outro, distanciamento que possibilita um reconhecimento das questões do eu no outro, uma identificação dos problemas sofridos pelo outro enquanto “meus”. Esse reconhecimento do outro, conforme atesta Jovchelovitch (1998), é imprescindível para que se possa produzir sentidos, formas simbólicas, linguagem, identidades, isso ao mesmo tempo em que a alteridade é um produto e um processo

psicossocial (Jodelet, 1998), caracterizado pelas idéias da identidade e da diferença, que podem ser extremamente positivas ou negativas, dependendo da experiência do indivíduo.

Essa é certamente uma questão de linguagem, de (falta de) poder e de (in)justiça, uma questão que remonta a Platão (1994), quando n'A República ele associa a idéia de justiça à idéia de poder, questionando: o poder constitui como justiça aquilo que os detentores do poder consideram justo ou a justiça não é uma medida de utilidade para um poder que pode ser bem ou mal exercido? Em outras palavras, a justiça é nada além do que o interesse do(a) mais forte e o dever do(a) mais fraco(a) ou a justiça é um princípio político que organiza o Estado (ou as organizações) por meio da organização entre os mais fortes e os mais fracos? Para Aristóteles (1994), sendo o homem um animal político, justiça é o princípio da ordem na sociedade política por meio da administração do que é considerado justo.

Nos dias atuais, ao se questionar sobre a relação entre poder e justiça, Mintzberg (1983) retoma esses elementos, por meio de sua teoria das configurações do poder dentro e fora das organizações, a fim de subtender que a percepção de justiça nas organizações depende da configuração de poder nessas organizações, de modo que, por exemplo, membros de organizações autocráticas — o poder se concentra em um líder — percebem a autocracia como justa, enquanto membros de organizações missionárias — o poder envolve uma ideologia — percebem que o justo é seguir e preservar a missão organizacional. Para Mintzberg, poder deve ser entendido como a capacidade de influência sobre os resultados organizacionais.

Paz (1997) acrescenta uma singularidade cíclica entre poder e influência, e fatores de ordem pessoal dos indivíduos para essa conjuntura, quando indica que a força de tal influência pode ser medida segundo o grau de utilização efetiva das bases de poder para alcance de resultados e convencimento de pessoas; poder-se-ia fazer uma leitura dessa afirmação segundo a qual o poder está colocado *a priori* na organização, seria portanto um princípio

gerador da própria organização enquanto tal, enquanto a influência na organização dependeria da habilidade de determinados sujeitos em apropriar *a posteriori* desse poder.

É agora claro, portanto, que apesar de a escravidão existir como uma função direta do poder autocrático em algumas fazendas brasileiras, tidas como organizações (e que preservam essa “tradição” perversa há gerações), essa concepção de poder e justiça não é aceita pelo Estado brasileiro, que com ela entra em choque e inicia os seus trabalhos de combate à prática do trabalho escravo na contemporaneidade.

Os motivos acima expostos, associados ao estranhamento ante o ressurgimento da escravidão, geraram questionamentos direcionadores da ênfase dada a determinados tópicos abordados na parte teórica e na parte empírica do trabalho.

I. Ser Cidadão ou ser Escravo: a Relação de Trabalho Forçado

*“Primeiro vem o tempo das plantas,
Segundo vem o tempo dos animais,
Terceiro vem o tempo dos homens,
Agora vem o tempo das pedras.*

*Quem ouve as pedras falar
Sabe
Que somente pedras restarão.*

*Quem ouve os homens falar
Sabe
Que somente pedras restarão”*

O Tempo das Pedras, de Erich Fried.

Na língua japonesa escrita, o caractere utilizado para expressar a idéia de “trabalho” é composto pela junção de dois ideogramas, o que representa “movimento” e o que representa “pessoa”, significando que o princípio do trabalho é o movimento executado por uma pessoa. Essa é uma perspectiva do trabalho que o compreende inserido em uma conjuntura dinâmica e elencado com importância em uma escala valorativa, na qual a pessoa poderia fazer algo sem que isso implicasse em um trabalho.

Tal perspectiva sobre o laborar é diametralmente oposto à desenvolvida pelo ocidente, como apontam Borges e Yamamoto (2004), para quem os termos latinos que originaram a palavra trabalho eram associados à tortura, de modo que se encontra sentido na existência, dentre a multiplicidade atual de atribuições de significados para o trabalho, de expressões como *“primeiro o trabalho, depois o prazer*. Essa frase, ao mesmo tempo em que exalta a importância do trabalho, tomando-o como uma prioridade de vida, supõe-no oposto ao prazer, como se este existisse apenas fora do trabalho” (p. 24).

O trabalho humano, salientam Borges e Yamamoto (2004), é fundamentado em intencionalidades e capacidades cognitivas que, quando se tenta eliminá-las, descaracteriza-se

uma condição humana central do trabalho. Ao se pesquisar o papel das relações de trabalho escravo na história da humanidade, nota-se que essa descaracterização foi aceita como algo comum para alguns seres humanos, de forma que “trabalho”, na antiguidade grega, era identificado com trabalhos manuais degradantes, inferiores e desgastantes dos quais, segundo Platão, os cidadãos não se deviam ocupar; e de acordo com Aristóteles, o trabalho era de competência dos escravos.

Defende Meltzer (2003) que o trabalho dos escravos estava radicalmente estruturado na história e na economia das sociedades humanas arcaicas, e apresenta hipóteses de que o domínio da agricultura, na pré-história, tenha possibilitado a preservação da vida das pessoas derrotadas em batalhas tribais, em função do excedente de alimentos (p.15):

os escravos podiam ser utilizados para cuidar dos rebanhos ou para trabalhar nos campos. Eles aumentavam a riqueza e o conforto do captor. Providenciavam-lhe comida e poupavam-lhe das tarefas árduas e desagradáveis. Finalmente, a agricultura avançou ao ponto de ser lucrativo usar um grande número de escravos para trabalhar na terra.

O trabalho em determinadas condições, baseado em relações de exploração, dependendo do seu grau de infra-humanização, criou duas categorias de pessoas: os cidadãos e os escravos.

O conceito de “cidadão”, apesar de teoricamente estabelecido pela história, ainda está empiricamente em construção, porque o muito que se diz sobre ele não necessariamente é aproveitado por um número considerável de pessoas. Ele surgiu primeiramente entre os gregos, para os quais o cidadão era o homem freqüentador da pólis, o que excluía os escravos e as mulheres, ou seja, ser cidadão era um privilégio de muitos poucos indivíduos livres do sexo masculino. Mesmo a Revolução Francesa, tida como alicerce da cidadania, promotora da idéia de que todos os seres humanos nascem iguais (Odalía, 2003), não conseguiu transpor para o mundo real as teorizações inseridas na Declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão quanto à liberdade, à igualdade e à fraternidade universais, e isso foi constatado por aqueles que efetivamente pretenderam levar ao pé da letra a idéia de igualdade entre os homens: os negros que fizeram a Revolução Haitiana (James, 2000). Os revolucionários haitianos, então habitantes da colônia de São Domingos, acolheram as idéias da metrópole francesa e lideraram uma rebelião bem-sucedida contra os escravocratas. Ao invés de receber o pretendido apoio para sua independência, o Haiti foi alvo de perseguições internacionais por ser um país onde os escravos tomaram o poder e demandavam o fraterno gozo do direito da liberdade para si e os demais africanos explorados nas Américas, para alcançar a igualdade entre os homens. Os governos temiam que se propagasse entre os seres humanos escravizados a idéia de que eles tinham o direito natural à cidadania.

O cidadão não surge no orbe da família, ou da rede social mais próxima; a figura do cidadão pertence a um agrupamento social mais amplo, pertence ao Estado, enquanto detentor do poder da força, responsável pelas leis, regulador do interesse geral sobre os interesses particulares. Os direitos dos cidadãos, enquanto construções baseadas na estrutura de um Estado, não são benesses privadas, são conquistas da coletividade, universalistas. Como define Pinsky (2003, p. 9):

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila.

Tomado sob a perspectiva do mundo do trabalho, o “escravo” é uma figura à qual é negado tudo aquilo que ao cidadão é indispensável. O termo “escravo” é a reificação de um ato em que o ser humano é passivo: a pessoa submetida à escravidão, tendo negada sua capacidade de agir como ator de sua vida, não é mais sujeito, é apenas pessoa.

Em uma perspectiva marxista (Arcary, 2002), esse indivíduo, como qualquer outro no contexto histórico regido pela forma motriz do excedente econômico, vivencia um conflito de classes, entretanto, mais do que os outros indivíduos, o escravizado é completamente submetido à geração de excedente exclusivamente para outros, não para seu proveito.

O significante “escravo” é composto por um conjunto de significados preconceituosos reunidos ao longo da história da humanidade, preconceitos que cabem nas acepções de preconceito como generalização falsa com relação à caracterização de um grupo, que é feita a um membro desse grupo (Jones, 1997), e do preconceito como presunção, acerca do sujeito, de qualidades objetais atribuídas ao grupo (Allport, 1954). O epíteto “escravo”, além de ser atribuído a pessoas em determinadas condições de trabalho, não existiria sem as concepções mais arcaicas e duradouras na história da humanidade acerca do que significa o trabalho e quais são as condições para o trabalho; desse modo, ninguém *é* escravo: alguns seres humanos *estão* escravizados.

Meltzer (2003) utiliza a expressão “escravo teórico” para se referir à idéia de escravo definida pelas sociedades escravocratas, visto que, para estas, o escravo não é uma pessoa, mas um objeto despossuído de personalidade. Esse escravo é teórico porque de fato nunca existiu, visto que a pessoa escravizada, por mais que fosse submetida a toda forma de infra-humanização e exclusão, não deixava de ser humana, “nenhuma submissão, por mais absoluta que fosse sua tendência, pôde esmagar ou extinguir essa humanidade” (p. 19).

A pessoa submetida à escravidão é um “escravo teórico” no sentido em que lhe são atribuídas características objetais que a infra-humanizam, a fim de tentar adequá-la, no trabalho real, à condição idealizada de escravo.

De acordo com Meltzer (2003), a etimologia da palavra “escravo”, advém do nome “eslavo”, origem essa que remonta à “época em que os germanos supriam os mercados da Europa com prisioneiros eslavos. Assim, um gentílico que significava ‘glória’ passou, por acaso ou por maldade, a significar servidão” (pp. 16-17). Tal acepção mudou de acordo com

as circunstâncias geopolíticas; quando “os anglo-saxões invadiram a Inglaterra, no século V d.C., a palavra em sua língua para a pessoa sem liberdade era ‘welshman’ (galês) – o nome dos nativos bretões que eles escravizaram. Finalmente, ‘welsh’ passou a significar escravo” (p. 178).

Ante ao exposto, apropriando-se das considerações acerca da condição do escravo, compreende-se que existiram na humanidade dois tipos de escravidão, dependentes de suas origens: uma, a de estilo “eslavo”, em que um povo é sistematicamente aprisionado e explorado, em grande escala, para fins de transações comerciais, como foi o caso dos africanos no contexto da escravidão moderna; a outra, de estilo “galês”, em que um povo é vencido em um conflito territorial e, conseqüentemente, sustenta-se um processo de inferiorização de sua cultura através da escravidão, como ocorreu com os nativos ameríndios após a chegada dos europeus às Américas. Ambas as concepções podem ser entendidas no bojo do conceito do “escravo teórico”, como mostra a figura 1.

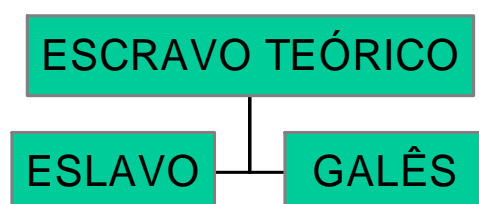


Figura 1: Tipos de escravo em função do modo de escravidão.

O exemplo da escravidão brasileira moderna é sintomático desse modelo, e da força das várias espécies de organizações para formar determinadas identidades sociais, desde que ser “negro” passou a ser sinônimo de “escravo”, com todas as conseqüências sócio-econômicas. Munanga (1986) detalha de forma significativa esse processo de infra-humanização ao lembrar que, no contexto da exploração colonialista, buscava-se justificar e legitimar o domínio escravocrata sobre o negro por meio da alienação e da inferiorização, fazendo-se “um paralelismo forçado entre o cultural e o biológico. Pelas diferenças biológicas

entre povos negros e brancos, tentou-se explicar as culturais e concluir-se por uma diminuição intelectual e moral dos primeiros” (pp. 5-6).

Essas concepções se imbricaram no tecido social e foram apropriadas de maneiras diversas pelas organizações, como, por exemplo, nas instituições religiosas hegemônicas da época. Os olhares de muitos dos homens de hoje se voltam para o passado e, comparando-o com o presente, tentam forçosamente entrever atuação progressiva na ação dos organismos religiosos, entretanto, como denuncia Nascimento (1978), “o mito da influência humanizadora da igreja católica procura exonerá-la de suas implicações na ideologia do racismo sobre a qual a escravidão se baseava” (p. 53). Nesse contexto, Valente (1994) é esclarecedora ao apontar que, “ao longo da história brasileira, a Igreja tem conseguido manipular e veicular seus interesses de acordo com as mudanças estruturais. Mesmo que de maneira ambígua e ‘fora do compasso’” (p. 142), tanto que, ainda hoje, face às graves demandas de inclusão racial da sociedade brasileira, decorrentes das estratégias de estereotipização e infra-humanização utilizadas no período escravista, são vistas com ressalvas pela mencionada instituição (p. 147):

As reivindicações de cunho étnico feitas pelo grupo acabam por se dissolver no contexto mais amplo da luta dos marginalizados por melhores condições de vida, consoante com a opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja, sem especificar qualquer grupo social ou racial. As próprias características interétnicas do país são um obstáculo para que o processo seja diferente.

As percepções socialmente compartilhadas sobre quem é ou não é cidadão, ou o seu grau de cidadania, são altamente influenciadas em função da proatividade das organizações em um sentido ou em outro. Essas ações coletivas sobre as identidades não são independentes da infra-estrutura econômica dominantes nas sociedades, tal como tem-se demonstrado e será aprofundado no capítulo III, que contextualiza historicamente essa discussão no bojo das estruturas escravocratas.

Porém, antes de se aprofundar no tema da escravidão, é importante se tratar de alguns conceitos considerados fundamentais para o calçamento teórico deste trabalho, os quais são apresentados e definidos no capítulo seguinte.

II. Conceitos Fundamentais: Pessoa/Sujeito, Alienação, Classes, Liberdade

“— *Esses são delinquentes condenados pelo rei e forçados a remar nas galés da armada real. — Como assim forçados? — perguntou Dom Quixote — Pode o rei forçar alguém a algo? Respondeu Sancho: — Essa gente, por seus delitos, está condenada a servir ao rei nas galés. — “Então — replicou Dom Quixote —, esta gente, aonde quer que sejam levados, vão forçados, e não por vontade própria”*”

Dom Quixote de La Mancha, de Miguel de Cervantes.

O ato de pensar a situação da pessoa escravizada é sinônimo ao de refletir o quanto essa pessoa está limitada a essa condição, sendo impedida, por fatores extrínsecos a si mesma, a vivenciar com plenitude suas possibilidades enquanto sujeito. Sob o enfoque psicossocial de Lane (1989), o sujeito histórico, constituído de suas relações sociais ativas e passivas, insere-se nos grupos por meio da linguagem, que atua um papel duplo: para o indivíduo é *conditio sine qua non* no desenvolvimento de seu pensamento; para o grupo, a linguagem é veículo de sua ideologia; a consciência dos sujeitos, nessa conjuntura, só pode advir quando eles percebem as contradições entre as representações sociais postas e as suas próprias atividades produtivas no mundo material.

O uso do termo “pessoa” é nocional e, também, não-casual; conforme a observação de Spink e Medrado (2004), é um posicionamento além da dicotomia que opõe os sujeitos aos objetos: na presente dissertação, dada a particularidade dos conceitos e práticas nela investigados, torna-se crucial distinguir os sujeitos dos objetos, e assumir que a pessoa, enquanto dialogia, é também o imiscuir indissociável entre o sujeito e o objeto. Ser sujeito, nesta pesquisa, não é adotado enquanto expressão do que é sujeitável a algo; ser sujeito é ser uma pessoa que atua, mais do que ser apenas uma pessoa.

Essa atuação, em um sentido particular, refletindo-se acerca do paradigma idealista de Hegel (2001), pressupõe uma relação não-alienante da pessoa. O conceito de alienação é fundamental para a compreensão da condição do escravo enquanto não-sujeito; para Hegel, a

alienação é uma projeção da substância que define o sujeito para fora de si mesmo, de modo que a pessoa alienada se torna uma coisa. A alienação, sob essa perspectiva, é uma falta de conciliação do sujeito com aquilo que o define como tal, algo que, em essência, é ideal.

O paradigma materialista de Marx (2003) critica o idealismo hegeliano ao apontar que essa alienação não pode ser compreendida fora do plano sócio-econômico, sob o risco da própria idéia que se tem da alienação se tornar alienante. Bastaria à pessoa alienada “mudar de idéia” para conseguir se reconciliar com sua substância. Contrariamente a essa postura que transfere tão-somente à pessoa a responsabilidade por sua “subjetivação”, Marx postula que a substância do sujeito é o resultado das relações sociais, visto que a infra-estrutura econômica da sociedade — as relações de produção — é a base da superestrutura das ideologias em suas expressões materiais: a jurisdição, a política; e não o contrário. Já Althusser (1992) abre perspectivas de esse contrário ocorrer quando propõe que a superestrutura pode ser base da infra-estrutura quando se refere à existência dos aparelhos ideológicos do Estado como mecanismos produtores e mantenedores das estruturas de desigualdade, reproduzindo as relações materiais e sociais de produção.

A alienação precisa ser compreendida com relação ao que é material e externo ao sujeito: a pessoa é alienada quando perde o controle daquilo que ela produz, *e.g.*: o homem cria a idéia de Deus, e transfere a ela as maiores virtudes do próprio homem como se não fossem suas, mas Dele.

Exemplos práticos e cotidianos de alienação, segundo Marx, ocorrem no mundo do trabalho, especialmente no que se refere aos operários. É comum que quem produz alguma mercadoria não tenha condições de adquiri-la, pois não é remunerada com dinheiro suficiente para tanto, dado que, cada vez mais, os meios de produção são propriedades privadas de quem detém o capital, de modo inversamente proporcional à força produtiva, progressivamente coletivizada entre os proletários, que são os produtores de fato. Esse contraste é uma

contradição material que define dialeticamente a alienação: o salário dos trabalhadores está longe de corresponder ao valor do seu trabalho.

Como parêntese, recorde-se a posição de Keynes (1992), para quem o desemprego — mais do que propriamente o salário — desempenha uma função reguladora do valor da força produtiva de um trabalhador entre a dos demais: segundo sua teoria, o pleno emprego redundaria em inflação, enquanto o subemprego resulta em conflito social; o papel do Estado é equilibrar o nível do emprego por meio de políticas que, além de garantir o trabalho em si, garantam a segurança e a estabilidade do trabalhador, as quais são difíceis de se concretizar, nas atuais conjunturas globais de precarização do emprego e concentração da renda, historicamente alicerçadas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil, que apesar de ser uma sociedade estacionada à margem do desenvolvimento econômico exploratório dos modelos europeus e norte-americanos, mira-os equivocadamente, segundo Furtado (2001), como se esses modelos excludentes das periferias econômicas lhes pudessem beneficiar.

Para Marx, a superação desse tipo de alienação, visto ela ser sofrida coletivamente, só pode se dar coletivamente: o trabalhador só tem consciência da própria alienação, e só pode agir contra ela, enquanto “classe” (Marx, 1997). O conceito de classe, aí, demanda uma relação de trabalho em que uma classe depende e explora a outra. Enquanto para Hegel (2000) o motor da História — a busca da desalienação — é uma estrada naturalmente caminhada pela contínua evolução da humanidade, para Marx somente a luta de classes pode levar a humanidade à evolução. Como exemplo dessa caracterização, poder-se-ia apontar a Revolução Francesa, a qual, conforme relata Hobsbawm (1996), foi organizada em torno de consensos na classe denominada “burguesia”: não havia “líderes”, mas, isso sim, ideologias que sustentavam a necessidade da ação contra o Antigo Regime.

Classe é um termo amplamente utilizado por filósofos e demais pensadores ao longo da História (Fischer, 1970) que, no sentido sociológico, categoriza os indivíduos de acordo com a sua localização no estrato social e com o *status* desse *locus*. Os trabalhadores e os

capitalistas, em função da desigualdade econômica entre eles, participam de classes diferentes, as quais, justo em função dessa desigualdade, entrecrocaram-se.

Conforme salienta Hobsbawm (2000), essas classes desempenham um papel crucial na história naquilo que se refere à consciência: “no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido *vivenciada* diretamente” (p. 37). Entretanto, os critérios para se definir uma classe podem ser muito amplos e, além disso, os componentes de determinada classe podem não se identificar enquanto membros de uma classe, como é o caso, discutido por Hobsbawm, da classe laboral dos camponeses, que costumam se definir simplesmente como “povo”, “gente do campo”, escapando-lhes uma consciência de classe. Entretanto, se entre esses denominados camponeses existem relações econômicas, o que há não é, de forma alguma, a ausência de uma consciência de classe, mas o baixo grau de consciência de classe: quanto maior o grau de consciência de uma classe, maior é sua capacidade de desenvolver movimentos de massa, da ordem política e mesmo partidária.

Para fins de realização da pesquisa referente a esta dissertação, com base nessa concepção de que existem graus de coesão de classe, definiu-se como “libertador” todo sujeito pertencente à categoria social dos libertadores, composta pelo grupo de pessoas que trabalham para fins de libertação de pessoas submetidas ao trabalho escravo no Brasil contemporâneo. Essa hetero-definição é possível porque, apesar de os sujeitos de pesquisa não se auto-intitularem, de forma direta, como “libertadores”, e apesar de existir uma pluralidade e uma especialização de cargos e funções nas várias organizações, de diferentes naturezas, envolvidas na concepção da tarefa acima detalhada, existem entre os vários profissionais envolvidos relações imprescindíveis para a consecução do trabalho de libertar pessoas: uma organização realiza o seu trabalho particular integrada com o de várias outras. Os libertadores se formam, organizam-se, enquanto um tipo de movimento social de cooperação entre organizações de diversas ordens, governamentais e não-governamentais.

Os libertadores não são uma “classe” pois, apesar de manterem uma relação de trabalho e ação com os libertos, os libertadores não dependem economicamente dessas pessoas libertas ou dos escravocratas. Eles não mantêm relação econômica entre si, diferentemente da relação entre as pessoas escravizadas e os seus algozes, relação essa de exploração que teoricamente pode enquadrar as pessoas exploradas e os seus escravocratas como pertencentes a diferentes classes. Os libertadores, então, compõem uma categoria social que intermedeia essa luta de classes.

Sendo assim, esses trabalhadores, enquanto libertadores, por mais distintos que entre si sejam seus rendimentos ou atribuições, poderiam compor uma mesma “classe com baixa classidade” (Hobsbawn, 2000) se mantivessem relações econômicas efetivas com os libertos ou mesmo os escravocratas. Eles são diferentes, por exemplo, de metalúrgicos, classe com classidade extremamente alta, tal como demonstra a história recente do Brasil, que de um processo de fortalecimento nas greves dessa classe durante a época da ditadura militar foi capaz de chegar ao Século XXI com a eleição de um de seus integrantes, o torneiro mecânico Luís Inácio Lula da Silva, como presidente da república. Esse processo, vale a pena esclarecer de antemão, não comprova *per se* que a classe dos metalúrgicos seja mais consciente do que outras acerca da estrutura e do futuro da sociedade em que se insere; pode-se deduzir, tão-somente, que tal classe é altamente consciente de *sua* capacidade de atuar na evolução dessa estrutura, mesmo que não tenha a capacidade de prever com exatidão, isto é, sem mitificação, as conseqüências de seus poderosos atos.

Faz-se mister retomar a consideração de Martins (2002), de acordo com a qual deve-se separar as classes dos meros rótulos: operários formam uma classe porque são “sujeitos de destino”, personificam possibilidades históricas objetivas; excluídos, muito ao contrário, são apenas projeções daqueles que estão integrados à sociedade mas julgam que os diferentes não estão tendo acesso aos benefícios dos quais eles gozam. Dentro dessa lógica, o escravo não pode formar uma classe, pois não é um agente privilegiado da História: enquanto escravizado,

para o escravocrata os escravos “são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo” (p. 35), não são agentes, são pacientes do interesse e do poder do opressor; para o libertador, essa condição os transforma em excluídos, de modo que sua integração à sociedade os transforma naquilo que não são e jamais serão enquanto forem escravos: pessoas livres, e logo, sujeitos.

Com relação à categoria social dos libertadores, é óbvio que, quando se refere a um(a) libertador(a) se deve especificar o que se entende por liberdade, conceito que abarca dois sentidos: um subjetivo, de ordem interna ao sujeito, denominado psicológico, e outro objetivo, externo ao sujeito, denominado político.

Arendt (2002) distingue a liberdade interior da liberdade política. Para ela, sentir-se livre, apesar da coerção externa, é algo que, por mais que seja vivenciado pelo indivíduo, não pode ser manifestado externamente, por isso não tem significação política:

a interioridade, como região de absoluta liberdade dentro do próprio eu, foi descoberta na Antiguidade tardia por aqueles que não possuíam um lugar próprio no mundo e que careciam portanto de uma condição mundana que, desde a Antiguidade primitiva até quase a metade do século XIX, foi unanimemente considerada como sendo um pré-requisito para a liberdade (p. 192).

Aos excluídos da liberdade, membros das classes sócio-econômicas mais baixas, servos, escravos, era disponibilizada uma saída imaginária para aliviar as tensões de sua condição infra-humanizada, ao menos em pensamento eram livres. Esse conceito, de provável origem platônica (no diálogo A República, Platão, por meio da fala de Sócrates, evoca a idéia de justiça enquanto característica do eu “verdadeiro”, interior, em que a pessoa é sua própria mestra e tem sua própria lei [Platão, 1994]), originou-se da oposição dos cristãos à esfera política greco-romana da qual queriam se ausentar. Separando a política da liberdade, eram eximidos, os mais interessados em se libertar, do caminho necessário a sua libertação:

estimulou-se uma ideologia segundo a qual vigorava o paradoxo de poder ser escravo na sociedade, porém continuar livre dentro de si.

No entanto, a concepção greco-romana de liberdade, defendida por Arendt, é de ordem política, não concebe a idéia de liberdade fora das relações políticas, de poder, e, portanto, não é um fenômeno puramente volitivo. Esse poder, entretanto, sendo de ordem política, não se dá enquanto relação de violência entre fracos e fortes, desse modo, por mais que um escravocrata tenha poder sobre seus escravizados, o escravocrata não é necessariamente livre, por mais que creia nisso. A liberdade não é um dom, mas um ato, uma realidade concreta no meio do mundo, e não somente no espaço da vida privada dos indivíduos; e por mais que a História da humanidade seja faltosa em períodos curtos de liberdade e rica em tiranias, os seres humanos, por serem capazes de ser livres e de agir, “podem estabelecer uma realidade que lhes pertence de direito” (Arendt, 2002; p. 220). A liberdade é possível desde que se lute, politicamente, para tal; a organização das classes em sua luta pela desalienação coletiva.

A concepção adotada nesta dissertação é a de que o trabalho do libertador é prioritariamente político: articulado com os demais integrantes de seu grupo, esse trabalhador objetiva tirar pessoas de sua condição de escravos; esses, para deixar de ser escravizados, precisam, mais do que sair do lugar onde estão sendo superexplorados, têm de se organizar para superar a lógica econômica de nossa sociedade que possibilita semelhante exploração.

O capítulo seguinte apresenta a busca por uma compreensão histórica do mais exemplar fenômeno da exploração humana, a escravidão.

III. Escravidão: Funções Histórica e Social

“Se for eleito, não separarei mais as duas questões — a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”

Joaquim Nabuco, em 1884.

III-1. Breve Histórico da Escravidão

Quando nesta dissertação se trata historicamente da escravidão, não se pretende realizar uma análise extensa e aprofundada sobre tema tão multifacetado, busca-se, tão-somente, subsidiar a compreensão do fenômeno com de informações minimamente didáticas.

A escravidão, disserta Meltzer (2003), é instituição comum desde a pré-história, profundamente estruturada na história e na economia das sociedades humanas, continuamente transmutando seus parâmetros: “como demonstra a historiografia, a escravidão é uma categoria que transcende a cor e esteve presente na história da humanidade desde a mais remota antiguidade” (Rosa, 2004; p. 66).

A literatura especializada indica a naturalidade da aceitação da escravidão entre quaisquer povos ocidentais ou orientais, mesmo entre os submetidos a ela, como exemplifica o comentário de Rosa (2004): “A escravidão pressupõe a subjugação de um *outro*, do qual não se reconhece nada além do que sua coisificação. O escravo é assim afastado das características humanas” (p. 113). Meillassoux (1995) afirma que é um pressuposto da escravidão a recusa em reconhecer qualidades apreciáveis e comuns no estranho, o que resulta na definição do “outro”, escravo, com se fosse membro de uma espécie diferente e necessariamente inferior; tolerados desde que reconhecessem essa condição, note-se.

Considera Ianni (1962) que as condições para a fundamentação da escravidão em determinadas relações de trabalho situadas em uma comunidade qualquer são relacionadas a

particulares forças produtivas sociais e de produtividade do trabalho: “a escravidão instaurada numa comunidade será ou não predominante no conjunto do sistema econômico-social, marcando de maneiras diversas o modo de ordenação das relações entre os homens” (p. 7). O escravo não é dotado pelo olhar do outro, o senhor, com as qualidades do “humano”, dado que a relação que se dá com ele é semelhante àquela que se tem com um objeto: “desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como subumanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho” (Nascimento, 1978; p. 61); como tal, e sendo fácil de adquirir, a pessoa escrava ainda era um objeto desvalorizado para seus opressores, que “não perdiam tempo nem dinheiro com a saúde dos seus cativos” (p. 58).

As referências à escravidão remontam ao período em que o ser humano sedentarizou-se, com o desenvolvimento da agricultura: a partir do momento em que as tribos tinham excedente de produção o bastante para alimentar seus prisioneiros de guerra, tinham sobras com que alimentá-los, não mais tinham porquê os matar, pois poderiam utilizá-los no trabalho agrícola. Nessa conjuntura, Fiabani (2005) busca um momento histórico mais “próximo”, em torno de 5 mil anos atrás, para apontar a existência da apropriação de seres humanos na Mesopotâmia e no Egito a fim de que trabalhassem na produção de excedentes para os seus opressores. O relato de Rosa (2004), referente ao cenário encontrado no território brasileiro quando da invasão dos portugueses é emblemático dessa transformação:

Aqui chegando, os portugueses depararam-se com uma nova categoria de estranhos, os chamados ‘negros da terra’, isto é, as populações indígenas cujas comunidades desconheciam o tipo de escravidão tal como praticada no mundo europeu. Em alguns grupos de indígenas, os prisioneiros de guerra, não devorados em festins, eram assimilados pela tribo, inicialmente em condição de inferioridade. A eles estava destinada uma carga maior de trabalho físico (p. 70).

Deduz-se, assim, que a escravidão pode ter sido a primeira forma conhecida pela humanidade para o emprego da mão-de-obra alheia: ironicamente, garantiam-se vidas humanas, negando-se a humanidade.

Os dados apresentados por Rosa (2004), com base na experiência da escravidão brasileira na época moderna, demonstram um dos aspectos ligados à lógica econômica do sistema:

nada adiantava procurar ser um bom escravo, trabalhar com empenho, tentar agradar ao senhor, pois sempre havia castigo e maus tratos, o que causava no africano vontade de morrer ou de matar o senhor (...). O valor do escravo, denominado de peça, podia ser mensurado pelas qualidades intrínsecas das variáveis idade, sexo e robustez. Sua vida dependia de outras variáveis fundamentais, tais como preço de compra, capacidade de trabalho e rentabilidade da produção escravista do mercado (pp. 73-74).

A exploração dessa mão-de-obra, faz-se mister ser salientado, é extremamente rentável no aspecto econômico, quando comparada a outras relações de trabalho, como sugere Marx (1994), ao afirmar que, “no trabalho escravo, mesmo aquela parte do dia de trabalho na qual o escravo está apenas recuperando o valor de seus próprios meios de existência, no qual, além disso, de fato, ele trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu mestre. Todo o trabalho do escravo aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, mesmo o trabalho a mais, ou trabalho não pago, aparece como pago” (p. 266). As variações do trabalho aí observadas apontam para diferenças e semelhanças: enquanto no trabalho assalariado o pagamento é dado como certo, apesar de insuficiente, no trabalho escravo a certeza da desvalorização é agravada pela constatação de que qualquer trabalho executado é para o benefício do escravocrata:

a sociedade escravocrata é uma ordem social fundada na produção devida à utilização da força de trabalho escravizada, implicando, portanto, numa

estruturação hierarquizada de duas camadas sociais básicas: os produtores submetidos e os proprietários do produto de seu trabalho e das suas pessoas (Ianni, 1962; p. 7).

Entretanto, é importante ressaltar, a perspectiva de Ianni (1962) não é a de que o escravismo possa ser compreendido de forma completa tão-somente a partir da classificação de seus atores; definir esse sistema passa por uma análise estrutural:

o que caracteriza de modo típico uma estrutura econômico-social não é o contingente demográfico nem a presença relativa de escravos e senhores. Ainda que eles sejam elementos notáveis e imprescindíveis a uma caracterização completa de um dado tipo de estrutura, são os próprios fundamentos econômico-sociais em que se baseia que a explicam e caracterizam. São as atividades produtivas básicas, conforme elas estão determinadas pelo modo de apropriação definido por uma economia de consumo ou de mercado, que devem ser consideradas imprescindíveis a uma compreensão nítida do sistema social. São a maneira pela qual é aplicada a força de trabalho social e o modo de apropriação do produto desse trabalho que marcam essencialmente a sociedade, dando-lhe esta ou aquela configuração (p. 10).

A escravidão subsistiu durante toda a Antiguidade, na Idade Média (Meltzer, 2003; Davis, 2001) e, depois, foi amplamente utilizada pelas economias nacionais durante o período Moderno, por meio da exploração transatlântica da mão-de-obra de africanos. A perspectiva histórica permite notar que a escravidão não é tão-somente moldada pela cultura da sociedade em que é imposta, ela também influencia essa cultura, por menor que seja essa influência. Cada sociedade constrói sua forma de escravizar, tanto que já se observaram diferenças significativas “da escravidão em Estados escravocratas que coexistem lado a lado, tais como Atenas e a cidade de Gortina em Creta, no século IV a.C.” (Meltzer, 2003; p. 18).

Um outro exemplo, mais recente historicamente, da diversificação de relações escravocratas em função da cultura em que se situam os atores sociais é apresentado por Marx (1994), ao explicitar que em 1547, durante o reinado de Eduardo VI na Inglaterra, foi delineado um estatuto que legaliza o trabalho escravo para toda pessoa que se recusasse a trabalhar, condenando-a a se tornar escrava de quem a denunciasse. Sujeitada a essa condição, a pessoa escravizada tinha alimentação reduzida e o mestre “tinha o direito de forçá-la a executar qualquer trabalho, não importasse o quão desagradável fosse, com chicote e correntes” (p. 364). De acordo com Marx, essa prática foi preservada em território inglês até tardiamente durante o Século XIX.

A diferenciação dos seres humanos em categorias é uma característica fundamental do trabalho escravo que o estruturou enquanto uma questão crucial para a cultura do ocidente, como explicitou Davis (2001), ao postular que a escravidão é contraditória nessa concepção que, ao definir homens e mulheres como bens semelhantes a animais domésticos no que se refere à consciência individual e ao direito a ter desejos,

levantou uma série de problemas e raramente vigorou sem causar suspeitas. Eventualmente, os homens reconheciam que a instituição era perigosa à segurança do Estado, que ela dava a alguns senhores excessiva indolência e excessivo poder, que os escravos eram homens que deviam ser tratados com consideração (p. 81).

A escravidão no período moderno se tornou fator fundante da mentalidade ocidental como cultura da opressão, da exclusão, da imagem do cidadão negro e no próprio significado das Américas (Davis, 2001), visto que a escravidão do africano, “resultado de inúmeras decisões de interesses próprios tomadas por comerciantes e soberanos na Europa e na África, foi uma parte intrínseca do desenvolvimento americano a partir das primeiras descobertas” (p. 40), isso concomitantemente à constatação de que “os sonhos e ideais incorporados a diversas

imagens do Novo Mundo não entravam, necessariamente, em conflito com a escravização de um povo estrangeiro” (*idem*).

As sociedades americanas foram fundadas na exploração de povos por outros povos, e para justificar e facilitar essa exploração, foi utilizada como estratégia a negação dos africanos enquanto povos com culturas particulares e historicamente constituídas. A conveniência da conquista era suficiente, como demonstra Munanga (1986):

Quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. A ordem social e moral equivalia à política. Em contrapartida, o desenvolvimento técnico, incluída a tecnologia de guerra, era menos acentuada. Isto pode ser explicado pelas condições ecológicas, sócio-econômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam alguns falsos cientistas.

Neste mesmo século XV, a América foi descoberta. A valorização de suas terras demandava mão-de-obra barata. A África sem defesa... apareceu então como reservatório humano apropriado, com um mínimo de gastos e de riscos (p. 8).

É taxativo Davis (2001) ao recordar que as culturas das Américas receberam das metrópoles européias uma antiga carga de preconceitos referentes à cor do ser negro: “cor da morte, do rio Estige, do demônio; era a cor de uma magia má e de uma melancolia, do veneno, do luto, do amor abandonado, e do mais baixo fosso do inferno” (p. 496), “para a maior parte dos teóricos do século XVIII, o homem branco era a norma humana, o negro, o desvio” (p. 505).

As conseqüências dessa complexa conjuntura não poderiam ser facilmente superadas em um breve espaço de tempo, e menos ainda sem medidas adequadas: não bastaria, por exemplo, apenas acabar com a legalidade da escravidão: “foi um grande engano dos

conservadores pensarem que, com a abolição do tráfico, o problema servil, ou, como se dizia então, a questão servil, estaria resolvida. A escravidão era uma mancha que enodoava a sociedade e o Estado brasileiro” (Andrade, 1991; p. 17). Essa mancha, parafraseando o poeta Castro Alves, ainda hoje repousa sobre a bandeira nacional, e em várias formas, dado que nenhuma medida racialmente inclusiva foi tomada à época, atitude que, apesar de desumana, tinha sua lógica interna, como demonstra Munanga (1986):

Admitir que o colonizador empreendesse espontaneamente uma transformação total do seu Estado, isto é, condenasse os privilégios coloniais e os direitos exorbitantes dos colonos e dos industriais, pagasse humanamente a mão-de-obra negra, promovesse jurídica, administrativa e politicamente os negros, industrializasse a colônia etc., seria simplesmente convidar o colonizador a acabar consigo mesmo (p. 31).

A crueldade permeou todas as relações de trabalho que conferiram a força econômica da burguesia comercial, que por mais diversificada que fosse sua gama de produtos, de uma forma ou de outra dependeu do tráfico escravocrata para o seu sustento, porém de maneira verdadeiramente dialética, visto que a prosperidade econômica não poderia de modo algum garantir a estabilidade social.

Essa é uma característica histórica dos sistemas escravocratas, dada “a necessidade de coerção e violência para transformar um homem em um escravo, uma coisa” (Cardoso, 1962; p. 270). A violência ocupa posição central na sociedade colonial pois, como aponta Munanga (1986), sendo ela “dividida em dois campos antagonistas e desiguais, a sociedade colonial e a sociedade colonizada” (p. 10), aqueles que colonizam vivem um frágil equilíbrio com relação à outra sociedade que pode ser facilmente rompido. “Para que isto não ocorra, encastela-se, intocável, explorando e pilhando a maioria negra, utilizando-se de mecanismos repressivos diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos)” (p. 11). A

situação colonial é de constante risco de violência, pois a única relação possível entre elas é de oprimidos e opressores, dominantes e dominados.

Tendo, ainda nos tempos hodiernos, de lidar com a discriminação racial, as sociedades americanas são moldadas por padrões de segregação — cuja superação é alvo de políticas públicas de longo prazo — herdadas pelas relações escravocratas de base étnica, negativa para a população negra — as quais, no caso brasileiro, só findaram legalmente no Século XIX. Entretanto, para que as variáveis antecedentes e conseqüentes não sejam confundidas, Munanga (1986) critica a chamada “epidermização da inferiorização econômica”, ao recordar que os negros não foram oprimidos por causa de sua cor: “os negros não foram colonizados por que são negros, ao contrário, na tomada de suas terras e na expropriação de sua força de trabalho, com vista à expansão colonial, é que os negros tornaram-se pretos” (p. 79). Isso significa que, enquanto construção social, o conteúdo semântico do que hoje entendemos como raça é o racismo formulado a partir da escravidão.

Como bem lembra James (2000), referindo-se à escravidão praticada na época da colonização européia: “nenhum branco era serviçal; nenhum branco faria nenhum serviço que um negro pudesse fazer por ele” (p. 45). A violência das relações sociais era reproduzida nos vários níveis e junto a todos os atores sociais, “as vantagens de ser branco eram tão evidentes que o preconceito de raça contra os negros impregnou a mente dos mulatos, que tão amargamente se sentiam ressentidos pelo tratamento preconceituoso que recebiam dos brancos... mesmo um mulato escravo sentia-se superior ao negro livre. O mulato preferia tirar a própria vida do que ser escravo de um negro” (pp. 53-54), repercutindo enquanto degradação do outro — negro —, desde os primeiros momentos de seu seqüestro:

nenhum lugar na Terra, observou um escritor da época, concentrou tanta miséria quanto o porão do navio negreiro... Morriam não apenas por causa do tratamento, mas também de mágoa, de raiva e de desespero. Faziam longas greves de fome; desatavam suas cadeias e se atiravam sobre a tripulação numa

tentativa inútil de revolta. O que poderiam fazer esses homens de remotas tribos do interior, no mar aberto, dentro de um barco tão complexo? (James, 2000; p. 23).

Mesmo quando se reflete sobre a formação do proletariado rural no Brasil não se escapa da temática da escravidão; Ianni (2005) aponta claramente o fato de predominar na história política do trabalhador agrícola o período escravista. Os homens livres e pobres inseridos na lógica e na moralidade violenta dessa sociedade — como demonstra Franco (1997), ao pesquisar as lavouras de café da região do Vale do Paraíba no Século XIX — estavam excluídos dos meios de produção de maneira tal que sua marginalização era expressada por conflitos “em torno da apropriação de produtos de pequeno valor econômico, mas que permitiam uma suplementação monetária” (p. 29), visto que a violência era “uma forma rotinizada de ajustamento nas relações de vizinhança” (p. 30). A organização dessas pessoas em grupos não se sustentava em bases estáveis e de cooperação: ironicamente, eram marginais pois não participavam de uma sociedade de classes na qual “transformariam sua força de trabalho em mercadoria” (p. 237).

A contradição da escravidão ao nível social foi acompanhada da crise econômica quando da transição global para o capitalismo industrial. As características da economia escravista colonial, a incapacidade de acúmulo interno, a subordinação da produção ao capital externo, a debilidade das produções mercantis voltadas ao mercado interno, a presença de uma massa de homens livres à margem da economia ou subordinados ao escravismo e o uso extensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra, como enumeram Cardoso e cols. (1988), não coadunavam com os requisitos de autonomia do mercado interno necessários ao crescimento das nações dentro do mercado global.

Entretanto, esse modelo explicativo deve ser relativizado frente a considerações de que “a escravidão aparecia, não apenas associada à agroexportação, mas também servia de base a produções ligadas ao abastecimento interno” (p. 24). Tal abastecimento, entretanto, não

garantia a formação de um mercado consumidor, pois como nota Gorender (2005), a função primordial da grande exploração agrícola escravista das américas, a conhecida *plantation*, é prover o mercado mundial, e não o consumo imediato dos produtores.

A fim de buscar explicações, Cardoso e cols. (1988) sustentam que a escravidão, enquanto exploração da mão-de-obra, “é mais o resultado de relações de poder (sendo o produtor cativo de outrem) do que de relações econômicas” (p. 27). O escravo, “mercadoria” que produz outras mercadorias, é o participante extorquido em um complexo de relações de poder que se confundem com relações de produção, e onde a agroexportação tem a função de “preservar a estrutura social interna da sociedade escravista-colonial” (p. 29): volta-se portanto, no aspecto social, ao mercado interno, e no aspecto econômico se dirige ao externo.

Novamente se observa, de um outro ângulo e em vários sentidos, que as condições econômicas não correspondem necessariamente às demandas sociais, contrariamente às expectativas comezinhas. West (1994), ao analisar a cultura estadunidense, sugere isso ao afirmar que “o eclipse da esperança e o colapso do sentido da vida para a maioria dos americanos negros estão associados à dinâmica estrutural das instituições de mercado das empresas, que afeta todos os norte-americanos” (p. 34). O racismo é indiferente ante ao poder da maior potência econômica do mundo contemporâneo, de modo que quaisquer “pessoas de pele negra e fenótipo africano estão sujeitas a um potencial abuso hegemônico” (p. 42). Tirante às especificidades históricas, esse raciocínio é igualmente válido para a compreensão das relações interpessoais na estrutura escravocrata de base étnica na era moderna, em que ser visto como membro da população negra significava ser reconhecido como alvo em potencial para abusos e somente em casos muito restritos no espaço e temporalmente tardios, como parceiro, vide uma parcela dos judeus, dado que “as histórias afins de opressão e degradação de ambos os grupos serviam de trampolim para a verdadeira empatia e para alianças fundamentadas em princípios” (p. 89). Essa aliança em prol do combate aos estereótipos negativos e à exploração, porém, era largamente limitada pela corroboração majoritária dos

demais grupos excluídos com o sistema racial de castas que até os dias de hoje privilegia os não-brancos.

No Brasil, o sistema escravocrata adaptou-se às extensões territoriais sem perder a lógica de sua violência e exploração, como relata Ianni (1962), “foi instituído com intensidade variada pelas comunidades do território brasileiro. De conformidade com as transformações econômicas dos centros dinâmicos, e segundo o deslocamento ecológico de determinadas atividades produtivas, o Brasil acabou totalmente envolvido num vasto sistema escravista” (p. 8). Tanto as punições quanto as gratificações, nesse sistema, “são elementos importantes na manutenção do *status quo*, em que o branco domina econômica e socialmente” (p. 62).

Mattoso (1989) traz um ponto de vista profundamente lúcido ao afirmar que “era através do trabalho que os negros alcançaram a segurança básica indispensável à sobrevivência” (p. 125), a construção da idéia é simples, mas abriga a concepção de que os escravos conseguiam transformar aquilo que os rebaixava naquilo que os sustentava para que tivessem condições físicas e psicológicas para continuamente articular diferentes formas de associações no sentido do protesto: as associações se justificavam para o protesto contra o sistema escravocrata, sua razão de existirem. A conjuntura onde essas associações ocorriam também pode ser apontada como variável-critério do tipo de integração do negro, escravo ou livre; comenta Mattoso que a integração do indivíduo negro era inversamente proporcional ao grau de influência da cultura branca em um determinado contexto: ser escravo no sul não era o mesmo de ser escravo no norte do Brasil, porém, como a exploração escravocrata de base étnica estava presente nas economias de ambas as regiões, a influência branca, por menor que fosse, estava presente, e em uma hierarquia de poder das pessoas brancas em estratos sócio-economicamente superiores aos das pessoas negras.

O fato de o sistema escravocrata brasileiro moderno ter sido posteriormente teorizado como “cordial”, por meio de construções naturalizantes de características pré-concebidas acerca dos grupos socialmente excluídos — indígenas e afrodescendentes — e de uma

idealização de relações paradoxalmente benignas entre opressores e oprimidos do processo escravocrata, que redundariam em uma sociedade harmônica (Gilberto Freyre, 2003), reafirma a consideração de que o sistema foi extremamente cruel e deslegitimador da humanidade do *outro*, visto essa violência ter sido percebida, e amplamente divulgada, como o arquétipo possibilitador da “democracia racial” supostamente configurada no país, a partir da abolição da escravatura, suposição que não se confirmou com base nas observações e análises dos dados quanto à desigualdade racial no país (Ianni, 1972; Hasenbalg, 1978; Nascimento, 1978; Munanga, 1986; Henriques, 2001; Osório, 2003; Paixão, 2004; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2004).

III-2. Movimentos de Luta pela Libertação

Apesar de toda a opressão, e de todos os mecanismos para a contenção dos oprimidos, a revolta dos escravos ao longo da história da humanidade sempre foi incessante; a fala dos excluídos, como denota Girardi (1996), foi silenciada ao longo de 500 anos de resistência indígena, negra e popular nas Américas, devido ao potencial político-cultural de alternativa e de ruptura ao modelo instituído pelas elites. Inclusive, para Girardi, a real história americana foi modificada falaciosamente pela ótica dos opressores, de modo que “tomar partido pela resistência significa afirmar que seu ponto de vista é o mais idôneo para aproximar-se da verdade sobre o sentido da vida e da história” (p. 25).

O exemplo da insurreição da colônia francesa de São Domingos, atual República do Haiti, fortalecida nos ideais da Revolução Francesa (James, 2000), é emblemático do poder das minorias ativas em contestar as concepções hegemonicamente condicionadas (Moscovici, 1981): se a liberdade, a fraternidade e a igualdade eram para todas as pessoas, também tinham de ser para os escravos; os “jacobinos negros” de São Domingos levaram essas idéias à ordem prática, transformando o Haiti no primeiro estado livre da escravidão legal dentre todas as Américas, enquanto os revolucionários franceses ainda exploravam a escravidão em suas colônias.

Em termos dessa contraposição dos oprimidos ante à exploração, o Brasil está repleto de estórias silenciadas pela história oficial quanto à resistência dos negros ao regime escravocrata, estórias de libertação que não se restringem aos quilombos e seus combatentes, como Zumbi dos Palmares, ou às várias revoltas urbanas; aos conhecidos Abolicionistas, como Joaquim Nabuco, Luís Gama, André Rebouças, aos movimentos abolicionistas ou à Abolição da Escravatura: no ano de 1888, a esmagadora maioria dos negros já era livre, em função de pagamentos pessoais e grupais de alforrias, além de fugas em massa que constituem, até hoje, a maior ação de desobediência civil da história do país (Conrad, 1975).

Enumera Fiabani (2005) inúmeras estratégias desenvolvidas pelos cativos, quando no “ambiente de trabalho”, para se opor ao trabalho forçado, tais como a sabotagem das ferramentas de trabalho, o autoferimento, o “corpo mole”, o que era respondido pelos feitores com a estrita vigilância sobre cada etapa de produção e o castigo quando não se cumpriam as tarefas impostas. Havia também negociação por melhores condições de trabalho, como se constata por meio do caso dos escravos rebelados do engenho Santana, em Ilhéus, no ano de 1789, onde aconteceu uma revolta dos quase trezentos escravos, que se apossaram de parte das ferramentas e se refugiaram nas matas próximas; sequiosos por trabalho decente, os rebelados elaboraram uma carta de reivindicação, endereçada ao dono do engenho, em que se dispunham a voltar ao trabalho desde que fossem aceitas as condições de trabalho por eles reclamadas, entre elas dar “rede, tarrafa e canoas”, “todo o vestuário necessário” e até mesmo o direito de eleger novos feitores com a aprovação dos trabalhadores, entre outras demandas (Rebelados do Engenho Santana, 2005). Face à riqueza desse documento para análises históricas, antropológicas, sociológicas e psicossociais, ele se encontra reproduzido no Anexo A da dissertação.

Fora desse “ambiente de trabalho”, os quilombos sempre foram espaços conquistados pela resistência estratégica dos negros para elaborar táticas de combate, como demonstra Moura (1959), e materializar uma nova economia, formada por produtores livres, calcada na utilização dos recursos naturais disponíveis, com alto poder adaptativo e orientada pelo afastamento deliberado dos núcleos escravistas: a título de conhecimento, em Minas Gerais, os quilombos eram voltados à cata de ouro e diamantes, enquanto na Amazônia se especializaram no extrativismo de ervas (Fiabani, 2005).

A história da sociedade brasileira, defendem Aquino e cols. (1999, 2000), só pode ser conhecida quando a oficialidade dos vencedores é contrastada ante ao papel da participação popular na busca de justiça social, democracia e humanismo real, mascarada pela repressão.

A sociedade civil organizada, em semelhante conjuntura, conforme definido por Schiochet (1999), constitui-se enquanto “instrumento conceitual de politização do social” (p. 7), significando que a sociedade se organiza para a política por meio dos movimentos sociais, de modo que os indivíduos participantes desses movimentos, os contemporaneamente denominados “ativistas” ou “militantes” são em si mesmos veículos do interesse da coletividade, e não apenas de seus próprios interesses.

Exemplos de resistência à falsa cordialidade do escravismo brasileiro, defendida por autores como Gilberto Freyre (2003), reverberam em toda literatura científica e nos documentos históricos. Como resgatou Silva (2001), a partir da análise do trabalho realizado por escravos e libertos no Rio Grande do Sul com o manuseio de químicas, observa-se que os escravos formavam redes de solidariedade até mesmo para obtenção de drogas com as quais alguns envenenavam “toda a ceia da família de seu senhor” (p. 31), e muitos praticavam “feitiçaria”, sofriam alcoolismo, tabagismo ou consumiam-nas para entorpecimento, cometiam suicídios: era comum os senhores de escravos vigiarem o parto das escravas, para que essas não matassem seus filhos recém-nascidos, evitando assim que as crianças fossem escravizadas desde a pequena infância. Tudo isso realizado como prática de resistência ao horrível martírio da escravidão, prática de suicídio como libertação, reiterada desde a Antiguidade, simbolizada inclusive na literatura eurocêntrica por figuras clássicas como Demóstenes e Cleópatra, que como milhões de outros não-libertos na História, livravam-se da morte ignominiosa, da injúria ou da servidão perpétua conduzindo sua morte com as próprias mãos.

É uma constatação dos movimentos de resistência à opressão e em prol da libertação em qualquer lugar do mundo, especialmente nos países submetidos aos regimes colonialistas, como as nações africanas, que esses regimes buscam a legitimação de sua autoridade por meio do trabalho de aproximação entre os sujeitos colonizados e caricaturas de sua identidade histórica (*South West África People’s Organisation of Namíbia – SWAPO, 1987*).

O movimento pela libertação, assim, configura-se não só como um ato de libertação física, mas principalmente de independência psicossocial ante à força do opressor.

Historicamente, o sucesso ou o fracasso dos movimentos sociais pela libertação depende, segundo Rudé (1991), da sua associação e influência ante aos detentores do poder, em especial “as forças armadas à disposição do governo”; esse dado é especialmente verificável quando se refere ao Brasil, em que a obediência das forças armadas ao governo instituído sempre foi uma variável mais fortemente dependente de fatores sociais e políticos do que unicamente militares. Pode-se traduzir essa força armada como uma força da arma, ou em poder de intervir materializado.

A ação pela libertação dos oprimidos, destarte, é um processo de empoderamento que, por meios particulares, resulta na libertação. Conforme apontado acerca do pensamento de Gramsci, segundo Finelli (2001), somente enquanto resultado, e não como princípio, é que se pode avaliar a capacidade de ação de uma subjetividade sobre a história, resultado constatado por meio da evolução dos grupos subalternos do nível das iniciativas tão-somente econômicas para o nível das iniciativas culturais e políticas.

Esse pensamento vai ao encontro do modelo de cinco estágios das relações intergrupais, desenvolvido por Taylor e McKirnan, em 1984, no campo da Psicologia Social, com uma perspectiva não-reducionista das relações intergrupais e empenhado em “incorporar tanto processos macro quanto micro na interpretação do comportamento intergrupais” (Taylor e Moghaddam, p. 139; 1994). Esses cinco estágios abrangem, sucessivamente:

1. Relações intergrupais claramente estratificadas;
2. Ideologia individualística;
3. Mobilidade social individual;
4. Aumento da consciência; e
5. Ação coletiva.

O primeiro estágio do modelo se refere a sociedades altamente estratificadas, em que não há possibilidade de mudança entre as classes, o *status* de cada grupo é completamente rígido, e os membros de grupos em desvantagem atribuem sua posição inferior a si mesmos.

No segundo estágio, a estratificação não se baseia mais em características atribuídas aos grupos em desvantagem, sua base de critério passa a ser as conquistas, na conjuntura da modernização e do aumento da classe média, em que se valorizam mais as habilidades ocupacionais e a complexidade dos papéis; isso gradualmente leva à ideologia de mobilidade social do indivíduo.

Na França pré-revolucionária, segundo Kothe (1997, 2000), essa percepção foi denominada como *noblesse de robe*, em referência àqueles que são “nobres” pelo que fazem e têm por seus esforços pessoais, em contraposição à *noblesse de sang*, a aristocracia, aqueles com o poder herdado, que passaram a ser cada vez mais desvalorizados.

Os membros de grupos em desvantagem, no segundo estágio, acreditam que suas contribuições grupais valem menos que as das pessoas em posições profissionais, em função de fatores particulares, daí julgarem, individualmente, que merecem estar em desvantagem. Tal raciocínio se fundamenta na Teoria da Equidade, a qual “apresenta um modelo de indivíduo como um ser racional que computa os *inputs* e os *outcomes* para si e outros, então compara as razões derivadas, para chegar a uma noção de justiça” (Taylor e Moghaddam, 1994; p. 96).

A Teoria da Equidade, desenvolvida em 1973 por Walster e colaboradores, segundo Taylor e Moghaddam (1994), propõe que as pessoas lutam por justiça em seus relacionamentos e se sentem exploradas quando se percebem injustiçadas: os *inputs* são as contribuições, e os *outcomes* são recompensas ou punições, tangíveis ou intangíveis, como se apresenta na fórmula da teoria: $O_x - I_x / | I_x | = O_y - I_y / | I_y |$, onde O = *outcome* e I = *input*. Nota-se que a percepção de equidade social admite a influência de *inputs* negativos.

Na relação intergrupar em desequilíbrio, os grupos podem se dividir quanto ao modo de restaurar a equidade, que pode ser “real” ou “psicológico”: a compensação ocorre quando há restauração real da equidade pelo grupo em vantagem e pelo grupo em desvantagem, o que, nesse caso, pode gerar retaliação por parte do grupo em desvantagem. Na restauração psicológica da equidade, o grupo em vantagem tende a culpar a vítima e exagerar seus próprios *inputs*, enquanto o grupo em desvantagem, na restauração psicológica da equidade, a qual é induzida se o grupo não for poderoso, pode deixar o relacionamento com o outro grupo ou se auto-culpabilizar (Taylor e Moghaddam, 1994).

No terceiro estágio da dinâmica de relações intergrupais, membros do grupo em desvantagem tentam ir para o grupo em vantagem; para tanto, adotam uma série de características desse grupo, apesar de reter fatores do grupo em desvantagem suficientes para manter sua própria identidade.

No quarto estágio, aqueles indivíduos que passaram pelo terceiro estágio, mas não foram bem sucedidos em passar ao grupo em vantagem, retornam ao seu grupo de origem e instigam a ação coletiva; os poucos bem sucedidos reafirmam sua crença na justiça do sistema, e se conformam às normas do grupo em vantagem.

Um ponto fundamental para incentivar a ação coletiva é um número grande de membros do grupo em desvantagem notar que a ligação entre habilidade e esforço, e “subir na vida”, é inválida para o seu grupo, e se perceberem injustamente discriminados.

No quinto estágio ocorre a ação coletiva, calcada no aumento da consciência do grupo em desvantagem acerca da injustiça de sua condição. Nesse estágio, o grupo em desvantagem usa as estratégias de competição, de reavaliação e de originalidade social, a fim de criar “novas dimensões para comparação social” (Taylor e Moghaddam, 1994; p. 148).

É primordial denotar que os autores assumem, como influência para a construção do modelo, a Teoria Elitista de Pareto (conforme citado em Taylor e Moghaddam, 1994). Pareto considera a sociedade como composta de “elites” e de “não-elites” — faz-se mister salientar

que o objetivo de Pareto é “simplificar”, no sentido de uma “navalha de Ockan”, a compreensão dos processos políticos —, nesta sociedade, a circulação entre a elite e a não-elite é aberta, de modo que há a permissão de mobilidade social, mas quando a circulação é fechada, os indivíduos “talentosos” da não-elite tentam derrubar a elite governante para se impor. Em Pareto, a existência de uma elite é inevitável, porque é parte da “natureza humana”, não é circunstancial.

Taylor e McKirnan defendem que, inerente ao modelo dos cinco estágios, configura-se a idéia de que “raramente, ou nunca, o relacionamento entre dois grupos é perfeitamente igual. Logo, o modelo tenta explicar relações entre grupos onde um está em vantagem e o outro está em desvantagem” (Taylor e Moghaddam, 1994; p. 140). O termo “grupo em vantagem” é utilizado pelos autores, em detrimento a “minoria” ou “maioria”, pelo teor quantitativo adjacente a estes, o que não coaduna com a proposta do modelo, segundo o qual a responsabilidade da desigualdade é externa aos grupos.

O modelo lida com processos de desenvolvimento intergrupais influenciados por “mudanças sociais em larga escala, tais como industrialização” (Taylor e Moghaddam, 1994; pp. 140-141), tendo, desse modo, uma perspectiva no processo histórico, e portanto “problematizadora”; segundo os autores, “os processos relativos ao modelo de cinco estágios são, de algum modo, mais extensíveis do que a psicologia de qualquer geração de membros de um grupo” (p. 141).

A dinâmica das relações intergrupais, no modelo de cinco estágios, considera o tempo, para as transformações sociais, a longo prazo; afirma literalmente que “os cinco estágios podem levar séculos para ser completados” (p. 141), apesar de também poderem ocorrer em um período mais curto; isso é deduzido como dependente de fatores históricos, sociais, econômicos, políticos e psicológicos: se o estado estratificado e diferencial da sociedade é “aceito como parte da realidade social” (p. 141), é possível deduzir que as mudanças sociais se darão *ipso facto* em termos de grupos com *status* alto ou baixo.

A relação entre grupos opressores e oprimidos, mais do que uma consequência desse *status quo ante*, é a redundante expressão de todo e qualquer *status quo*.

Os dois processos fundamentais para a interligação dos estágios são o de atribuição de causalidade e o de comparação social.

Referenciando-se resumidamente a Aroldo Rodrigues, considera-se a importância do processo de atribuição de causalidade como “mediador no comportamento exibido por pessoas vitimadas por diferentes infortúnios” (Rodrigues, p. 34; 1996), classificáveis em dois grupos: atores, aqueles que sofreram determinados infortúnios, que tendem a fazer atribuições externas ou situacionais quanto à responsabilidade pelo ocorrido; e observadores, que não haviam sofrido os infortúnios, e tendem a fazer atribuições internas ou disposicionais quanto à mesma responsabilidade, que acaba recaindo sobre a vítima.

Em Rodrigues (1996), a estratificação e a consciência de classe derivam de certas atitudes e valores impostos, no contexto de um determinado processo econômico, com seus específicos meios de produção. Esses valores são assimilados, juntamente com a consciência individual de pertencer a um grupo social, o que se manifesta em características externas, como renda, educação, profissão *et cetera*, utilizadas como parâmetros de discriminação.

Para o modelo dos cinco estágios, assume-se a concepção de Rodrigues, pois há dois níveis de cada processo: na atribuição de causalidade, os níveis são denominados como de “atribuição individual” e de “atribuição grupal”. Na comparação social, os níveis individual e grupal de comparação social envolvem aspectos semelhantes dos de atribuição de causalidade, onde o nível individual envolve a comparação com outros membros do grupo, enquanto o nível grupal se refere comparação do próprio grupo com outros que sejam relevantes.

Como os próprios autores afirmam, o modelo de cinco estágios é realista e heurísticamente útil. O modelo de Taylor e Moghaddam pode ser lido como uma aplicação da

idéia hegeliana de que o escravo, para se libertar, deve também se libertar da idéia de escravo que tem em sua mente, e na mente do “senhor”.

Tais elocubrações acerca do modelo de cinco estágios e da teoria da equidade possibilitam compreender teoricamente a ainda frágil cidadania dos brasileiros, conquistada, como recordam Neves e cols. (1996), Gohn (1995) e os dados da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EMPLASA (1982), a partir da progressão de pequenas porém grandes ações das camadas populares da sociedade civil mobilizada, que remonta às revoltas indígenas, negras, camponesas, às lutas contra a escravidão, as cobranças do fisco, os atos e leis arbitrários do poder público, os regimes políticos e igualmente entre as classes sociais.

O Brasil deve os avanços que socialmente conquistou desde os mais famosos aos mais anônimos dos libertadores, face à rigidez e falta de mobilidade que demonstram o quão árdua foi a luta pela conquista de espaço digno e até mesmo preservação da memória dessas conquistas (Pereira, 2005), por meio da qual elas são preservadas do hoje para o futuro, pois os pequenos avanços dos grupos em desvantagem se transformaram em grandes vantagens para a sociedade como um todo.

No capítulo seguinte são apresentadas descrições e análises acerca do fenômeno da escravidão no Brasil contemporâneo.

IV. Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo

“ONGs ideologicamente atrasadas, financiadas por recursos dos países ricos, insistem em afirmar que o trabalho escravo é a principal forma de emprego na agricultura brasileira. Essas acusações se intensificam justamente num momento em que o Brasil, impulsionado pelo agronegócio, aumenta sua participação no comércio mundial. É preciso que se dê um basta às denúncias equivocadas de trabalho escravo no campo”

João de Almeida Sampaio Filho, presidente da Sociedade Rural Brasileira, em reportagem de O Estado de São Paulo, no dia 8 de dezembro de 2004.

“Não vamos resolver os problemas do campo e do desemprego ameaçando produtores e fazendeiros com o confisco de terras no caso das muitas e controversas versões de ‘trabalho escravo’. O medo de ter um nome da família colocado à execração pública já vem levando muitos produtores a mudarem de ramo, deixando para trás uma legião de famílias de desempregados”

Pronunciamento de Severino Cavalcanti, ex-deputado federal, então segundo-secretário da Câmara dos Deputados, no dia 2 de março de 2004.

IV-1. Escravidão Contemporânea: Dados Documentais e Perspectiva Econômica

A partir da definição do conceito de pessoa escravizada, atribuído a pessoas em determinadas condições de trabalho, e da reconstrução da História da escravidão e do seu papel sócio-econômico para a Humanidade estudados nos capítulos anteriores, pretende-se neste capítulo compreender o *background* que sustenta a escravidão hoje.

Existe uma corrente de discussão sobre o trabalho escravo no Brasil contemporâneo denominada “negacionismo”, o que significa, simplesmente, que a existência de escravidão hoje é negada peremptoriamente por alguns, por exemplo: informam Plassat e Gonçalves (2005), entre inúmeros relatos, que em junho de 2003 foram libertos 39 trabalhadores escravizados em uma fazenda do Mato Grosso de propriedade de um presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; que um ex-prefeito de Unaí foi condenado em dezembro de 2002 por prática de trabalho escravo no Pará e comentou: “Eu me lixo com isso”; que foram resgatados em fevereiro de 2001 25 trabalhadores escravizados em um

fazenda do Tocantins de propriedade de um ex-ministro da Agricultura; que determinado senador da República pelo estado do Tocantins defendeu em pronunciamento, no dia 14 de junho de 2004, um amigo que supostamente era perseguido por fiscais porque tratava seus peões “à moda antiga”; na fazenda desse senador, no Pará, em janeiro daquele ano, foram libertos 35 trabalhadores escravizados, ao que o político sofreu denúncia criminal e foi condenado pela Justiça do Trabalho a indenizá-los coletivamente em sessenta e seis mil reais. Sobre esse caso em particular, o senhor Cláudio Fonteles, procurador-geral da República, afirmou: “a repugnante e arcaica forma de escravidão por dívidas foi o meio empregado pelos denunciados para impedir os trabalhadores de se desligarem do serviço” (Plassat e Gonçalves, 2005; p. 46).

A “descoberta” da escravidão contemporânea causa surpresa não só porque sua denúncia foi silenciada ou menosprezada, mas também porque contradiz a concepção teleológica de tempo como uma sucessão de acontecimentos linearmente estruturados, visto que a escravidão não se ajusta às concepções de democracia e de capitalismo sustentadas na contemporaneidade.

Na fala de Carvalho (1999), imbricada pelo pensamento complexo de Edgar Morin, a modernidade se caracteriza pela dominação de uma tecnosfera eco-destruidora que impede a auto-regeneração do biosistema, no qual o ser humano é mais um dos elementos; isso gera uma dialética perversa, em que nossas personalidades se submetem “a forças tirânicas incontidas, a pulsões desenfreadas oriundas do *bas-fond* da alma, que lutam por se tornarem dominantes e atuantes, para caotizarem o ser-sujeito, ou para imprimir-lhe novas reorganizações” (p. 110). Martins (2002) reflete sobre essa questão ao reelaborá-la no contexto econômico global:

o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e

marginalização social para outros setores da população. Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como um modelo de antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (p. 13).

Induz-se que, nesse *status quo*, a complexidade do real-social possibilitaria a interconvivência não-harmônica/paradoxal entre sistemas estruturalmente divergentes, tais como o capitalismo pós-moderno e a antiqüíssima prática de escravidão. Um exemplo cotidiano desse paradoxo é a relação entre a cidade urbanizada e a favela: em ambos os espaços há exclusão, no entanto, afirma Martins (2002), “a desumanização que alcança o favelado é bem distinta da desumanização que alcança quem faz discurso sobre o favelado” (p. 42).

O trabalho escravo é uma realidade global, encontrado inclusive nos países desenvolvidos como Estados Unidos (mão-de-obra latino-americana em plantações do sul) e França (mulheres islâmicas no trabalho doméstico abusivo), e que se relaciona a fluxos migratórios e ao tráfico de seres humanos (Martins, 2002). Ao dissertar acerca da problemática dos excluídos na atualidade, em cuja conjuntura global de redefinições no mundo do trabalho o Brasil se insere, Iokoi (1997) salienta que o modelo econômico contemporâneo promove um vasto deslocamento populacional em um breve período de tempo, o qual, em função de seu deslocamento e de outros fatores, não consegue ser absorvido nem mesmo a médio prazo.

A escravidão contemporânea se estrutura em torno de organizações isoladas do Estado: fazendas em regiões muito afastadas dos núcleos urbanos ou, nas cidades, em casas de prostituição e no trabalho doméstico abusivo (Figueira, 2001). A descoberta de tais situações exploratórias extremas no mundo do trabalho poderiam ser ainda hoje negadas não

fossem os trabalhos acadêmicos e investigativos de autores como Martins (2002), Figueira (2001, 2004), Le Breton (2002), entre outros.

É uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a de que o emprego, para “promover o crescimento e o desenvolvimento econômicos, elevar o nível de vida, atender às necessidades de mão-de-obra e resolver o problema do desemprego e do subemprego” (OIT, 2003; p. 14), precisa ser plenamente produtivo, baseado em escolhas livres de imposição. Essa é uma posição impossível de ser universalmente defendida nos termos atuais do trabalho, que se acerca da escravidão e a utiliza como *modus operandi* da produção junto, inclusive, a estados-membros da OIT.

Como aponta Dupas (1998), a questão do emprego é uma questão de direitos humanos, visto que “a renda obtida do trabalho é o instrumento pelo qual o homem tem acesso aos bens e serviços essenciais a uma sobrevivência digna” (p. 107). Entretanto, a lógica da economia mundial tem de tal modo flexibilizado o emprego formal e alterado o nível e a estabilidade da renda que se produz uma piora generalizada no quadro do desemprego em todo o globo.

É imprescindível distinguir o caráter marginal da escravidão contemporânea daquilo que pode ser apontado como periférico: a informalidade no trabalho é um sistema periférico do capitalismo porque, apesar de estar à margem do sistema econômico vigente, de certo modo a informalidade ainda se remete ao capitalismo global, e a ele pode se reintegrar à medida em que se formaliza; a escravidão, não. Como pontua Genovese (1976), referindo-se ao processo de decadência e superação da escravidão moderna em prol do surgimento do capitalismo industrial, “as economias escravistas geralmente manifestam tendências irracionais que inibem o desenvolvimento econômico e põem em risco a estabilidade social” (p. 21). Nas sociedades integradas ao mercado global, tais incertezas não são aceitáveis. No entanto, o mundo não é inteiramente globalizado, o que possibilita a co-existência de comunidades isoladas, praticantes da escravidão, no meio do planeta do capital.

Bales (2000) diferencia detalhadamente a escravidão moderna da escravidão contemporânea por meio dos fatores legalidade, custo, lucro, disponibilidade de escravos potenciais, tempo de relacionamento escravo/escravizador, descartabilidade, importância das diferenças étnicas, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Diferenças das escravidões moderna e contemporânea.

Característica	Escravidão moderna	Escravidão contemporânea
Legalidade	Legal	Ilegal
Custo	Alto	Baixo
Lucro	Baixo	Alto
Disponibilidade potencial	Pouca	Muita
Tempo de relacionamento	Longo	Curto
Descartabilidade	Baixa	Alta
Importância da etnicidade	Alta	Baixa

Pode-se considerar, como um fator comum entre a escravidão contemporânea e a moderna, o uso da força para a manutenção do poder, por meio de ameaças, todo tipo de agressões, coerção física, punições exemplares e até mesmo assassinatos, seja contra os escravos, seja contra os libertadores. Deve-se também relativizar, no referente à característica “importância da etnicidade”, que no caso brasileiro de escravidão contemporânea, sendo as pessoas exploradas pelos escravocratas de origem sócio-econômica baixa, em sua maioria elas também serão negras, conforme estudos como o de Henriques (2001), o qual demonstra que a inferiorização econômica no Brasil é epidermizada negativamente para a população negra.

Se a escravidão moderna foi calcada no estilo eslavo, conforme proposto no primeiro capítulo do presente trabalho, a escravidão contemporânea remete àquela, como seu eco, na exploração de populações para um determinado mercado.

O Brasil escraviza o seu próprio povo, por meio da exclusão social estruturalmente integrada à cultura nacional, como denota Vêras (2002): “além da humanidade formada de integrados (ricos e pobres), inseridos de algum modo no circuito das atividades econômicas e com direitos reconhecidos, há uma outra humanidade no Brasil, crescendo rápida e tristemente através do trabalho precário, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos, tratados como cidadãos de segunda classe” (p. 40) e, acrescente-se, literalmente escravizados. No aspecto dessa exclusão, comenta Martins (2002, p. 27) que “a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista... ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea”.

No Brasil, as migrações que fornecem recursos humanos às organizações escravocratas são internas, restritas ao território nacional, englobando, principalmente, estados das regiões Nordeste e Norte do País (Paiva, 2003), respectivamente “fornecedora” e “consumidora”, tirante exceções. Historicamente, o tráfico interno de escravos se tornou um negócio lucrativo para os traficantes de pessoas a partir da proibição do tráfico internacional; na atualidade, os “gatos”, intermediários para os proprietários de fazendas na procura, contratação e retenção de pessoas em condição de miséria, sustentam-se sobre essa realidade. O tráfico de pessoas já era uma característica da escravidão na Era Moderna, pode hoje ser mais uma particularidade herdada, entretanto, o fenômeno da escravidão contemporânea, conforme aponta Martins (2002):

Durante muito tempo, os teóricos das questões sociais consideraram, e muitos ainda consideram, o problema das formas servis de trabalho um mero resíduo de um passado condenado e em extinção, superado por formas modernas e contratuais de convivência e de trabalho. Não obstante, chegamos ao final do século com o débito moral de, provavelmente, duzentos milhões de pessoas vivendo sob distintas formas de cativo no mundo. O que inclui não só efetivos

trabalhadores, mas também outras formas de sujeição pessoal, como a prostituição infantil, o tráfico de mulheres, o comércio de pessoas e o seqüestro e comércio de crianças para a guerra (...). Na Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão temos recebido denúncias e pedidos de socorro de grupos humanitários até mesmo dos Estados Unidos e da Europa, lugares em que a contratualidade das relações de trabalho parecia institucionalizada e estabelecida. Portanto, estamos longe de compreender de modo substantivo esse fenômeno. Certamente, não é um fenômeno puramente residual. Prefiro tratá-lo como uma expressão tardia de contradições próprias do desenvolvimento capitalista, que se manifestam em condições econômicas, sociais e culturais particulares (pp. 151-152).

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, organização pioneira em apontar para a existência do trabalho escravo no Brasil, em 1984 foi confirmada a primeira grande denúncia de trabalho escravo, no sul do Pará, conforme o depoimento abaixo transcrito:

Os peões conseguiram escapar a pé da fazenda e foram parar em São Félix do Araguaia. Houve mobilização e a idéia de flagrar os responsáveis foi frustrada. Não se conseguiu fazer o flagrante, então convocou-se a imprensa nacional e internacional e se fez a denúncia. Havia indícios de que eram 600 trabalhadores. Mais tarde, uma matéria publicada na Alemanha afirmou que havia 800 trabalhadores escravizados (www.cptnac.com.br).

Relendo a sua própria experiência de vida no combate ao trabalho escravo, enquanto participante da Comissão Pastoral da Terra, Figueira (2004) reforça a existência do caráter migratório, sócio-econômico e de gênero do fluxo de trabalhadores escravizados (segundo o autor, 96,3% dos escravizados são homens), ou seja, pessoas são aliciadas pelos “gatos”, intermediários nesse tráfico de seres humanos, para se deslocarem de suas precárias condições de vida por uma falsa impressão de melhorias nas condições econômicas.

A percepção do autor é corroborada por dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2003), como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, escala que vai de 0 a 1), cruzados com outros de arquivos do Grupo de Trabalho para Erradicação do Trabalho Forçado, do Ministério do Trabalho e Emprego, e com os índices de exclusão social (IES, varia de 0 a 1, sendo que as piores condições de vida se aproximam de zero, enquanto as melhores se aproximam de 1; é composto por 3 aspectos: padrão de vida digno, grau de conhecimento e risco juvenil) e de emprego formal (IEF, escala de 0 a 1 medida pela taxa de emprego formal sobre a população economicamente ativa – quanto mais próxima de 1, mais empregos formais existem) de Pochmann e Amorim (2004), apresentados na Tabela 2, sobre os dez municípios brasileiros de onde mais se originaram trabalhadores escravizados no ano de 2002, fica patente o baixo desenvolvimento sócio-econômico das regiões de origem.

Tabela 2: Indicadores dos municípios de maior emigração de trabalhadores escravizados.

Município	UF	Indicador			Pessoas com renda <i>per capita</i> < R\$ 37,75 (%)
		IDH	IES	IEF	
Redenção	PA	0,744	0,430	0,092	15,02
Barras	PI	0,581	0,321	0,032	49,15
Marabá	PA	0,714	0,433	0,081	20,63
Imperatriz	MA	0,722	0,462	0,097	17,11
Porto Alegre do Norte	MT	0,709	0,422	0,041	22,79
Açailândia	MA	0,666	0,394	0,092	23,46
Araguaína	TO	0,749	0,458	0,115	16,01
Chapadinha	MA	0,588	0,332	0,049	50,40
Caxias	MA	0,614	0,365	0,048	37,96
Codó	MA	0,558	0,331	0,046	48,15

Para termos de compreensão do significado de tais índices, os valores do índice de exclusão social apontam para situações de exclusão social muito altas ($IES < 0,4$) nos municípios de Açailândia/MA, Barras/PI, Caxias/MA, Chapadinha/MA e Codó/MA (todos da região nordeste do Brasil); e situações de exclusão social altas ($0,4 > IES < 0,5$) em todos os demais. Quanto ao índice de emprego formal, a empregabilidade formal é muito baixa ($IEF < 0,05$) nos municípios de Barras/PI, Caxias/MA, Chapadinha/MA, Codó/MA e Porto Alegre do Norte/MT; havendo empregabilidade formal baixa ($0,05 > IEF < 0,1$) nos municípios de Açailândia/MA, Imperatriz/MA, Marabá/PA e Redenção/PA; Araguaína/TO é o único município da lista com empregabilidade formal média ($0,1 > IEF < 0,2$). No quesito empregabilidade nenhum dos municípios nordestinos da lista tem um índice razoável, o que sugere explicações para a emigração da mão-de-obra para regiões, especialmente da região norte, onde, apesar de haver exclusão social alta, se disponibilizam mais empregos que os seus vizinhos.

Pochmann e Amorim (2004) alertam que a situação de vulnerabilidade social do Nordeste é drástica, considerando que a região abriga 72,1% dos municípios brasileiros com índice de exclusão social muito alto, sequer as capitais da região nordeste têm índice de exclusão social baixo; o único município nordestino com IES pouco acima de 0,6 (considerado baixo), é Fernando de Noronha (IES igual a 0,664; IEF igual a 0,166, alto). Para comparação, note-se que São Caetano do Sul/SP, município brasileiro com o menor grau de exclusão social, apresenta IES igual a 0,864 e empregabilidade alta (IEF igual a 0,740).

No que se refere à região “consumidora”, a Norte, Becker (2005) aponta para um caminho de compreensão de sua dinâmica econômico-laboral quando, ao recordar da Amazônia — na qual a região Norte se inscreve — como uma região grande espacialmente porém pequena populacionalmente, compreende que os problemas dessa região também se inscrevem na própria lógica da exclusão decorrente de dois fatores, (1) o modo de inserção do Brasil no sistema capitalista e (a) a reorganização regional acelerada da sociedade brasileira, o

que se traduz no fato de que a região Norte passa por uma transição econômica de economia de fronteira, marcada pela exploração predatória dos recursos naturais (Figura 2)— concebe-se nesse sistema que o “progresso” depende da exploração de recursos naturais erroneamente considerados infinitos — e dos recursos humanos (identificado pela adoção do trabalho servil), para uma economia industrializada, *pari passu* à necessidade de ser sustentável, em decorrência principalmente do papel da sociedade civil organizada em criticar o discurso predatório, defendendo a relação cooperativa entre os seres humanos e a natureza.



Figura 2: Cidade de Marabá, no estado do Pará (foto: pesquisador).

O governo brasileiro foi um dos primeiros e poucos em todo o mundo a admitir a existência de trabalho escravo em seu território, em 2003, frente à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU); graças a essa atitude se pôde lançar, no mesmo ano, o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Presidência da República, 2003), o qual contém propostas com prazos e órgãos responsáveis pela sua execução; sendo uma das mais importantes delas o projeto de lei que desapropria terras em que for encontrado trabalho escravo, suspende o crédito de fazendeiros escravocratas; essa proposta tem enfrentado forte resistência na Câmara Federal por parte da bancada ruralista.

Esse Plano foi seguido, em 2005, pelo Plano MDA/INCRA para a Erradicação do Trabalho Escravo (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005); o empenho específico do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nessa política é imprescindível, pois o campo de trabalho dessa instituição se encontra exatamente no espaço físico, na terra onde os trabalhadores do meio rural são aliciados para ao trabalho escravo, onde, de acordo com o Plano MDA/INCRA, é possível que, neste mesmo ano de 2005, vinte e cinco mil pessoas estejam sendo escravizadas.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em ações integradas à Polícia Federal e ao Ministério Público do Trabalho (MPT), combate o trabalho escravo nas fazendas do Brasil por meio do recebimento de denúncias da sociedade civil organizada, fiscalização e efetiva libertação dos trabalhadores escravizados, seguida de efetuação de cálculo de seus direitos trabalhistas, que são cobrados dos fazendeiros escravocratas (Figura 3). As denúncias dos grupos sociais dependem de informações que os mesmos conseguem coletar, principalmente, junto a trabalhadores que conseguem fugir de determinadas fazendas escravocratas e buscam auxílio nessas organizações não governamentais, reconhecidas pelo apoio direto que prestam às comunidades carentes.



Figura 3: Fiscais calculando direitos de trabalhadores libertos (foto: MTE).

A participação da Polícia Federal tem o propósito de proteger os fiscais do MTE e do MPT em caso de conflito armado com os seguranças das fazendas. A dependência dos fiscalizadores ante aos policiais reforça a percepção de como ainda hoje, conforme apontado no capítulo III-2, os movimentos sociais dependem da força armada para efetuar o ato de libertar, no tocante ao contexto específico da escravidão rural, e sem remeter-se aqui à idéia de “revolução armada”.

As ações de denúncia da sociedade civil organizada remetem à organização dos camponeses pela luta por moradia e trabalho dignos, não diretamente à libertação do trabalho escravo, pois não existe no Brasil uma organização não governamental que lute especificamente contra o trabalho escravo, diferentemente, por exemplo, da organização britânica *Anti-Slavery International*, com sede em Londres, que desde o Século XIX se engaja no combate à escravidão. Referente à luta dos camponeses, Alves (2004) detalha a articulação de mulheres e homens, em torno das comunidades eclesiais de base e de associações de moradores, pela construção de casas em mutirão, reivindicando suas práticas sociais. É aí apontada a influência dos movimentos religiosos em contextos locais economicamente fragilizados e não assistidos pelo Estado, influência constatada, por exemplo, na atuação da Comissão Pastoral da Terra à frente das denúncias de trabalho escravo no campo.

A estrutura organizacional brasileira de libertação dos escravizados, conforme se deve ter observado através das asserções acima apresentadas, é temporalmente recente, e não é articulada de forma totalmente integradora, no sentido de uma rede de informações controlada, mas, isso sim, de uma rede de informações voluntária e dependente das informações que os excluídos conseguem repassar às organizações não governamentais.

Segundo dados de relatórios do Ministério do Trabalho e Emprego (1985-2004), no ano de 2004 foram libertados 2.745 trabalhadores escravizados em fazendas brasileiras. Entretanto, em função da disponibilidade insuficiente de pessoal capacitado nos postos de fiscalização espalhados no continental território brasileiro, a única maneira de o Estado tomar

conhecimento dessa exploração do trabalho humano é a denúncia, geralmente de trabalhadores que conseguem fugir ou de pessoas próximas às fazendas escravocratas, que decidam denunciar.

Em sua maioria esmagadora, os casos de trabalho escravo no Brasil se baseiam em servidão por dívida (também conhecida como peonagem), na qual os fazendeiros atribuem aos trabalhadores gastos indevidos relacionados a transporte, alimentação e uso dos equipamentos de trabalho, para que os mesmos fiquem presos à atividade para a qual foram contratados, impossibilitados de cobrir a suposta dívida, e submetidos a condições degradantes de trabalho (Figura 4), muitas vezes tendo de montar seus próprios abrigos (Figura 5) e caçar sua comida, geralmente insalubre (Figura 6).



Figura 4: Condições de trabalho de carvoeiros escravizados (foto: MTE).

Os escravocratas são latifundiários, atuando na condução da sociedade brasileira como políticos e empresários, que empregam intermediários, denominados “gatos”, para aliciar trabalhadores pouco instruídos e sem proteção de qualquer rede social, obtendo grandes lucros com a exploração do trabalho alheio. Os gatos têm como uma de suas principais atribuições manter a ordem no local de trabalho, especialmente por meio de ameaças, agressões e, em alguns casos, assassinato, portanto, sempre portam e exibem aos

trabalhadores suas armas, às vezes de grosso calibre, com as quais podem matá-los a qualquer momento, ao seu alvedrio (Figura 7).



Figura 5: Abrigo de trabalhadores escravizados no Maranhão (foto: MTE).



Figura 6: Carne em varal de fazenda escravocrata no Pará (foto: Comissão Pastoral da Terra).



Figura 7: Armas retiradas do poder de gatos (foto: MTE).

A própria economia brasileira depende da escravidão para o crescimento de uma fatia considerável de seus lucros no agronegócio, o maior contribuinte para o Produto Interno Bruto, não à toa muitos libertadores de escravos relacionam a persistência dos latifúndios com a permanência da escravidão no Brasil. Dados da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (1995-2003) alertam, por exemplo, que já foi identificada escravidão na pecuária realizada dentro do Distrito Federal; e que 34,9% dos casos de escravidão brasileira contemporânea ocorrem no Pará, principalmente no desmatamento, pecuária e produção de carvão vegetal, que costumam empregar famílias inteiras, incluindo crianças.

Apesar de o termo “agronegócio” à primeira vista ser genérico, referindo-se a uma série de operações comerciais agrícolas, Oliveira e Stedile (2005) buscam especificá-lo ao assinalar que agronegócio ou *agrobusiness* é um nome para os latifúndios com alta tecnologia que se especializaram em monoculturas, idéias associadas a esse negócio seriam as de alta produtividade e a de produção para a exportação. Esse modelo, para os autores, não é particularmente brasileiro, pode ser encontrado em outros países, inclusive nos desenvolvidos,

porém a especificidade brasileira está nos baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros, em comparação com a renda na indústria ou no comércio: fazendeiros brasileiros teriam vantagem comparativa nos preços internacionais por não respeitar direitos econômicos dos trabalhadores do campo.

A predominância da escravidão contemporânea em fazendas é um dos sintomas dos graves problemas sociais do meio rural brasileiro, a experiência do subsídio não-uniforme do capitalismo agrário para o capitalismo urbano-industrial foi vivenciada no Brasil, na expressão de Fernandes (1979), concomitantemente à “resistência sociopática à mudança social” (p. 105), caracterizada, como aponta o Fernandes, por “comportamentos econômicos autodefensivos e autocompensadores” (p. 109) subcapitalistas, e subsidiada legalmente pela Lei de Terras promulgada por D. Pedro II (2005) em 1850, que introduziu na sociedade brasileira a propriedade privada das terras, até então concessões de uso. Essa lei impediu a grande massa de trabalhadores negros — sócio-economicamente excluídos na base da pirâmide social brasileira — de se tornar proprietários de terras, o que segundo Stedile (2005) influenciou grande migração dos trabalhadores libertos do meio rural para as cidades portuárias, ocupando os terrenos desprezados pelos grandes capitalistas em função do difícil acesso, como morros, manguezais e outros; esse movimento criou as favelas.

O subcapitalismo é compreendido como um fenômeno regionalizado do capitalismo, particularmente brasileiro, no qual as práticas capitalistas remontam, ao menos indiretamente, ao capitalismo mercantil, podendo se caracterizar, dentre outros fatores, pelo uso de mão de obra não-capacitada.

O agronegócio, dadas as particularidades sócio-econômicas e educacionais do país, e apesar das regulares instabilidades nesse mercado, decorrentes da volatilidade nos preços internacionais das *commodities* (insumos agrícolas), tais como a soja — cuja saca de 60 quilos estava cotada, em 18 de janeiro de 2005, no valor médio de R\$ 29,08 (Agrolink, 2005), cotação considerada baixa, mas que já foi extremamente alta e continuará seguindo tendência

de recuo e retorno aos seus valores históricos (Vidor, 2005) —, é de suma importância para o superávit da balança comercial brasileira (exportações menos importações). Bernardes (2005), a respeito do significado sócio-político da implantação técnica da agroindústria da soja, relata que essa indústria introduz novas relações dos sujeitos com o espaço, e denota que a maior parte da produção de soja se concentra “em um pequeno número de grandes propriedades” (p. 333), com áreas médias de 2.000 (dois mil) hectares. As Tabelas 3, 4 e 5 apresentam alguns dados regionalizados acerca da *commodity* soja.

Tabela 3: Produção de soja no cerrado brasileiro (adaptado de Bernardes, 2005).

Produção de soja no Cerrado brasileiro (em %)	
Crescimento da produção entre 1980-1994	570,86
Participação na produção nacional de soja (ano base 1994)	40,66
Crescimento da área plantada entre 1980-1994	385,65
Participação na ocupação da área nacional de soja (ano base 1994)	37,20

Tabela 4: Produção de soja no estado do Mato Grosso (adaptado de Bernardes, 2005).

Produção de soja no estado do Mato Grosso¹ (em %)	
Crescimento da produção entre 1985-1995	264
Participação na produção nacional de soja (ano base 1995)	20
Crescimento da área plantada entre 1985-1995	177
Participação na produção nacional de sementes melhoradas ²	9,75
Participação de 10 produtores de Rondonópolis na produção estadual	80

Observe-se nas tabelas 3 e 4 que (1) mais de um terço da ocupação da área do país por soja está no cerrado, bioma de transição para a Amazônia, (2) somente Mato Grosso participa com praticamente metade da produção de soja do cerrado brasileiro, (3) a produção é altamente concentrada nas mãos de pouquíssimos agricultores, e (4) o crescimento da produção no cerrado supera o da área plantada, o que, segundo Bernardes (2005), indica forte tendência a agregar valor tecnológico à cadeia produtiva, conseqüentemente, uma nova faceta do agronegócio brasileiro, além da fase de economia de fronteira. Essa afirmação é corroborada quando na Tabela 4 se interpretam os dados da produção nacional de sementes melhoradas de Mato Grosso, esse é um forte indicador de pesquisa e desenvolvimento tecnológico sendo implantado gradativamente no cenário agrícola nacional.

¹ A especificação dos valores do estado do Mato Grosso se justifica pelo fato de a literatura especializada reforçá-la, ao indicar que essa região sofreu um “boom” da expansão da soja em curto espaço de tempo, afetando significativamente a produção nacional e estimulando transformações sócio-econômicas na região Centro-Oeste e ambientais na área de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

² Mato Grosso responde pela segunda maior produção nacional de sementes melhoradas, depois do Rio Grande do Sul, que se destaca com 38,76% da produção nacional.

Tabela 5: Custos da soja no cerrado brasileiro (adaptado de Bernardes, 2005).

Custo de insumos da soja no Cerrado brasileiro (safra 1994/1995)	
Despesa por hectare (R\$)	162,48
Preço mínimo da saca garantido pelo governo ³ (R\$)	7,73
Sacas de 60 kg por hectare necessárias para cobrir a despesa/ha	21
Custo do parque de máquinas ⁴ (R\$)	579.000
Sacas de 60 kg/ha necessárias para pagar o parque de máquinas	75
Custo das sementes melhoradas no total da produção (%)	10
Aumento do rendimento médio por ano (%)	3,58

Os dados da Tabela 5 comprovam o alto grau de redimensionamento da relação direta entre custo, produtividade e benefício no cerrado proporcionados pela cultura da soja, indicadores das mudanças a nível nacional. Bernardes, entretanto, alerta para o fato de que a capitalização agrária no cenário nacional, apesar de se ter intensificado, restringe-se a poucos produtos, enquanto o grande capital externo continua controlando a venda de insumos, máquinas, equipamentos e a própria comercialização dos produtos. A fim de ilustrar tal asserção, apresentam-se os dados da Tabela 6 sobre duas esmagadoras de soja do estado de Mato Grosso, que dominam a tecnologia industrial de ponta, comumente importada.

³ Referência para o estado do Mato Grosso.

⁴ O parque de máquinas inclui tratores, plantadeiras, carretas, colheitadeiras, caminhões, etc, com duração média de 4 anos.

Tabela 6: Dados técnicos de duas esmagadoras de soja (adaptado de Bernardes, 2005).

Esmagadoras		
	A	B
Esmagamento de sementes (toneladas/dia)	1.500	1.700
Farelo produzido (toneladas/dia)	1.170	1.700 ⁵
Refino de óleo bruto (toneladas/dia)	230	<i>não refina</i>

Como afirmam Sorj, Pompermayer e Coardini (1982), o setor agrícola brasileiro, enquanto setor tradicional da economia, sempre esteve “articulado ao setor moderno [urbano-industrial], servindo ao processo de acumulação de capital, especialmente através de mecanismo de oferta de alimentos a preços baixos, além de ser uma fonte geradora de força de trabalho” (p. 10). Tomando-se essa assertiva em comparação à reconhecida péssima distribuição de renda no país, um dos poucos indicadores econômicos brasileiros estáveis ao longo de décadas (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE, 2001), poder-se-ia elocubrar que as articulações historicamente exploradoras do meio trabalhista rural, baseadas na maximização do lucro do proprietário da terra, refletem-se na concentração de renda inclusive nos meios urbanos, pois a lógica fundante do trabalho no Brasil era a da exploração escravista.

O comportamento da economia agrária relatado por Fernandes (1979) é estrutural, e sua relação com a economia urbana é tão direta que, segundo Fernandes (*idem*), “para que o capital possa reproduzir na economia urbana o trabalhador assalariado, é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre” (p. 114); seguindo essa lógica, considere-se que a existência do trabalhador escravo ou semelhante ao escravo em alguns

⁵ Por não refinar óleo bruto, a esmagadora B pode aproveitar praticamente 100% das sementes esmagadas.

setores do campo, um dos reflexos da desproletarização da economia agrária brasileira, aponta para as mazelas nas atuais condições do trabalho assalariado também no meio urbano.

A pessoa em condição de escravidão é tratada, em uma perspectiva econômica, como um bem de consumo, porque se degrada na medida em que é utilizada, e como um bem de capital, porque por meio dela se produzem outros bens, tal qual uma pilha, que enquanto é absorvida para alimentar outros mecanismos, se desgasta e perde sua utilidade. Na linguagem jurídica, é um bem movente, equiparável a um cavalo, um cão ou qualquer animal doméstico desvalido de afeto humanizador por parte de seu dono.

IV-2. Abordagens acerca da Exploração da Mão-de-Obra

Ainda no afã de descrever a escravidão contemporânea, neste segmento se dissertará sobre uma série de abordagens teóricas acerca da escravidão, ou apenas periféricas ao tema, visto algumas tratarem de questões como a exploração de outra pessoa. De modo algum se pretende aprofundar nestas abordagens ao longo da dissertação, o objetivo dessa apresentação é tão-somente o de demonstrar que a complexidade do fenômeno da escravidão é multifacetada, podendo ser vista por ângulos os mais variados, inclusive por aqueles que forem diametralmente opostos aos adotados na presente pesquisa.

A transformação da pessoa em escravo se dá pelo processo de infra-humanização. Como salientam Lima e Vala (2004), esse processo “resulta da negação a membros de outros grupos (exogrupos) de determinadas características humanas, características que compõem a ‘essência humana’” (p. 12), tais como os valores, a cultura, a linguagem, a inteligência e a capacidade de expressar sentimentos, pelos quais os grupos opressores deslegitimam os grupos oprimidos, atribuindo-lhes características extremamente negativas. Entre milhares de referências, eis o caso dos judeus, vistos pelos nazistas como ratos ou demônios inaceitáveis na sociedade arianizada; ou o caso dos negros, vistos pelos racistas como monstros inadaptáveis na sociedade embranquecida.

Mediando-se o olhar sobre o objeto por meio das vivências de prazer e de sofrimento dos protagonistas desse tipo de organização, hipotetiza-se, aí, que abundam estratégias dos escravos teóricos para o enfrentamento e transformação dos fatores de insatisfação provavelmente predominantes no mundo de seu trabalho.

Paz (1999) afirma, no concernente à perspectiva de justiça nas organizações, que “o conflito surge, dentre outras ocasiões, quando as pessoas começam a preocupar-se com as recompensas resultantes do aumento de produtividade decorrente de suas contribuições. Faz-se necessária, então, a existência de um conjunto de regras que norteie e assegure um acordo

para distribuição correta de benefícios” (p. 271). Essa reflexão é fundamental para se pensar o papel dos escravizadores na relação escravagista: para eles, a exploração é justa, em função de determinados fatores sociais, e suas alegações, quando questionados sobre o que faziam, remetem a uma alegada incapacidade dos oprimidos, que na contemporaneidade, é manifestada como a impossibilidade de se encontrar trabalho.

Quando se fala em falta de trabalho no mundo contemporâneo, não se pode esquecer das questões do subemprego ou do trabalho atípico, anormal e precário como constituinte significativo das atuais relações de produção no modelo capitalista atual. Vasapollo (2005) identifica as razões dessa precarização generalizada do trabalho, a nível global, na flexibilização e progressiva perda de direitos e garantias sociais dos trabalhadores, em função do interesse em aumentar os índices de ocupação e produtividade ante aos riscos: o resultado, por um lado, é que a força de trabalho passa a aceitar salários mais baixos e piores condições laborais, enquanto por outro lado se estimula o comércio informal.

O tratamento do tema da escravidão contemporânea envolve várias teorias relativas a percepção social, em especial no que tange às variáveis de Justiça, Construção do Eu em situações extremas e Desigualdade. A organização a que a escravidão se relaciona é uma aberração na conjuntura econômico-trabalhista global: rara, porém presente, e com sua lógica. A excludente estrutura social justifica a exclusão econômico-laboral: “estamos falando de uma *irracionalidade social* que cumpre uma função histórica na *racionalidade econômica*” (Martins, 2002; p. 159).

A legitimação da desigualdade (Pratto e cols., 2000), construção do Eu e resoluções de conflito (Derlega e cols., 2002) e o sentimento de auxílio moral (Baron & Miller, 2000) devem ser correlacionados quanto à compreensão do fenômeno. Conjugando-se as considerações dos autores, temos que a) a persistência na legitimação da desigualdade deve ser buscada em sociedades com forte hierarquia; que b) a identidade da pessoa persiste, mesmo que por viéses coletivistas, em situações críticas; que c) culturas coletivistas como a

brasileira tendem a ver mais obrigações em ajudar do que as individualistas, apesar de que, como identificaram Allik e Realo (2004), em países individualistas as pessoas tendam a confiar mais nas outras, tanto que o Brasil apresentou o menor índice de confiança interpessoal entre 42 países pesquisados pelos autores. Na conjuntura do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, essas variáveis se associam para fundamentar os vários aspectos do fenômeno, entre eles a concepção de que alguns sujeitos passíveis de ser escravizados não são de todo inconscientes do contexto em que se inserem:

Do que se sabe efetivamente sobre as regiões de recrutamento das vítimas de trabalho forçado é que são regiões de agricultura familiar em crise. Nelas, há até mesmo o estímulo a que os jovens aceitem o apelo dos recrutadores em troca do abono, que é a fonte originária da escravização por dívida. O que nos põe em face de formas coercitivas de trabalho com base em engajamentos voluntários (Martins, 2002; p. 158).

A Teoria de Avaliação Cognitiva de Deci (1971), segundo a qual recompensas extrínsecas podem diminuir a motivação intrínseca, apresenta-se como um parâmetro teórico com contribuições salutaras no sentido de permitir compreender o fenômeno da reincidência de libertos na submissão a trabalho escravo, em torno de 20% de casos de reincidência em todo o Brasil, aumentando para 40% quando tomado apenas o estado do Pará (Ministério do Trabalho e Emprego, 1985-2004).

Como indicam Gondim & Silva (2004), se uma pessoa realiza tarefas monótonas e são ruins as condições de trabalho, a jornada de trabalho e o salário, “torna-se bastante provável que ela e os outros atribuam sua persistência na ação a fatores intrínsecos, ou seja, da própria pessoa”. Essa é uma parte implícita do relato de uma pessoa libertada, representativo de muitas outras: “eu não tinha opção”. Reforça Martins (2002) que “na relação servil moderna o auto-engano é originário, não é cotidiano, não entra na rotina do trabalho, e envolve uma intensa teatralidade na fase do recrutamento do trabalhador” (p. 158).

A falta de opção nacional decorre da violência exercida estruturalmente sobre o seu povo. Como já afirmava Hegel (2000), quanto à relação entre riqueza e a sociedade civil em que ela surge: “a degradação de grande massa abaixo de um nível mínimo de subsistência, - um nível automaticamente regulado como necessário para um membro da sociedade -” incorre em que “essa massa perde o sentimento do direito, da legitimidade e da honra de manter-se por sua própria atividade e seu próprio trabalho, assiste-se então à produção de uma plebe, que arrasta consigo maior facilidade de concentrar riquezas desproporcionais em poucas mãos” (§ 244, p. 81).

O Brasil, como sociedade, embrenhou-se por essa alternativa de exclusão, deixando de explorar positivamente sua megadiversidade cultural, alijando-se dos benefícios da valorização da diversidade no sistema democrático, que como apontam Gurin, Nagda e Lopez (2004), incorrem em uma maior compreensão e aplicação do conceito de cidadania ao cotidiano, aumento no interesse pelo aprendizado acerca da alteridade, maiores sentimentos de afeto à democracia e maior participação nesse sistema.

A escravidão contemporânea é um fenômeno decorrente das características não apenas econômicas do Brasil, mas principalmente culturais. Os números de escravos no campo têm crescido ano após ano, o que deve ser relativizado frente ao aumento das denúncias decorrente da maior exposição do tema na mídia. Ademais, como denota a Comissão Pastoral da Terra, a escravidão por dívida e o trabalho forçado “encontram-se nos desmatamentos, na produção de carvão, nos seringais e garimpos, em projetos com incentivos fiscais de bancos e multinacionais. São conseqüências de uma receita de modernização e da limitada democracia brasileira” (Sutton, 1994).

Aditando-se aos paradigmas explicativos da exclusão social acima expostos, Resende (1996) propõe que a escolaridade é um fator crucial para determinar a exclusão, entretanto, o caso brasileiro apresenta particularidades que levam o autor a questionar a viabilidade

completa de tal tese: por quê, apesar dos crescentes investimentos na educação brasileira, as diferenças de renda por níveis educacionais não diminuíram nos últimos anos?

Espera-se que essas diferenças caiam na medida em que a oferta de mão-de-obra educada aumenta. No mercado de trabalho, a lei da oferta e demanda aumenta. No mercado de trabalho, a lei da oferta e demanda deveria, como normalmente ocorre, determinar as taxas salariais. Se a mão-de-obra educada é escassa e a não-educada é abundante, o salário da primeira deveria ser muito maior que o da última. Porém, se a escolaridade se expande, como é indubitavelmente o caso no Brasil, a oferta de mão-de-obra educada deveria crescer ao menos em termos relativos, e os preços de ambos os tipos de mão-de-obra deveriam variar inversamente (p. 97).

Uma resposta consistente a essa questão poderia ser encontrada no problema do racismo, salientado no capítulo anterior. Não se supera a exclusão social eximindo-se de incluir racialmente: a desvantagem generalizada das pessoas negras na sociedade brasileira impede que o contingente majoritário da população brasileira tenha acesso igualitário a educação, trabalho, renda digna e até mesmo justiça, “os negros tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, com maior probabilidade de serem punidos do que os brancos” (Heringer, 2001), isso porque, explica a autora, a cor é um fator que discrimina quando se trata de distribuição de justiça, não importa se na cidade ou no campo.

A infra-estrutura econômica na qual se organizam os libertadores de escravos contemporâneos possibilita a formação de uma superestrutura ideológica, atitudinal e comportamental na qual são formuladas determinadas representações sociais. A constituição teórica destas será apresentada no capítulo seguinte.

V. Representações Sociais do Trabalho Escravo e do Trabalho de Libertar

A linguagem é uma prática social; a linguagem à qual se está aqui referindo, composta tanto de elementos verbais quanto de não-verbais, socializa sentidos acerca do cotidiano, reproduz-se por meio de práticas discursivas diferenciadas de acordo com as especificidades de cada grupo e com a impermanência do tempo (Spink e Medrado, 2004) — impermanência que poderia ser compreendida como a permanência da mudança.

Quando as autoras supracitadas tratam das “práticas discursivas”, seu fundamento teórico compreende a noção do indivíduo como construção social, entre outros parâmetros, e critica a dualidade sujeito-objeto. Neste trabalho, práticas discursivas são entendidas como representações de fenômenos percebidos como partícipes de uma realidade externa ao sujeito, mas que também são produtos da ação humana.

As três dimensões básicas das práticas discursivas são a linguagem, a história e a pessoa; desse modo, pode-se especular que tudo o que já foi expresso sobre o trabalho escravo — especialmente no Brasil, dada sua história — constitui elemento significativo de nossa constituição enquanto seres humanos, seres que produzem sentido para o/no seu cotidiano, e no que se refere ao pensamento acadêmico, considerando-se a reflexão de Ferreira (2001), entende-se que, apesar de sua importância no estímulo às ações governamentais na prevenção e combate às várias espécies de exploração do trabalho humano, as produções científicas com olhar sobre os fenômenos sociais de algum modo ligados à consolidação do pacto democrático brasileiro ainda são insuficientes: desvendam a realidade, porém rapidamente esgotam sua missão, necessitando, portanto, ser renovadas em termos de abordagens e multidisciplinaridade.

A lógica discursiva de Fernandes (1979) nos leva a corroborar a afirmação de que “as populações rurais despossuídas e pobres sofrem o desenvolvimento capitalista como uma espécie de hecatombe social” (p. 117), concomitantemente, afigura-se lógico que as

representações sociais da população brasileira estejam vinculadas, conforme Jovchelovitch (2000), à “primeira grande contradição com a qual o país tem que lidar: uma riqueza extrema, e altamente concentrada, e uma pobreza extrema, altamente distribuída” (p. 25); portanto, modos de exploração do trabalho, como a escravidão, não podem ser tidos como excepcionais, mas como elementos constitutivos do tecido social brasileiro, e para que sejam efetivamente superados e suprimidos, precisam ser refletidos como tais.

Uma representação social, segundo Abric (2003), é “um conjunto organizado de informações, de opiniões, de atitudes e de crenças acerca de um dado objeto. Produzida socialmente, ela é fortemente marcada pelos valores correspondentes ao sistema sócio-ideológico e à história do grupo que a veicula, pelo qual ela constitui um elemento essencial de sua visão do mundo” (p. 59). Serge Moscovici foi o introdutor na Psicologia Social do conceito de representações sociais, ao se referir aos seus precursores, Moscovici (2005) aponta Durkheim, que falava em “representações coletivas” (Moscovici, 2001, 2005), referindo-se de maneira estática a qualquer tipo de idéia ocorrida em uma comunidade, e com isso Moscovici circunscreve a perspectiva sociológica sobre as representações sociais à de considerá-las artificios explanatórios para os quais não se faz necessário compreender a sua estrutura e a sua dinâmica internas; Piaget, como um daqueles precursores, teria mudado essa prática e aberto o caminho para o trabalho da Psicologia Social de “cindir” as representações sociais ao estudar a representação de mundo da criança. Vygotsky teria sido o primeiro a afirmar que pessoas de diferentes culturas possuem diferentes representações sociais, enquanto Lévy-Bruhl teria trazido a hipótese de que o conhecimento se desenvolve historicamente devido a transformações de conteúdo e de estruturas cognitivas.

Moscovici nota então que, tendo a sociologia haurido a idéia de representações sociais como *conceito*, a Psicologia Social, entende as representações sociais como *conceito*, *fenômeno* e *teoria*, a Teoria das Representações Sociais.

Esse conjunto denominado “representação social”, conforme Abric (2003), é composto basicamente de um núcleo central e de um sistema periférico. O núcleo central é o elemento estrutural, permanente e consensual, ligado à memória coletiva e à história grupal, que determina a significação e a organização interna da representação social: denota sentido homogeneizante aos elementos da representação, organiza a relação entre eles e lhes atribui a estabilidade ante às mudanças, ao passo que o sistema periférico é o complemento do núcleo central, integrador das experiências e histórias individuais, que ancora o núcleo central da representação social na realidade concreta, regula-o e o adapta às condições conjunturais, possibilitando, assim, que a representação social seja flexível à heterogeneidade do grupo.

O próprio conceito de história está então aí imbuído na prática de pesquisa em representações sociais, destarte, um parêntese acerca do método histórico-social em psicologia social é necessário. Quando falamos desse método, referimo-nos a, nas palavras de Gonçalves (2005), uma concepção de mundo, de homem e de conhecimento norteada pela noção de historicidade, a superação da dicotomia sujeito-objeto e ao relacionamento crítico ante ao caráter utilitário comumente impingido à ciência pelos grandes sistemas econômicos.

Almeida (2001) clarifica o conceito de representação social ao defini-lo como o pensamento e a razão do pensamento dos indivíduos acerca de determinados objetos, *strictu sensu*, porque a representação social de um objeto específico, conforme Sá (1998), depende da forma como ele se apresenta, da quantidade de informação que os indivíduos acumularam acerca do objeto, a utilidade desse conhecimento para os indivíduos e a intensidade do interesse dos indivíduos sobre esse objeto.

A Teoria das Representações Sociais, na perspectiva de Moscovici (1978), considera que as representações sociais são formas modernas para o ser humano apreender as relações do mundo concreto, essas representações não são estanques, tampouco protoculturais, isto é, restritas à transmissão de conhecimentos dos antepassados, ao repasse de hábitos de uma geração a outra; as representações sociais, enquanto fenômenos culturais plenos de

criatividade, envolvem a re-elaboração e modificação das interações sociais, tanto no que se refere aos comportamentos quanto na própria cultura.

Moscovici (2005) atribui às representações sociais duas funções: a primeira é (1) tornar convencionais os objetos, pessoas ou acontecimentos, (1-a) colocando-os em uma determinada categoria, e gradualmente os transformando em um modelo de determinado tipo partilhado por um grupo, posteriormente, (1-b) todos os novos elementos se juntam a esse modelo, a fim de poder ser compreendidos pelas pessoas; a segunda função das representações sociais é (2) prescrever “o que deve ser pensado” antes de se começar a pensar, ou seja, as representações sociais trazem respostas prontas, que são compartilhadas por grupos determinados, mas não são pensadas por eles, são, isso sim, impostas sobre os grupos, transmitidas pelos grupos e re-elaboradas no transcurso do tempo.

A pesquisa em representações sociais tem uma bibliografia assaz extensa, Jodelet (2001) justifica essa produção ao observar que o fenômeno das representações sociais se tornaram assunto central das ciências humanas. A literatura especializada continua extensa mesmo se for considerado tão-somente o âmbito dos autores brasileiros, entre os quais se cita Arruda (1993), com seus estudos sobre ecologia e movimentos ambientais; Goulart (1993), que considera o conhecimento das representações sociais de cidadania, em sua dinâmica e variabilidade, como um caminho necessário para a definição de novos direitos e áreas de ação política para os grupos socialmente oprimidos; Nascimento-Schulze (1993), com estudos sobre representações sociais de portadores de câncer; Sá, Souto e Möller (1993a, 1993b), que pesquisam representações sociais da ciência entre leigos e especialistas; entre muitos outros estudos; Roazzi e cols. (2002), que investigam o problema da verificação empírica a partir de um estudo sobre a representação social do medo em adultos; Almeida e Cunha (2003), com interesse nos elementos das representações sociais do desenvolvimento humano em suas diferentes fases; Campos e Rouquette (2003), defensores da tese, empiricamente testada, de que o Núcleo Central das representações organiza igualmente a distribuição das cargas

afetivas no conjunto da representação social, em outras palavras, que a relação entre os elementos semânticos e os "afetivamente carregados" não é aleatória; Oliveira e cols. (2003), que estudam representações de adolescentes do ensino médio da cidade de São Paulo sobre escola e trabalho; Pereira e Camino (2003), que analisam as representações sociais de estudantes universitários sobre envolvimento em questões de direitos humanos e a relação de tais representações com o seu posicionamento político; Pereira e cols. (2003), estudiosos da influência, sobre o preconceito racial, de um discurso justificador da discriminação; Beldarrain-Durandegui e Souza Filho (2004), pesquisadores das representações sociais sobre nações segundo grupo étnico-racial autodefinido de estudantes secundaristas de escolas públicas do Rio de Janeiro; Pereira e cols. (2004), que tratam do posicionamento de estudantes universitários em relação aos direitos humanos e discutem a centralidade dos valores na formação das representações sociais dos direitos humanos; Porto (2004), pesquisadora das representações sociais de elites policiais civis, militares e do exército sobre a violência policial; e Anchieta e Galinkin (2005), que tratam das representações sociais de policiais civis acerca da violência envolvida no desempenho de suas funções.

Para Sá (1998), não é qualquer objeto que pode ser socialmente representado, sendo abusivas as interpretações “que considerem toda verbalização como o resultado de alguma construção representacional” (p. 49); também não basta o objeto de pesquisa das representações sociais ser construído a partir do interesse despertado no(a) pesquisador(a), por fatores pessoais ou pela sua relevância social ou acadêmica, essa prática é problemática porque, escolhido o fenômeno a se pesquisar, sua captação deve ser “simplificada” de acordo com os parâmetros da pesquisa e da linguagem científica, a fim de empreender algo relevante e viável fora do universo consensual dos fins práticos da vida cotidiana, diverso do universo reificado da ciência, dentro daquilo que Moscovici, citado por Sá, considerou como universos consensuais de pensamento; essa prática de pesquisa envolve questionários e/ou entrevistas que demandam respostas dos sujeitos “mesmo que nunca tenham pensado sobre o assunto ou

acompanhado discussões sobre ele no âmbito do seu grupo” (p. 49), de modo que tal pesquisa pode levar a pseudo-representações.

Pedreira (2004) considera, como condições para definir objetos específicos como objetos de representações sociais, as diferentes formas com que esses objetos se apresentam na sociedade; o valor ou o significado a eles atribuído por um grupo, grupo este que precisa estar organizado em torno de uma representação social, compartilhada entre os membros desse grupo, acerca do coletivo enquanto grupo; a interação dinâmica do grupo com diferentes grupos; e, por fim, a necessidade que o grupo não se apresente enquanto especialista no objeto da representação, no sentido indicado por Sá (1998) com relação aos pesquisadores, pois esse grupo pode gerar percepções ortodoxas.

Sá (1998) divide em etapas a construção do objeto de pesquisa em representações sociais: em primeiro lugar, o objeto precisa ser enunciado de maneira exata, para não ser “contaminado” pelas representações dos objetos próximos a ele; em segundo lugar, os sujeitos precisam ser definidos; em terceiro lugar, o “contexto sócio-cultural” precisa ser considerado em termos de práticas, redes de interação ou instituições, entre outros constituintes, para se esclarecer a formação e a estrutura da representação social. Na perspectiva do autor, um objeto, para gerar representações sociais: precisa ter suficiente relevância ou espessura social, não apenas estimular entusiasmo; precisa ter correspondência com as práticas sociais da população estudada, ou seja, esse saber precisa ser efetivamente praticado pelo grupo que o sustenta, perpetua e transforma.

Jodelet (2001) propõe que se façam três perguntas quando se for realizar um estudo de representações sociais: “quem sabe e de onde sabe?”, “O que e como sabe?” e “Sobre o que sabe e com que efeitos?”. Tais questões poderiam nortear, com maior probabilidade de sucesso, a pesquisa sobre representações sociais.

Assumindo-se os pressupostos acima arrolados, temos que o trabalho escravo pode ser considerado um objeto de representação social, dada a forma e a quantidade de informações

acumuladas historicamente pelos grupos sociais envolvidos no trabalho de libertar, tais como depoimentos dos escravizados; o interesse acerca do trabalho escravo está estabelecido por meio do número de notícias e reportagens abundantes sobre o tema, cuja intensidade tem-se avolumado ao longo dos últimos anos. Enquanto elemento de um determinado universo laboral, o trabalho escravo, na perspectiva dos libertadores, pode se confundir com o próprio trabalho de libertar, visto que a relação com aquele constitui-se enquanto objeto e meio de trabalho do libertador, por mais negativamente associada que seja essa relação.

No que concerne ao grupo dos libertadores de escravos, este se constitui enquanto coletivo de pessoas que lidam profissionalmente com o objeto, mas não se atribuem o *status* de especialistas, no sentido atribuído por Pedreira (2004) e Sá (1998), visto que sua relação com o tema é vivencial, cotidiana e partidarizada, o que garante a dinamicidade de sua representação sobre o trabalho escravo.

O trabalho adquire suma importância na vida dos indivíduos em função dos confrontos entre a subjetividade do trabalhador e as objetivas condições impostas pelo ambiente de trabalho (Mendes e Morrone, 2002), resultantes das condições sócio-econômicas e culturais. Dejours (1988, conforme citado por Pereira, 2003), considera que o conteúdo das tarefas e as relações sócio-profissionais são fatores determinantes para a organização do trabalho.

Visto que o fenômeno sócio-econômico da escravidão contemporânea é compreendido como constituído por elementos afetivos, mentais e sociais particulares, e sendo esse fenômeno um determinante forte da realidade material, cognitiva e social dos atores envolvidos, pode-se enquadrá-lo como um objeto por excelência de estudo de representações sociais: adotando-se a classificação apresentada por Oliveira e Werba (2002), ao nível fenomenológico, por mais abomináveis que sejam, os focos de escravidão, nas suas relações entre escravocratas-opressores, escravos-oprimidos e libertadores são “elementos da realidade social” (p. 105) caracterizados por “modos de conhecimento, saberes do senso comum que

surgem e se legitimam na conversação interpessoal cotidiana e têm como objetivo compreender e controlar a realidade social” (p. 105).

Quando trata das questões da coleta e da análise de dados em representações sociais, Abric (2001) reforça que as representações sociais são definidas pelo seu conteúdo (informações e atitudes) e por sua organização interna (hierarquia entre os elementos determinada pelo chamado “núcleo central das representações sociais”, formado pela “sedimentação” dos conteúdos mais antigos das representações sociais; assim, Abric considera que os métodos de estudo das representações sociais tanto podem ser (a) interrogativos quanto (b) associativos, desde que consigam identificar (1) os elementos constitutivos de determinada representação, (2) a organização interna desses elementos e (3) a hierarquia entre os elementos e, em consequência, sua centralidade.

Por métodos interrogativos Abric (2001) entende entrevistas de profundidade, questionários, pranchas indutoras de discussões por meio de desenhos ilustrativos dos temas, produção de desenhos pelos sujeitos e pesquisas de cunho etnográfico, como observação participante, coleta de informações na comunidade por meio da construção de redes, análise histórica e observação do comportamento.

Por métodos associativos o autor compreende aqueles que envolvem a apresentação de um termo indutor que será associado livremente pelos sujeitos, e por meio de evocação se poderia obter a frequência, posição e importância dos termos evocados à presença do termo indutor.

A fim de se identificar a organização e a estrutura de uma representação social, Abric (2001) propõe que se proponha ao sujeito a análise, comparação e hierarquização de sua produção verbal, por meio de formação de pares entre as palavras por ele evocadas, comparação entre essas palavras em termos de similitude e constituição de conjuntos dos termos evocados. Em termos de hierarquização desses termos, o autor sugere que seja adotado

como parâmetro a frequência dos termos, tida como diretamente proporcional a relação entre a frequência dos termos e sua importância nas representações sociais.

Um teste de centralidade pode ser efetuado, de acordo com Abric (2001), a partir dos parâmetros acima arrolados, considerando-se a distribuição dos termos mais evocados, dentro das classes compostas por elementos mais frequentes, em blocos com número estritamente limitado de itens. Os termos constituintes do bloco mais importantes são os elementos centrais da representação social, e por elementos centrais se compreende aqui aqueles que são historicamente associados à representação social de *algum fenômeno* por *algum grupo*.

VI. Problema e Objeto de Pesquisa

No presente estudo se hipotetiza que a escravidão contemporânea é evada de representações sociais por parte dos que a combatem. É a consideração de que o objeto de reflexão da Teoria das Representações Sociais (TRS) são as relações entre os indivíduos e a sociedade, inseridas no contexto histórico e cultural o que privilegia a TRS como referencial teórico-metodológico da presente pesquisa.

O objeto de estudo da presente pesquisa é o fenômeno do **trabalho escravo no Brasil contemporâneo**; os sujeitos desta pesquisa, membros de um grupo que, hipotetiza-se, representa socialmente o objeto acima descrito, são os **libertadores de escravos no Brasil contemporâneo**.

A parte empírica da dissertação se divide em duas pesquisas. Na primeira, objetivou-se investigar as percepções dos libertadores de pessoas submetidas à escravidão contemporânea quanto ao seu trabalho e as suas vivências de prazer e sofrimento por meio de análise de conteúdo, utilizada com o objetivo de coletar julgamentos diferenciados acerca dos temas apresentados pelos respondentes.

Na segunda pesquisa, foram analisadas as representações sociais dos libertadores, seu núcleo central e sistemas periféricos, por meio da metodologia quali-quantitativa disponibilizada pelo *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*), a fim de se possibilitar uma visualização ampliada e comparativa com os dados alcançados por meio da primeira pesquisa.

Demais questões relativas a representações sociais serão tratadas de maneira contextualizada na segunda pesquisa que compõe a parte empírica da presente dissertação. O

capítulo que segue enceta uma investigação qualitativa sobre representações sociais dos libertadores de escravos no Brasil contemporâneo acerca de seu trabalho.

PARTE EMPÍRICA

PESQUISA 1

1. Método

1.1. Sujeitos

Participaram da pesquisa dez ($n = 10$) libertadores de escravos. Seis sujeitos representando o governo brasileiro, três sujeitos representando um organismo internacional e um sujeito representando uma organização não-governamental; sete ($n = 7$) do sexo masculino e três ($n = 3$) do sexo feminino; quanto ao grau de escolaridade, nove ($n = 9$) completaram o ensino superior, e um ($n = 1$) o ensino médio.

A área geográfica de atuação ou de experiência dos libertadores entrevistados abrangeu os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Tocantins, Pará e o Distrito Federal. A área geográfica de atuação e de experiência de atuação dos libertadores entrevistados abrangeu os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Tocantins, Pará e o Distrito Federal.

1.2. Instrumentos e Procedimentos

Foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, baseadas em um roteiro formado por questões abertas relacionadas aos temas da descrição do trabalho, sentimentos em relação a este, dificuldades encontradas, concepções e sentimentos relacionados à dinâmica profissional (Anexo B).

As entrevistas foram conduzidas pelo pesquisador de modo a centrar-se na pessoa do entrevistado, privilegiando suas falas, estimulando aprofundamentos, procurando reformular

as questões de acordo com o desenvolvimento da conversação e estimulando o entrevistado com relação aos temas discutidos. Foram gravadas em fitas K7, posteriormente degravadas, resultando em um total de 4 horas e meia de gravações, e seus dados perscrutados de acordo com a análise de conteúdo (Bardin, 1977), baseada em análise categorial temática, dividida em duas etapas.

1.3. Análise dos Dados

Como aponta Franco (2005), a análise de conteúdo é um procedimento que pressupõe uma concepção crítica de linguagem enquanto construção social. Suas características definidoras, as quais são necessárias seguir para que se possa fazer inferências, são a identificação (1) de características específicas da mensagem, (2) do emissor da mensagem, (3) do receptor da mensagem, (4) do processo de codificação, (5) do processo de decodificação.

Na primeira etapa, cada uma das dez entrevistas foi analisada por dois juízes, compondo um total de vinte ($n = 20$) juízes, entre profissionais de nível superior graduados, pós-graduandos, mestres e doutores devidamente instruídos, por meio de orientação oral e leitura de textos instrucionais, quanto às especificidades da técnica de análise categorial de conteúdo.

Os juízes, após leitura aprofundada dos vários depoimentos, investigaram os temas imbricados nas verbalizações e os classificaram em unidades semânticas denominadas “categorias”, de significações manifestas e simples, com o auxílio de uma planilha para marcação de tais dados. As freqüências das categorias foram registradas (Anexo C)

Na segunda etapa, as categorias de todas as entrevistas foram agrupadas em categorias-síntese, segundo um critério de semelhança semântica e lógica, por meio de associação de idéias.

2. Resultados

Foram identificados 111 temas, os quais foram organizados em nove categorias. A análise temática categorial das entrevistas indicou uma categoria-síntese para cada conjunto de três categorias: (1) organização do trabalho, (2) vivências de prazer e (3) vivências de sofrimento.

A categoria-síntese Organização do trabalho foi estruturada em torno das categorias a) dinâmica do trabalho, b) impotência e c) sucesso.

Dinâmica do trabalho engloba temas emotivamente neutros, essencialmente descritivos da rotina de trabalho do libertador, tais como a distribuição das tarefas, regras e normas e estrutura de subordinação. Foi indicada por verbalizações como:

Desde noventa e sete, eu venho trabalhando, bastante ativamente, na implementação final dos projetos, tanto na área tecnológica quanto social.

A gente se encontrava semanalmente, e aí, surgiram os trabalhos que são realmente, daí para frente, todos em grupo. Todo mundo decide quase tudo.

Nós temos sete coordenações, tá? São esses coordenadores, coordenador. Como é que funciona? Nós recebemos denúncias.

Impotência engloba temas de vivência de sofrimento diretamente relacionados à rotina de trabalho do libertador, voltadas para as próprias tarefas, o modo como são executadas e suas conseqüências, envolvendo reforços negativos aos seus trabalhos, e foi indicada por verbalizações como:

É... com uma sensação muito... muitas vezes, de impotência, né?

Então, está tudo mais ou menos aí, direitinho. Para sair isso daí, nossa! Teve trocentas mil reuniões, né?

A impotência e a frustração, que eu falei no início, que... é normal, é até bom que a gente se... tenha essa capacidade ter esses sentimentos...

Sucesso envolve temas de vivência de prazer diretamente relacionados à realização efetiva da tarefa ou à valorização da formação profissional do libertador. Foi indicada por verbalizações como:

Acabei caindo aqui, meio que de pára-quedas, mandei currículo e me chamaram. E para minha sorte.

Trabalhando em um ambiente agradável... é bem satisfatório.. .é, ainda tem a parte, digamos assim, compensatória, né? O salário...

É uma organização que... realmente... aonde você tem prazer de trabalhar pelo... pelo ambiente, pelo caráter e formação técnica das pessoas.

A Tabela 7 aponta as categorias presentes em cada entrevista, no referente à organização do trabalho, com a distribuição das frequências brutas de verbalizações de cada categoria.

Tabela 7: Quadro-resumo das categorias por entrevista – Organização do Trabalho.

Entrevistas	Dinâmica do trabalho	Impotência	Sucesso
A	16	03	08
B	12	19	14
C	17	12	22
D	27	07	13
E	22	07	08
F	25	17	13
G	13	02	08
H	21	28	27
I	10	13	15
J	16	08	10
Total	179	116	138

De acordo com a Figura 8, a categoria-síntese Dinâmica do trabalho ocupou 41% dos conteúdos verbalizados sobre a organização do trabalho, a categoria-síntese Impotência contabilizou 27% e a categoria-síntese Sucesso correspondeu a 32%.

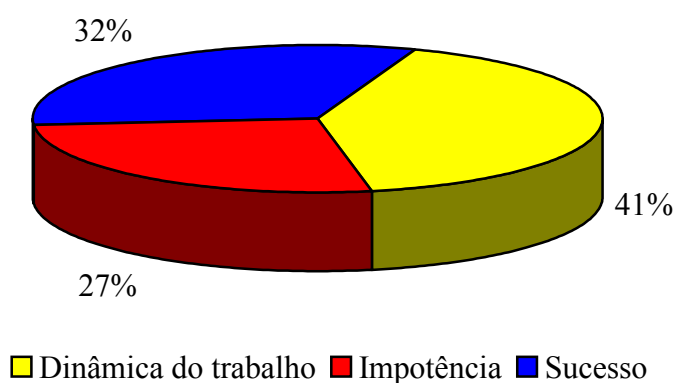


Figura 8: Distribuição de frequência percentual das categorias – Organização do Trabalho.

A categoria-síntese Vivência de sofrimento foi composta pelas categorias relativas a) à pessoa escravizada, b) à pessoa que escraviza e c) à sociedade onde se escraviza.

A vivência de sofrimento relativa à pessoa escravizada engloba temas em que o libertador demonstrou insatisfação com a precariedade e a condição subumana da pessoa submetida ao trabalho escravo, objeto de combate de seu próprio trabalho, ou atribuiu características negativas ao escravo. Foi indicada por verbalizações como:

A gente via fotos de pessoas que tinham falecido, de pessoas que estavam machucadas, que não tinham auxílio nenhum, então, assim, isso tudo é muito degradante, assim, para o homem.

Quando tu vê uma menina dizer... ela está presa numa agência, onde ela tem regras e normas, onde ela precisa... ela é ameaçada de morte, ela fica presa em cativeiro, tu vê a dor, tu vê a angústia, tu vê a lesa que isso leva para a vida dessa adolescente.

Essa mágoa, esse ressentimento, essa vontade de sair dessa situação... mas, muitas vezes, impedida, justamente, por falta de uma retaguarda, seja de políticas públicas, né? Ou de... de uma mão, um colo mesmo, de quem está do lado e que possa estar ajudando a resolver esse problema.

A vivência de sofrimento relativa à pessoa que escraviza engloba temas diretamente relacionados à prática escravocrata, seja praticada pelo gerenciador e guarda dos escravos, denominado “gato”, ou pelo proprietário das terras, que explora mão-de-obra escrava pelo intermédio do gato. Foi indicada por verbalizações como:

Olha, é uma escória humana, não é? Que só pensa no lucro, pelo lucro, não importa os meios para atingir esse lucro, para competir...eu diria...que é até uma deformação de caráter.

Tem uma defecção muito grande, que ele acha que está fazendo muito por aquele indivíduo, ele diz 'Olha, se eu não colocar ele aqui, ele morre de fome. Morre de fome aí na cidade', então, ele acha que aquilo, ele já está fazendo demais.

Então, é um pessoal de muita truculência, muito articulados. Sabem se expressar muito bem, sabem manejar recursos sofisticados, de mídia, inclusive, de assessoria de imprensa, para a continuidade dessa sua exploração.

A vivência de sofrimento relativa à sociedade onde se escraviza envolve temas relacionados à formação escravocrata da sociedade brasileira e sua permanência na contemporaneidade sócio-cultural, além de temas econômicos que, na visão dos libertadores, favorecem a escravidão. Foi indicada por verbalizações como:

Para você ter uma idéia, de cada cem trabalhadores no meio rural, mais de oitenta não têm sequer carteira de trabalho assinada. Quer dizer, isso demonstra que, no meio rural, há uma ausência da aplicação dos direitos trabalhistas. E é nesse caldo de cultura, nesses milhões de brasileiros, que você vai encontrar a superexploração, que é o trabalho escravo.

A terra está em mãos de poucos, né? Você vai numa fazenda aí, no Mato Grosso, Tocantins, Pará, as fazendas são de trinta mil alqueires de terra. Isso é uma coisa

fabulosa, né? Famílias que vão ser exploradas ali, estão sendo exploradas como escravos.

Se em determinado lugar, se colocar uma placa: 'Aceitam-se trabalhadores escravos', vai ter gente que vai se inscrever. Que não está indo iludida, entendeu? Então, infelizmente, é uma realidade econômica muito grave.

A Tabela 8 aponta as categorias presentes em cada entrevista, com o total das verbalizações de cada uma.

Tabela 8: Quadro-resumo das categorias por entrevista – Vivência de Sofrimento.

Entrevistas	Pessoa escravizada	Pessoa que escraviza	Sociedade que escraviza
A	02	00	03
B	23	51	41
C	17	06	03
D	02	00	28
E	57	52	75
F	41	19	26
G	07	00	06
H	58	36	40
I	12	21	05
J	03	11	05
Total	222	196	232

A vivência de sofrimento relativa à sociedade onde se escraviza correspondeu a 36% dos conteúdos verbalizados, a relativa à pessoa escravizada ocupou 34%, e a relativa à pessoa que escraviza correspondeu a 30% das verbalizações, de acordo com a Figura 9.

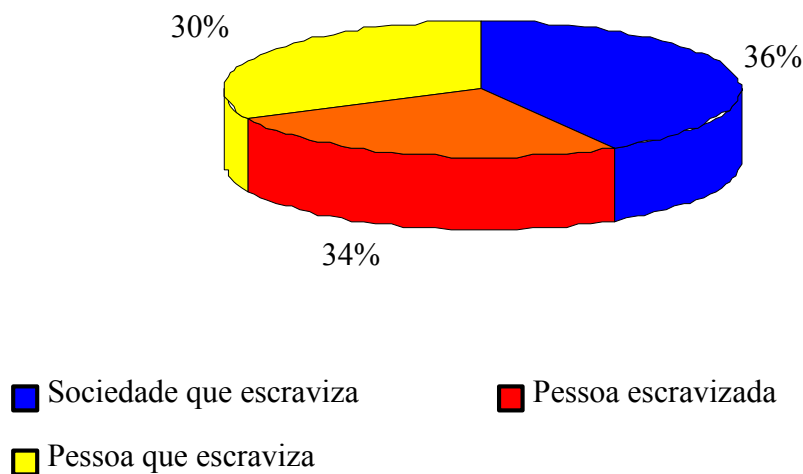


Figura 9: Distribuição de frequência percentual das categorias – Vivência de Sofrimento.

A categoria-síntese Vivência de prazer foi organizada em categorias relacionadas a) ao liberto, b) ao libertador e c) à sociedade onde se liberta.

A vivência de prazer relativa à pessoa liberta engloba temas em que o libertador expressou felicidade com a libertação da pessoa submetida ao trabalho escravo, ou atribuiu-lhe características humanas positivas. Foi indicada por verbalizações como:

Por isso que eu falo, ainda assim, eles são muito fortes. Depois que você for considerar, e ver a cara deles, até que eles são muito fortes.

São especializados em trabalhar a terra, historicamente, assim, só fizeram isso, seus ascendentes todos só fizeram isso, e não têm terra, né?

Quase toda semana, todo mês, a gente recebe agradecimentos dos sindicatos, dos trabalhadores, com satisfação, por ter resolvido o problema.

A vivência de prazer relativa à pessoa que liberta engloba temas relacionados à percepção que o libertador tem do retorno positivo de seu trabalho, articulado em função de seus próprios recursos como profissional, e da visão positiva que desenvolve sobre si mesmo. Foi indicada por verbalizações como:

Eu assumo essa missão, sabe? Na minha vida, de buscar fazer com que a gente tenha um mundo melhor.

A gente se sente valorizada sim, por cada peça... aquilo que eu te falei.

A gente se sente sim, reconhecido, e, para mim, graças a Deus, tem sido uma honra trabalhar aqui.

A vivência de prazer relativa à sociedade onde se liberta envolve temas relacionados à transformação da realidade brasileira, com vistas a uma conscientização do povo e abertura de perspectivas que levem ao fim da escravidão. Foi indicada por verbalizações como:

O que tem destacado o Brasil, nesse processo, é que o Brasil é um dos únicos países que reconhece a escravidão no país. E tem tomado medidas governamentais para erradicação da escravidão.

O Brasil está avançando muito no combate ao trabalho escravo.

A gente percebeu, também, que depois da morte dos fiscais do trabalho em Unai, eles deram muita visibilidade na mídia, muita. Então foi bom, porque a gente tem

a nossa campanha. Foi bom entre aspas, né? Precisou morrer, para darem a visibilidade, para o governo dar mais atenção ao tema.

A Tabela 9 aponta as categorias presentes em cada entrevista, com o total das verbalizações de cada uma.

Tabela 9: Quadro-resumo das categorias por entrevista – Vivência de Prazer.

Entrevistas	Liberto	Libertador	Sociedade que liberta
A	01	02	00
B	00	20	05
C	00	14	03
D	00	05	17
E	02	00	22
F	02	09	08
G	00	02	00
H	02	22	02
I	01	15	13
J	00	15	14
Total	08	104	84

A categoria de vivência de prazer relativa ao libertador ocupou 53% dos conteúdos verbalizados, seguida de vivência de prazer relativa à sociedade que liberta (43%), e vivência de prazer com relação à pessoa liberta (4%), como apresenta a Figura 10.

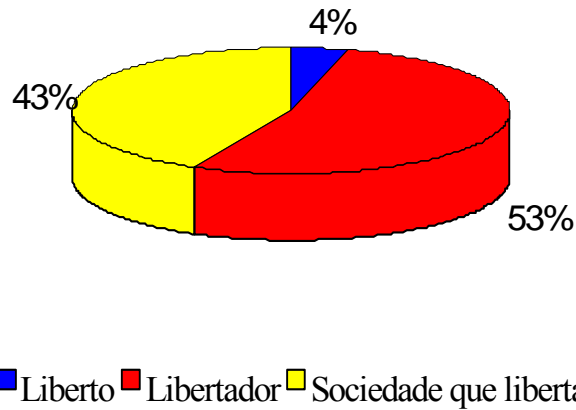


Figura 10: Distribuição de frequência percentual das categorias – Vivência de Prazer.

A Figura 11 apresenta a distribuição de frequência percentual das categorias-síntese conjuntamente, indicando que, dos conteúdos expressos pelos libertadores, 51% se referiam à vivência de sofrimento, 34% à organização do trabalho e 15% à vivência de prazer.

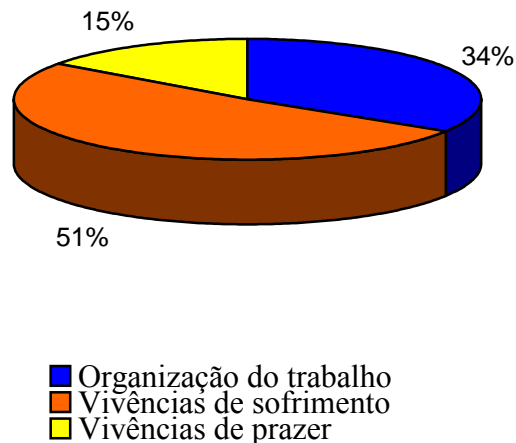


Figura 11: Distribuição de frequência percentual das categorias-síntese.

Com esses resultados, pode-se considerar que, sendo a organização do trabalho altamente dinâmica e voltada ao sucesso profissional, esta se apresenta como um fator que favorece a vivência do prazer no trabalho.

De uma forma global, considerando-se as categorias componentes das categorias-síntese, os resultados evidenciam que a vivência de prazer está relacionada fundamentalmente com sentimentos de realização pessoal, de ter evidenciada sua capacidade de transformação das pessoas e do meio social.

O predomínio de vivências de sofrimento é manifesto por sentimentos como a mágoa com relação à falta de condições de trabalho dos escravos, raiva e sensação de asco frente ao escravista e insatisfação com as condições sociais desfavoráveis ao trabalho livre.

Cabe ressaltar que, tomando-se isoladamente as vivências de prazer e de sofrimento, os resultados mostram que a vivência de prazer do libertador se refere a fatores de satisfação majoritariamente auto-centrados (53% da vivência de prazer é relativa ao próprio libertador, conforme Figura 10), enquanto a vivência de sofrimento é distribuída de forma mais homogênea, em torno dos 30% para cada categoria, como se observou na Figura 9.

3. Discussão

Paz (1999) afirma, no concernente à perspectiva de Justiça nas organizações, que as preocupações com as recompensas ante ao aumento da produtividade das contribuições pessoais é ambiente que propicia o surgimento de conflitos, a fim de apaziguá-los, será necessário um conjunto norteador de normas que assegurem a distribuição dos benefícios considerada correta.

Essa reflexão é fundamental para se pensar o papel dos escravistas na relação de escravidão: na percepção dos libertadores, os escravistas não definem o regime de trabalho a que submetem seus empregados como explorador, e o caracterizam como justo, entretanto, suas alegações, quando questionados mais profundamente acerca da razão de ter tais trabalhadores em suas propriedades, remetem a duas idéias: (1) a de incapacidade dos oprimidos, manifesta como a impossibilidade de encontrarem outro trabalho que não aquele; e (2) a de incapacidade do Estado brasileiro em disponibilizar trabalho para tais pessoas.

Nesse sentido, o libertador expõe sua própria imagem acerca do escravista, enquanto pessoa que percebe a ineficácia do Estado, e aproveitando-se conscientemente dessa lacuna, encontra espaços para explorar os “incapazes”.

O fenômeno denominado por Abric (2003) como “zona muda” abre perspectivas que provavelmente auxiliariam a compreender melhor as representações sociais dos opressores, porventura fosse possível entrevistá-los. De acordo com Abric, o temor de “dar uma má imagem de si mesmos” (p. 61) leva algumas pessoas a não se pronunciarem diretamente acerca de suas reais volições e pensamentos quando relacionados a certos objetos, contextos: essa é a zona muda da representação social, “constituída de elementos da representação que não são verbalizados pelos sujeitos com os métodos clássicos de coleta de dados” (p. 61). A zona muda se constitui dos elementos contra-normativos da representação. Na representação do escravista construída pelo libertador fica sugerida essa zona muda referente à justificação

do trabalho escravo por parte do opressor. Essa é uma hipótese que poderia ser testada a partir de pesquisa que possibilitasse a investigação das representações sociais dos escravocratas contemporâneos.

O escravista e o escravo são socialmente representados pelo libertador com imagens menos positivas do que aquelas com as quais o libertador se representa. Um dos fatores mais ressaltados pelos libertadores, no referente aos escravos, é a taxa de reincidência: os libertadores demonstram insatisfação e ressentimento ao relatar que, mesmo após terem sido libertos, um número considerável de pessoas é novamente aliciado para o trabalho escravo ou se submete voluntariamente, seja por total incapacidade de encontrar trabalho, seja por “vergonha” de voltar à família, depois de ter sido escravizado; retoma-se, nesse aspecto, a Teoria de Avaliação Cognitiva de Deci (1971) — recompensas extrínsecas podem diminuir a motivação intrínseca —, citada na parte teórica da dissertação.

A Figura 12 apresenta, com base na TRS, a organização do campo representacional dos libertadores de escravos.

Os resultados obtidos sugerem que a percepção dos libertadores quanto às vivências de prazer e de sofrimento dos libertos influencia positivamente as suas próprias vivências. O valor atribuído à organização do trabalho dos libertadores é relacionado à eficácia do libertador na transformação das pessoas escravizadas em pessoas libertas, ou seja, na transformação do trabalho escravo em trabalho livre.

Quanto à organização do trabalho, os fatores de satisfação são maiores que os de insatisfação. A dinâmica do trabalho requer profundo envolvimento intelectual e controle emocional por parte dos responsáveis para a devida consecução das metas de libertação.

A vivência de sofrimento, mecanismo de alta mobilização subjetiva, é distribuída de forma semelhante entre as categorias, com acento um pouco mais alto para a insatisfação ante à percepção de uma sociedade onde se escraviza, não significativamente maior que o referente à pessoa escravizada e o escravista.

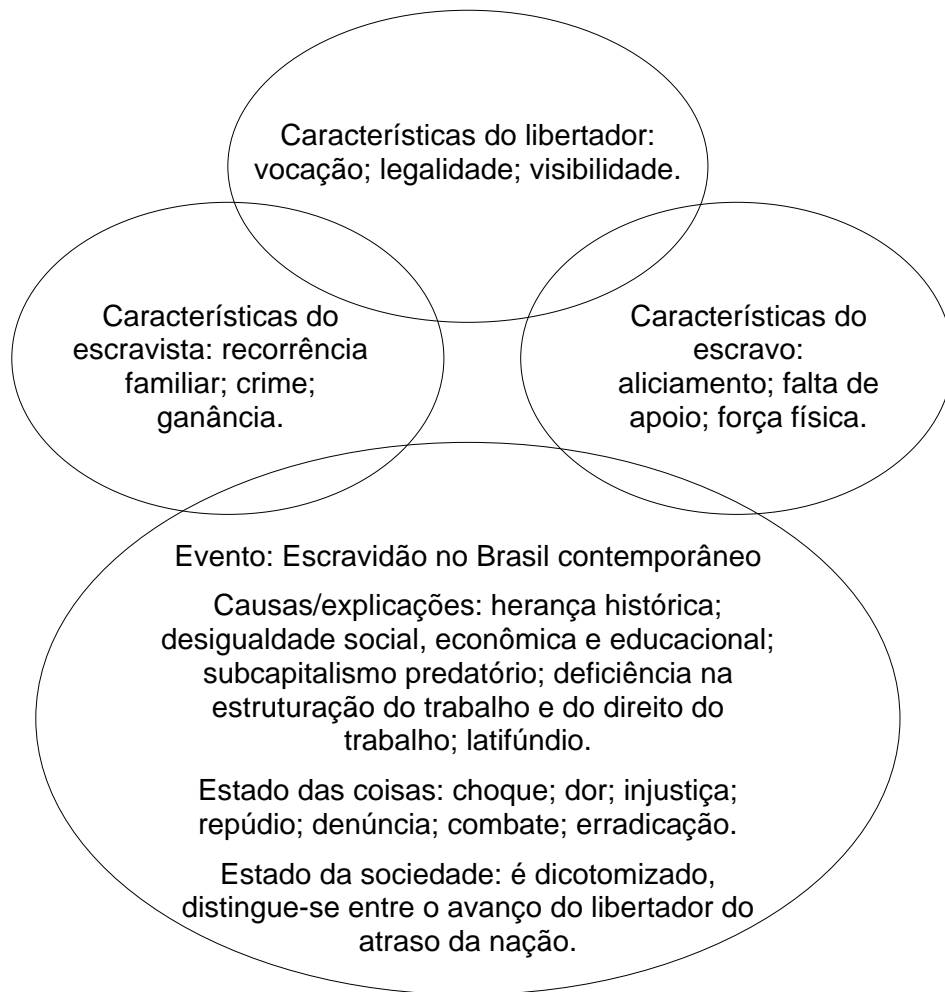


Figura 12: Campo representacional dos libertadores.

Uma explicaao para a predominância do prazer, além dos aspectos pessoais, pode ser ligada a uma variável estrutural. Como pontua Genovese (1976), referindo-se ao processo de decadência e superaao da escravidão moderna em prol do surgimento do capitalismo industrial, “as economias escravistas geralmente manifestam tendências irracionais que inibem o desenvolvimento econômico e põem em risco a estabilidade social” (p. 21), ou seja, por mais t nuo que seja o contato dos indivíduos com a escravidão, esta gera incerteza e, conseqüentemente, dissonância cognitiva e evitaao da incerteza. Nas sociedades integradas ao mercado global, tais incertezas não são aceitáveis, no entanto, o mundo não é inteiramente globalizado, o que possibilita a co-existência de comunidades isoladas, praticantes da

escravidão. Os libertadores, indivíduos com elevado grau de escolaridade e participantes do processo de globalização, sofrem demasiadamente com a dissonância cognitiva decorrente da interação com uma conjuntura social economicamente irracional e inibidora do desenvolvimento.

A vivência de prazer dos libertadores está relacionada a fatores de satisfação relativos à explícita auto-valorização de seu trabalho como libertador e à percepção de uma sociedade onde se liberta.

Sugere-se que o funcionamento psíquico dos libertadores não é livre de influências de satisfação e/ou de insatisfação enquanto não há a percepção de que os mecanismos sociais de libertação funcionam, através da satisfação das necessidades e desejos dos escravos, o que só é percebido como real quando estes são libertos.

A preponderância de vivências de sofrimento indica a forte aversão dos libertadores a toda a estrutura escravocrata. As vivências de prazer são significativas, e junto à percepção da organização do trabalho, formam um equilíbrio entre o desgaste causado pelo trabalho e as expectativas positivas de transformação da realidade brasileira.

O liberto tem um papel primordial não apenas na definição do cargo do libertador, mas também, e fortemente, na identidade profissional do libertador, e em como ele se percebe e percebe a sociedade brasileira.

O libertador, ao libertar o outro, também é libertado, tanto pessoal quanto profissionalmente. A sociedade muda para quem liberta, porque se possibilita a assunção de vivências de prazer, as quais são impossibilitadas enquanto o outro é escravizado. A perspectiva da libertação, com o sucesso no combate ao trabalho escravo, reforça o libertador, de modo que se justifica o seu empenho em libertar, apesar de altamente sofrido.

Pode-se fazer uma leitura desses resultados a partir do referencial da “ideologia”, conceito que, segundo Guareschi (1995), tem uma sobreposição ao de representação social; o conceito de ideologia desmistifica a idéia de neutralidade do processo cognitivo quando o

expõe enquanto mediação entre relações de dominação. Guareschi defende que o conceito de ideologia tem um papel definitivo e indispensável para a compreensão das dimensões éticas e valorativas presentes tanto na construção das representações sociais quanto na estrutura.

A ideologia é definida por Guareschi (2002) como um aspecto da vida social caracterizado pelas maneiras como o sentido das concepções serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Nesta concepção de ideologia, poder e dominação são conceitos-chave.

Guareschi (1992, citado em Guareschi, 2002), define poder “como sendo uma capacidade de produzir algo, capacidade essa específica de cada prática”, e dominação como a relação que se dá, segundo Guareschi (2002, p. 97):

quando determinada pessoa expropria poder (capacidades) de outro, ou quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, fazendo com que determinados agentes, ou grupos de agentes, não possam participar de determinados benefícios, sendo assim injustamente deles privados, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

Supõe-se que, no contexto sócio-laboral empiricamente estudado pela presente pesquisa, a liberdade, enquanto auto-representação dos que se percebem e são percebidos como libertadores, é a síntese resultante do processo dialético de superação de determinadas relações de dominação. Em suma, isto significa que, no contexto da escravidão, liberdade é reconquista de poder outrora usurpado.

Considerando-se as representações sociais compartilhadas pelos libertadores de escravos contemporâneos — muito apesar de sua ampla diversidade ocupacional (governo, organizações não-governamentais e organismos internacionais) — é sugerido que o ato de libertar, por ser fator ativo na desestruturação de relações de dominação, é necessariamente anti-ideológico; não em um sentido amplo, pois o próprio ato de libertar é em si ideológico, mas anti-ideológico por ser contra uma determinada ideologia: a da escravidão.

A seguir é apresentada a pesquisa 2, cujo objeto é o **trabalho escravo no Brasil contemporâneo**, investigado junto aos sujeitos componentes do grupo dos **libertadores de escravos no Brasil contemporâneo**.

PESQUISA 2

1. Método

1.1. Sujeitos

Aproveitando-se as produções textuais dos 10 (dez) sujeitos da Pesquisa 1, na presente pesquisa buscaram-se 5 (cinco) novos sujeitos a fim de aumentar o número de respondentes, de modo que participaram desta pesquisa 2 quinze (n = 15) libertadores de escravos. Seis sujeitos representando o governo brasileiro, três sujeitos representando um organismo internacional e seis sujeitos representando quatro diferentes organizações não-governamentais.

Eram do sexo masculino onze (n = 11) sujeitos, e quatro (n = 4) do sexo feminino; três (n = 3) negros (soma das autodeclarações de pretos e pardos, conforme o critério da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), onze (n = 11) autodeclarados brancos e um (n = 1) autodeclarado asiático; quanto ao grau de escolaridade, oito (n = 8) completaram o ensino superior, cinco (n = 5) a pós-graduação, um (n = 1) o ensino médio e um (n = 1) não completou o ensino fundamental.

A área geográfica de atuação ou de experiência dos libertadores entrevistados abrangeu os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Tocantins, Pará e Distrito Federal.

Quanto à classe econômica, cinco (n = 5) se enquadram na classe A1, correspondente aos 1% mais ricos da população brasileira; três (n = 3) na classe A2, composta por 5% da população; um (n = 1) na classe B1, mesma de 9% dos brasileiros; dois (n = 2) na classe B2, de 14% da população brasileira; três (n = 3) na classe C, de 36% da população e um (n = 1) na classe E, dos 4% mais pobres do Brasil.

1.2. Instrumentos e Procedimentos

A ficha utilizada para coleta dos dados demográficos acima expostos encontra-se disponível no Anexo D. As rendas médias associadas a cada classe se apresentam dispostas na Tabela 10.

Tabela 10: Distribuição da renda média familiar por classe econômica.

Classe econômica	Renda média familiar (R\$)
A1	7.793,00
A2	4.648,00
B1	2.804,00
B2	1.669
C	927,00
D	424,00
E	207,00

Em função das restrições de tempo e das demandas dos respondentes para que fossem coletados rapidamente os seus dados, não foi possível nesta parte empírica do trabalho construir um instrumento especificamente voltado à averiguação do nível sócio-econômico dos sujeitos, de forma detalhada; sendo assim, concluiu-se pela utilização de um instrumento para pelo menos averiguar de modo eficaz o nível econômico dos libertadores de escravos, assim garantindo um parâmetro demográfico coerente.

Os itens utilizados para avaliar o nível econômico dos libertadores foram baseados no Critério de Classificação Econômica Brasil (Associação Nacional de Empresas de Pesquisa – ANEP, 2005), construído para estimar o poder de compra de pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de classes sociais por considerar que qualquer critério econômico não é suficiente para classificar adequada e

isoladamente uma configuração de dados qualitativos referentes às questões sociais da renda, o que logo demanda a busca pelo máximo de informações possível acerca dos sujeitos. Enquanto restrição do Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB, esse instrumento deve ser substituído quando o universo da pesquisa tem pessoas com renda maior que R\$ 50.000, o que não foi o caso do presente estudo.

O CCEB atribui pesos específicos para o grau de instrução do(a) chefe da família: 0 para analfabetismo e primeira a quarta séries incompletas, 1 para primeira a quarta séries completas e quinta a oitava séries incompletas, 2 para quinta a oitava séries completas e segundo grau incompleto, 3 para segundo grau completo e nível superior incompleto, e 5 para nível superior completo.

Para a posse de determinados itens e para vínculos empregatícios chefiados pelo respondente, o CCEB também atribui pontuação, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11: Sistema de pontos do Critério de Classificação Econômica Brasil.

Item/Vínculos empregatícios	Posse				
	Não tem	Tem 1	Tem 2	Tem 3	Tem 4 ou +
Televisão em cores	0	2	3	4	5
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	2	3	4	4
Automóvel	0	2	4	5	5
Empregada mensalista	0	2	4	4	4
Aspirador de pó	0	1	1	1	1
Máquina de lavar	0	1	1	1	1
Videocassete ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	2	2	2	2
Freezer ou parte de geladeira duplex	0	1	1	1	1

A partir da soma do total de pontos resultantes, enquadra-se o resultado dentro de um corte que corresponde a determinada classe econômica, como se observa na Tabela 12.

Tabela 12: Sistema de cortes do Critério de Classificação Econômica Brasil.

Classe	Pontos
A1	30-34
A2	25-29
B1	21-24
B2	17-20
C	11-16
D	6-10
E	0-5

Foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, baseadas em um roteiro formado por questões abertas relacionadas à descrição do trabalho, sentimentos em relação a este, dificuldades encontradas, concepções e sentimentos relacionados à dinâmica profissional.

As entrevistas transcritas foram formatadas conforme as regras necessárias para entrada de dados no *software* ALCESTE (Reinert, 1990, citado em Oliveira e cols., 2003; Reinert, 1983, 1990, 1993 e 1998, citado em Kronberger e Wagner, 2003), excluíram-se as falas de outros que não as dos entrevistados, o que demandou adaptações em algumas produções discursivas dos entrevistados; por exemplo, perguntou o pesquisador: “você se sente reconhecido pelo seu trabalho?”, resposta: “não pela sociedade, mas pelos trabalhadores”. Adaptando, indicou-se como fala do libertador: “não me sinto reconhecido pela sociedade, mas pelos trabalhadores”. Os dados resultantes foram então inseridos para análise no ALCESTE.

1.3. Análise dos Dados

De acordo com Kronberger e Wagner (2003), o ALCESTE é mais do que apenas um programa de computador de categorização e comparação de produções semânticas, ele também é em si uma metodologia explorativa e descritiva de análise estatística de textos, que se aproxima da análise de discurso.

O ALCESTE analisa tanto palavras com conteúdo quanto as com funções, e igualmente os atributos dos respondentes, além disso, o *software* agrupa palavras em função de suas raízes, em formas reduzidas. Por exemplo: “ele” e “eles” são traduzidos por “ele+”. Como muitas das palavras apresentadas nos resultados do ALCESTE apresentam essa característica, preferiu-se apresentá-las preferencialmente na forma plural, o que representa a inclusão da forma singular.

Partindo-se da análise da distribuição do conjunto dos vocábulos transcritos das entrevistas com os libertadores, foram realizadas descrição da frequência das palavras, percentual, cálculo do χ^2 (medida da relação entre as palavras dados padrões de co-ocorrência entre as classes) e classificação hierárquica descendente das classes de palavras encontradas, com base na proximidade de conteúdos do total do *corpus*, em um gráfico com formato de dendograma.

Além disso, o *software* calcula e classifica as “unidades de contexto elementar” (UCE), definidas por Ribeiro (2005) como enunciados que comportam uma idéia ou representação.

As classes identificadas pelo ALCESTE são compreendidas por seu desenvolvedor, Reinert, como conjuntos de noções e percepções de mundo com certa estabilidade temporal.

Na classificação hierárquica descendente o grau de similitude/proximidade entre as classes é apresentado em uma escala que vai de 0 a 1: quanto mais próximo de 0 menos semelhantes são os conteúdos entre as classes indicadas (se 0, as classes “falam” de questões

totalmente diferentes), quanto mais próximo de 1 mais semelhantes são os conteúdos (se 1, as classes “falam” da mesma questão).

Concomitantemente à classificação hierárquica descendente, o ALCESTE apresenta dados quanto à contribuição percentual de cada classe no *corpus*, calculada com base no número de palavras de cada classe, e uma lista de palavras características de cada classe, separadas conforme frequência na classe, frequência no *corpus*, porcentagem no *corpus* e valor do χ^2 .

Os resultados da análise do ALCESTE são apresentados no capítulo seguinte.

2. Resultados

2.1. Representações Sociais dos Libertadores

Os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas por meio do *software* ALCESTE possibilitaram o reconhecimento de determinados conteúdos e significados, e disponibilizaram dados indicativos da organização das representações sociais de libertadores de escravos contemporâneos acerca de seu trabalho.

Denomina-se “campo comum das representações sociais” ao conteúdo comum das representações sociais compartilhadas pelos sujeitos. Segundo Almeida (2001), com base na linguagem e nas demais trocas simbólicas, são compartilhadas crenças entre os indivíduos acerca de um dado grupo acerca de certo objeto social: estudar esse campo comum das representações sociais é um dos objetivos metodológicos da TRS.

O ALCESTE efetuou uma classificação descendente hierárquica das classes de palavras encontradas que é apresentada na Figura 13.

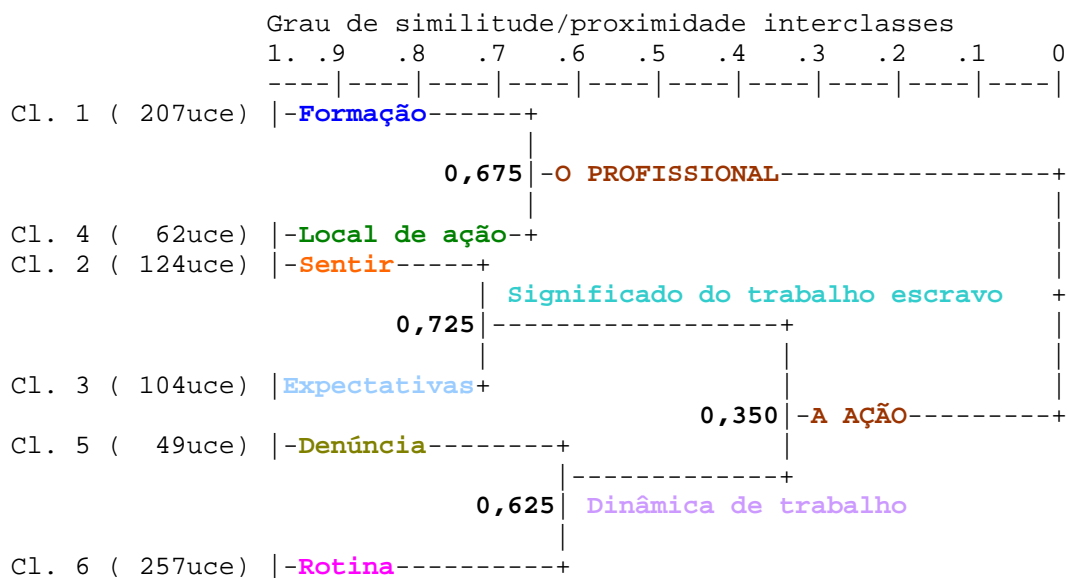


Figura 13: Classificação hierárquica descendente das classes estáveis.

A Figura 13 indica que existem seis classes agrupadas em três agrupamentos temáticos (*clusters*) com relação forte de similitude/proximidade (doravante denominada Rp). Propõe-se denominar esses agrupamentos de “ramificações”.

As classes foram nomeadas em: classe 1, FORMAÇÃO DOS LIBERTADORES; classe 2, SENTIR E SENSIBILIZAR; classe 3, EXPECTATIVAS DE PERMANÊNCIAS E DE MUDANÇAS; classe 4, LOCAL DE AÇÃO; classe 5, DENÚNCIA COMO MÉTODO; e classe 6, ROTINA DOS ESCRAVIZADOS.

A primeira ramificação, denominada O PROFISSIONAL, agrupa a classe 1, composta por 207 unidades de contexto elementar, e a classe 4, composta por 62, em uma relação forte ($R_p = .675$), em que os conteúdos das classes têm semelhança aproximada de 67,5%.

A segunda ramificação, denominada “Significado do trabalho escravo”, reúne a classe 2, composta por 124 unidades de contexto elementar, e a classe 3, composta por 104, em uma relação forte ($R_p = .725$), em que os conteúdos das classes têm semelhança aproximada de 72,5%.

A terceira ramificação, “Dinâmica de trabalho”, reúne a classe 5, composta por 49 unidades de contexto elementar, e a classe 6, composta por 257, em uma relação forte ($R_p = .625$), em que os conteúdos das classes têm semelhança aproximada de 62,5%.

É indicada uma quarta ramificação e última ramificação, denominada A AÇÃO, entre as classes 2, 3, 5 e 6. Observa-se que a relação é mais fraca que as das demais ramificações ($R_p = .35$). Apesar de a associação ser de 35%, isso indica que tal agrupamento remete a conteúdos comuns entre o segundo agrupamento e o terceiro, podendo indicar um eixo temático comum.

A interpretação da lista de palavras características de cada classe, por parte do pesquisador levou em conta a frequência na classe, o valor do χ^2 e as percepções alcançadas durante o processo de análise de conteúdo. Foi selecionado um número de palavras considerado significativo nesse conjunto, buscando-se exclusão de artigos, conjunções e

palavras semelhantes, salienta-se que essa redução no número de palavras, conforme reiteram Kronberger e Wagner (2003), é necessária para que se possa descobrir os campos de ocorrência entre palavras, indicadores das representações sociais. Os dados foram convertidos ao arquivo do pacote estatístico SPSS, a fim de viabilizar análises estatísticas estruturadas dos dados quantitativos gerais e dos separados entre as seis classes, conforme as Tabelas 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, respectivamente.

Tabela 13: Estatística descritiva geral.

n = 353	Média	Desvio-padrão
χ^2	25,92	23,06
Frequência da palavra na classe	9,42	13,36
Frequência da palavra no corpus	17,75	32,28
Porcentagem da palavra no corpus	68,73	22,50

Tabela 14: Estatística descritiva Classe 1.

n = 62	Média	Desvio-padrão
χ^2	22,70	17,15
Frequência da palavra na classe	13,08	14,56
Frequência da palavra no corpus	19,18	32,16
Porcentagem da palavra no corpus	84,52	15,06

Tabela 15: Estatística descritiva Classe 2.

n = 50	Média	Desvio-padrão
χ^2	17,79	10,47
Frequência da palavra na classe	6,58	3,70
Frequência da palavra no corpus	11,96	10,60
Porcentagem da palavra no corpus	65,99	19,78

Tabela 16: Estatística descritiva Classe 3.

n = 64	Média	Desvio-padrão
χ^2	22,81	14,09
Frequência da palavra na classe	7,19	6,72
Frequência da palavra no corpus	14,53	22,41
Porcentagem da palavra no corpus	65,97	19,61

Tabela 17: Estatística descritiva Classe 4.

n = 61	Média	Desvio-padrão
χ^2	40,07	30,36
Frequência da palavra na classe	7,11	6,32
Frequência da palavra no corpus	16,51	27,30
Porcentagem da palavra no corpus	60,21	20,97

Tabela 18: Estatística descritiva Classe 5.

n = 55	Média	Desvio-padrão
χ^2	36,68	31,54
Frequência da palavra na classe	5,73	5,74
Frequência da palavra no corpus	18,13	36,67
Porcentagem da palavra no corpus	52,57	26,45

Tabela 19: Estatística descritiva Classe 6.

n = 61	Média	Desvio-padrão
χ^2	15,30	14,33
Frequência da palavra na classe	16,03	24,81
Frequência da palavra no corpus	25,31	48,85
Porcentagem da palavra no corpus	80,95	14,54

Dado que o valor do χ^2 mostra a capacidade da palavra de agregar outras em torno de si, dentro das classes, consideraram-se como mais importantes as palavras com maior χ^2 dentro de cada classe, tomada isoladamente, e tendo-se como referência a média do χ^2 de cada classe, foram elencadas as palavras mais significativas em cada classe como as mais importantes para a definição do sentido de suas respectivas classes.

As classes (com o quantitativo de unidades de contexto elementar – UCE que as compõem), suas ramificações (com seus respectivos quantitativos de relação de similitude/proximidade – Rp), palavras mais relevantes e contribuição percentual das classes no *corpus* (no campo azul) estão representadas na Figura 14.

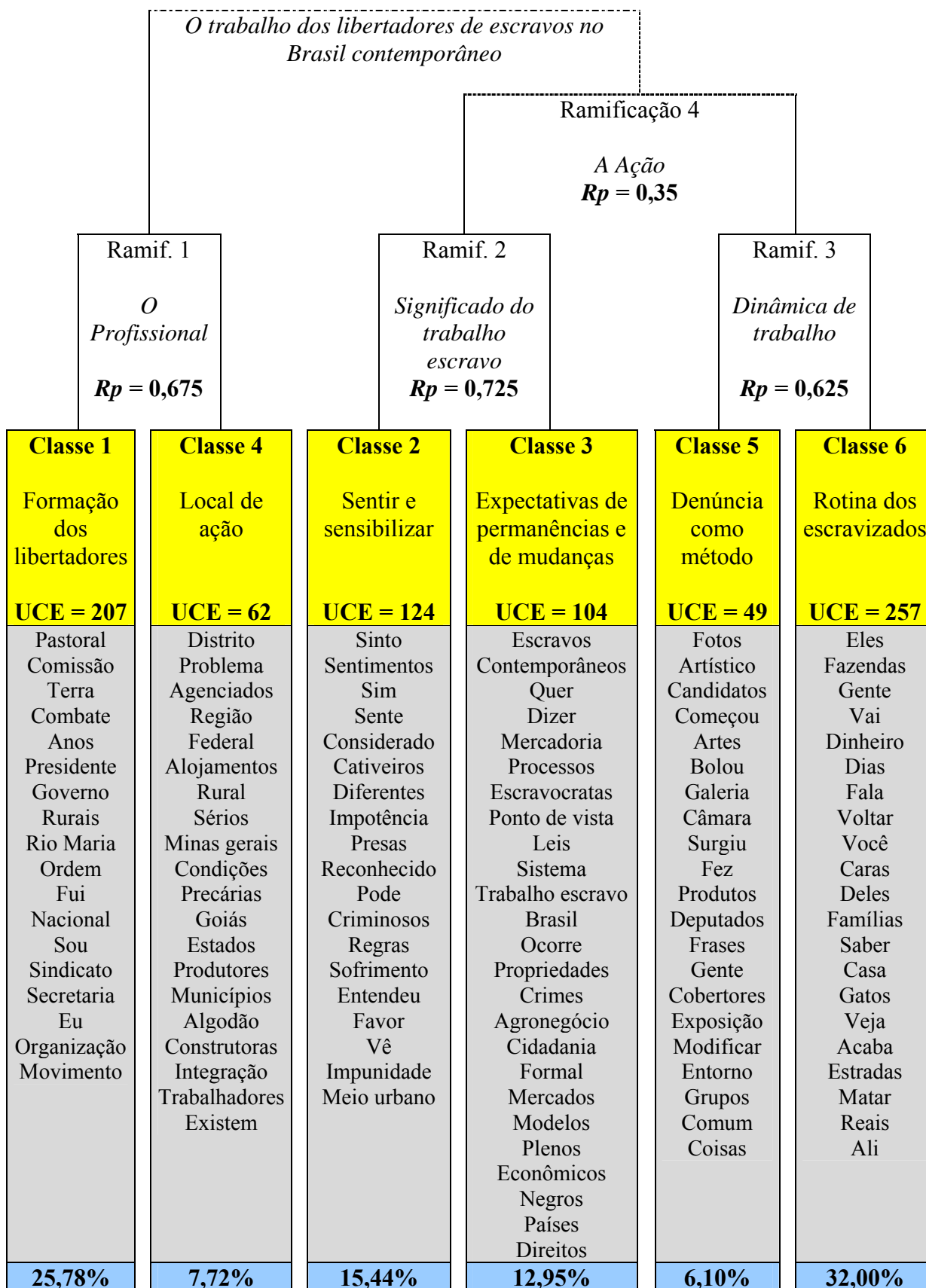


Figura 14: Quadro sintético das palavras relevantes por classe.

2.2. Ramificações e Classes

O resultado geral da análise realizada pelo ALCESTE foi nomeado como “O trabalho dos libertadores de escravos no Brasil contemporâneo”, indicando a representação, o grupo que representa, o tempo e o espaço da representação. A partir daí, surgiram duas ramificações: a primeira ramificação, denominada “A Ação”, e a segunda ramificação, definida como “O Profissional”. A primeira ramificação se divide em outras duas: “Significado do trabalho escravo” e “Dinâmica de Trabalho”.

2.2.1. Ramificação “O Profissional”

A ramificação “O Profissional” se desdobrou em duas classes, ambas referentes à história de vida dos libertadores, constando fatos, pessoas e organizações importantes para a sua formação profissional: a classe 1 e a classe 4.

A classe 1 descreve a formação profissional dos libertadores a partir de um enfoque histórico, descrevendo os locais, tempos, instituições envolvidas nessa construção de sua identidade profissional, sob um enfoque consideravelmente individualizado. Ganham destaque palavras como “terra”, “combate”, “anos”, “fui”, “sou”, “eu”, “movimento”. A Tabela 20 apresenta os quantitativos gerais referentes às palavras da classe 1.

Tabela 20: Apresentação das palavras específicas da Classe 1 por χ^2 e frequência na classe.

Formação dos libertadores		
Palavras relevantes	χ^2	<i>f</i>
Pastoral	96,73	46
Comissão	87,88	42
Terra	73,94	63
Combate	48,17	23
Anos	45,35	42
Presidente	44,01	15
Governo	42,18	23
Rurais	36,74	20
Rio Maria	33,51	13
Ordem	32,11	11
Fui	29,62	13
Nacional	27,64	11
Sou	26,25	17
Sindicato	26,02	14
Secretaria	24,73	10
Eu	24,24	86
Organização	23,73	16
Movimento	23,49	12

Na Classe 1, a média de palavras por Unidade de contexto elementar foi de 24,05 palavras por Unidade. Unidades de contexto elementar como as abaixo transcritas exemplificam as imagens construídas acerca do conteúdo da classe:

eu passei a área técnica, na implementação dos projetos, de cooperação técnica de organismos internacionais e o governo brasileiro, e mais ou menos, desde mil novecentos e noventa e sete, eu venho trabalhando, bastante ativamente

era uma entidade de direitos humanos em Rio Maria que contribuiu para apuração de vários casos em Rio Maria... E aí eu fiquei cinco anos nesse projeto, depois eu fui convidado a integrar a equipe da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara

e sou do coletivo nacional de formação. eu tenho trinta e dois anos. eu tenho a oitava serie. no movimento dos trabalhadores rurais sem terra trabalho tem sete anos, eu vim de família pobre, e comecei na militância do sindicato, nas lutas do sindicato, depois comecei a entrar no movimento político, questão do partido dos trabalhadores

A partir dos resultados alcançados, propõe-se que o discurso comum da classe 1 poderia ser reconstruído e sintetizado por meio da seguinte expressão:

Eu sou membro de uma organização social que há muitos anos denuncia e combate, junto com outros movimentos. Fui em locais onde se conhece as condições dos assentamentos rurais e comecei a me envolver nesse projeto com outros colegas e parceiros, como sindicatos. Passei por várias situações, estudei e fiz cursos.

A classe 4 descreve, de forma muito específica e detalhada espacialmente, os espaços e o funcionamento da economia impulsionada pelo trabalho escravo, em seus processos seletivos, produtos e problemas de inserção no sistema capitalista. Esses processos reiteram as condições materiais e os locais pelos quais os libertadores passaram e que de alguma forma subsidiaram sua formação no sentido de se tornar o que profissionalmente são. Ganham destaque palavras como “problema”, “agenciados”, “alojamentos”, “rural”, “precárias”, “algodão”, “trabalhadores”. A Tabela 21 apresenta os quantitativos gerais referentes às palavras da classe 4.

Tabela 21: Apresentação das palavras específicas da Classe 4 por χ^2 e frequência na classe.

Local de ação		
Palavras relevantes	χ^2	<i>f</i>
Distrito	159,80	16
Problema	130,36	25
Agenciados	121,02	10
Região	88,59	22
Federal	88,00	18
Alojamentos	85,94	9
Rural	85,34	11
Sérios	74,25	8
Minas gerais	62,70	7
Condições	61,01	13
Precárias	60,29	6
Goiás	59,41	8
Estados	56,71	17
Produtores	55,12	7
Municípios	48,85	8
Algodão	48,05	4
Construtoras	48,05	4
Integração	48,05	4
Trabalhadores	43,89	37
Existem	40,23	5

Na Classe 4, a média de palavras por Unidade de contexto elementar foi de 24,31 palavras por Unidade. Unidades de contexto elementar como as abaixo transcritas exemplificam as imagens construídas acerca do conteúdo da classe:

carteira assinada, então gera um problema social grave, isso. E a área. Nós temos outros problemas mais especificamente dentro do distrito federal, relacionados com a colheita da laranja. tivemos casos, específicos, onde os trabalhadores, que são contratados por período de safra, são agenciados no interior do Ceará

apenas a extração da madeira nativa, com a utilização de mão-de-obra em situações muito precárias. Normalmente, os trabalhadores, envolvidos na área do carvão, eles são agenciados no noroeste de minas gerais, ou então na região norte do estado de Minas Gerais

E, como foi o caso específico de janeiro e fevereiro, com muita chuva, não havia produção e, por outro lado, o fazendeiro, o produtor rural e os gatos não queriam remunerar esses dias parados, e aí houve esse conflito

A partir dos resultados alcançados, propõe-se que o discurso comum da classe 4 poderia ser reconstruído e sintetizado por meio da seguinte expressão:

Os problemas que se encontram no meio rural são graves, existem trabalhadores em condições de trabalho e alojamentos precários porque os produtores não sabem fazer seleção, e na época da colheita não dão proteção ou salário a essa mão de obra barata de agenciados; isso envolve uma questão cultural. Como fiscalização temos atuação em todo lugar, inclusive no Distrito Federal, em Minas Gerais, nos municípios e em toda região onde ocorre esse problema, apesar de não termos efetivamente uma integração.

2.2.2. Ramificação “A Ação”

A ramificação “A Ação” se desdobrou em duas ramificações com duas classes cada, as quais constroem a idéia do que significa o fenômeno do trabalho escravo para os libertadores no contexto de sua prática cotidiana para superação dessa forma de exploração da mão de obra (ramificação “Significado do trabalho escravo”, composta pelas classes 2 e 3). Esse significado é “justificado” no contexto histórico, porém questionado com um olhar de quem se considera *dentro* desse processo e relata conhecer o fenômeno com proximidade (Ramificação “Dinâmica do trabalho”, composta pelas classes 5 e 6).

2.2.2.1. Ramificação “Significado do trabalho escravo”

A ramificação “Significado do trabalho escravo” se desdobrou em duas classes, as quais tratam dos sentimentos e expectativas dos libertadores ante ao trabalho escravo: a classe 2 e a classe 3.

A classe 2 avalia os sentimentos do próprio libertador quanto ao trabalho escravo e está permeada de práticas discursivas em que o libertador busca sensibilizar o seu interlocutor quanto a tais condições e demonstrar que outros atores sociais podem se sensibilizar. Ganham destaque palavras como “sinto”, “sentimentos”, “sim”, “sente”, “impotência”, “sofrimento”, “entendeu”. A Tabela 22 apresenta os quantitativos gerais referentes às palavras da classe 2.

Tabela 22: Apresentação das palavras específicas da Classe 2 por χ^2 e frequência na classe.

Sentir e sensibilizar		
Palavras relevantes	χ^2	<i>f</i>
Sinto	60,94	16
Sentimentos	44,25	8
Sim	33,93	12
Sente	33,09	9
Considerado	32,13	7
Cativeiros	27,55	5
Diferentes	27,55	5
Impotência	27,55	5
Presas	27,55	5
Reconhecido	26,03	9
Pode	25,68	16
Criminosos	22,01	4
Regras	22,01	4
Sufrimento	22,01	4
Entendeu	21,95	6
Favor	21,34	5
Vê	20,95	12
Impunidade	18,29	6
Meio urbano	18,29	6

Na Classe 2, a média de palavras por Unidade de contexto elementar foi de 24,18 palavras por Unidade. Unidades de contexto elementar como as abaixo transcritas exemplificam as imagens construídas acerca do conteúdo da classe:

que daqui a pouco vão se engajar nessa proposta, que vão compreender melhor, então, esse reconhecimento, essa valorização, eu não tenho dúvidas. A impotência e a frustração, que eu falei no início, que é normal, e até bom que a gente tenha essa capacidade de ter esses sentimentos, elas dão lugar, eu tenho um lugar muito importante para o desafio, e para o reconhecimento que isso possibilita

agora para mim o principal é a impunidade, se os cabras continuam, fazem e não são punidos, vão continuar fazendo. Eu me sinto reconhecido pelos trabalhadores, principalmente, eu não sou uma figura reconhecida na sociedade, eu não sou e nem tenho essa pretensão, o meu trabalho e mais de fazer com que os trabalhadores sejam sujeitos

nós temos que ser indignados diante da situação. Acho que nós que somos da Comissão Pastoral da Terra, nós temos um princípio evangélico, ser indignado e motivado pela fé, não aceitar de maneira alguma a injustiça, isso nos temos que estar sempre atentos a isso, não podemos de maneira alguma

A partir dos resultados alcançados, propõe-se que o discurso comum da classe 2 poderia ser reconstruído e sintetizado por meio da seguinte expressão:

Sim, eu tenho sentimentos, sente? Eu sinto impotência com a situação dessas pessoas, presas por criminosos que agem com regras diferentes das do meio urbano, fora da legislação, como se estivessem fazendo um favor para as pessoas nos cativeiros, entendeu? E a impunidade, a imagem é de indignação, você vê? As pessoas nos entenderão e reconhecerão. Olha, o meu trabalho é reconhecido, um reconhecimento independente de mim, por alcançarmos nossos objetivos.

A classe 3 analisa o trabalho escravo, de forma ampla, enquanto parte de um processo contextualizado temporalmente, espacialmente e economicamente, e frente ao qual busca dissociar essa permanência da exploração de uma idéia de que a mesma é imutável, buscando mostrar que as mudanças ocorrem, e que portanto tais relações exploratórias de trabalho podem ser superadas. Ganham destaque palavras como “escravos”, “contemporâneos”, “processos”, “leis”, “sistema”, “trabalho escravo”, “direitos”. A Tabela 23 apresenta os quantitativos gerais referentes às palavras da classe 3.

Tabela 23: Apresentação das palavras específicas da Classe 3 por χ^2 e frequência na classe.

Expectativas de permanências e de mudanças		
Palavras relevantes	χ^2	<i>f</i>
Escravos	69,32	20
Contemporâneos	61,18	9
Quer	55,46	19
Dizer	48,96	22
Mercadoria	46,56	8
Processos	42,71	13
Escravocratas	41,60	9
Ponto de vista	41,26	11
Leis	40,38	8
Sistema	40,38	8
Trabalho escravo	36,92	44
Brasil	35,88	23
Ocorre	33,93	7
Propriedades	33,93	7
Crimes	31,18	8
Agronegócio	27,02	4
Cidadania	27,02	4
Formal	27,02	4
Mercados	27,02	4
Modelos	27,02	4
Plenos	27,02	4
Econômicos	26,56	5
Negros	26,56	5
Países	26,56	5
Direitos	24,94	17

Na Classe 3, a média de palavras por Unidade de contexto elementar foi de 23,33 palavras por Unidade. Unidades de contexto elementar como as abaixo transcritas exemplificam as imagens construídas acerca do conteúdo da classe:

no processo produtivo, como uma mercadoria, como um insumo no processo produtivo, e não como um cidadão passível de direitos, e vantagens, e que deveria ser tratado assim. Porque é muito recente a libertação da escravidão, do ponto de vista histórico, no Brasil, quer dizer, pouco mais de cem anos, isso é nada, no processo histórico

por pressão internacional. o Brasil foi o último país a libertar os escravos, então, para se prevenir em relação aos escravos, quando fossem libertados, no sentido de que eles não se tornassem proprietários, não se tornassem cidadãos plenos, o que que a elite brasileira fez?

algumas delas já reivindicadas por nós e outras que dependem de ações diretas de governo, no ponto de vista, vamos dizer assim, de mudança dessa estrutura atual que, vamos dizer assim, acaba favorecendo a prática do trabalho escravo

A partir dos resultados alcançados, propõe-se que o discurso comum da classe 3 poderia ser reconstruído e sintetizado por meio da seguinte expressão:

No Brasil, os escravos de antigamente, os negros, eram mercadoria, o trabalho escravo estava nas leis, era o sistema, isso acabou, é ilegal. Hoje ocorre trabalho escravo, mas os escravos contemporâneos existem devido aos modelos econômicos de todos os países, em função do capitalismo. Quer dizer, tudo isso é um processo histórico. As pessoas, de modo formal, têm direitos e cidadania, mas há séculos os crimes dos escravocratas, no meio rural, criam mercados de pessoas para o agronegócio, a estrutura da escravidão é ligada ao latifúndio. Nós reivindicamos e precisamos mudar essa estrutura.

2.2.2.2. Ramificação “Dinâmica de trabalho”

A ramificação “Dinâmica de trabalho” se desdobrou em duas classes, as quais tratam da prática do trabalho de libertar enquanto exercício da denúncia acerca de uma realidade desumana e desumanizadora, rotineira para alguns trabalhadores brasileiros: a classe 5 e a classe 6.

A classe 5 analisa a importância para o libertador de denunciar ao maior público possível o trabalho escravo, expondo das mais variadas formas e linguagens possíveis as péssimas condições de trabalho e o ambiente onde ocorrem; a imagem é vista como um meio forte para propagar essa denúncia. Ganham destaque palavras como “fotos”, “artístico”, “bolou”, “surgiu”, “exposição”, “modificar”, “frases”. A Tabela 24 apresenta os quantitativos gerais referentes às palavras da classe 5.

Tabela 24: Apresentação das palavras específicas da Classe 5 por χ^2 e frequência na classe.

Denúncia como método		
Palavras relevantes	χ^2	<i>f</i>
Fotos	142,16	11
Artístico	124,34	8
Candidatos	108,66	7
Começou	78,59	10
Artes	78,11	6
Bolou	77,42	5
Galeria	77,42	5
Câmara	72,16	7
Surgiu	72,16	7
Fez	68,98	10
Produtos	66,94	6
Deputados	64,78	8
Frases	61,86	4
Gente	57,15	39
Cobertores	46,34	3
Exposição	46,34	3
Modificar	46,34	3
Entorno	43,90	7
Grupos	43,53	12
Comum	40,97	6
Coisas	37,13	17

Na Classe 5, a média de palavras por Unidade de contexto elementar foi de 24,90 palavras por Unidade. Unidades de contexto elementar como as abaixo transcritas exemplificam as imagens construídas acerca do conteúdo da classe:

nenhum artista tinha feito nada sobre o trabalho escravo, era um tema que estava surgindo naquela época, então, a gente começou. Aí, no ano passado inteiro, a gente fez pesquisa, porque a gente achou, a primeira idéia era ir lá, em uma dessas ações, e tirar fotos, e fazer registros, de repente, fazer um vídeo, a gente não sabia muito bem o que fazer.

E foi aí que surgiu essa história de usar, de fazer fotos publicitárias dos produtos que podem ter sido fruto, em algum momento, de mão de obra escrava, e que aí teria a ver com a gente, porque a gente está acostumado, o tempo inteiro, a ter contato com essas fotos, esteticamente, maravilhosas

então, em algum momento, eu acho que o nosso trabalho está lá, dentro da Câmara dos Deputados, as pessoas passando, e vendo, e pensando sobre o assunto, pode ter ajudado elas a ir lá, fazer o voto, pelo menos, que viu que

A partir dos resultados alcançados, propõe-se que o discurso comum da classe 5 poderia ser reconstruído e sintetizado por meio da seguinte expressão:

A gente queria fazer as pessoas verem essa situação, para modificar, então a gente bolou usar as imagens e expor o problema, a gente começou a divulgar os registros e conseguiu chamar a atenção com as fotos, muita gente viu, os políticos viram. Acho que a denúncia pode se dar de vários modos, um deles é o artístico, e

temos de denunciar que em vários lugares há, que no entorno há e que aqui dentro mesmo há trabalho escravo; na câmara dos deputados há pessoas envolvidas. Você sabia que muitos produtos que usamos vêm do trabalho escravo? Era nossa proposta e a gente conseguiu.

A classe 6 avalia as condições de trabalho dos escravizados sob um aspecto empático de identificação com o sofrimento e as dificuldades do outro. Ganham destaque palavras como “eles”, “fazendas”, “gente”, “matar”, “você”, “famílias”, “gatos”. Importante notar que a linguagem do libertador, nessa classe, assume um caráter de particular identificação com o contexto do escravizado, de tal modo que “a gente”, apesar de distanciada das situações de exploração “deles”, os escravizados, assume uma identificação com o sofrimento, com a distância familiar, com o mal infligido pelos “caras”, identificados como os escravocratas. A Tabela 25 apresenta os quantitativos gerais referentes às palavras da classe 6.

Tabela 25: Apresentação das palavras específicas da Classe 6 por χ^2 e frequência na classe.

Rotina dos escravizados		
Palavras relevantes	χ^2	<i>f</i>
Eles	110,30	152
Fazendas	45,04	45
Gente	27,31	112
Vai	25,83	50
Dinheiro	24,46	22
Dias	24,37	27
Fala	24,25	13
Voltar	24,25	13
Você	23,80	61
Caras	22,08	12
Deles	20,99	32
Famílias	20,81	24
Saber	20,68	22
Casa	19,35	16
Gatos	18,89	20
Veja	17,17	8
Acaba	15,78	13
Estradas	15,65	9
Matar	15,65	9
Reais	15,65	9
Ali	15,53	14

Na Classe 6, a média de palavras por Unidade de contexto elementar foi de 23,65 palavras por Unidade. Unidades de contexto elementar como as abaixo transcritas exemplificam as imagens construídas acerca do conteúdo da classe:

e já vem os gatos que já conhecem a dona da pensão que a dona da pensão vai passar, já indicar aqueles peões que estão lá para trabalhar com ele, então a dívida começa, inclusive na pensão, a dona da pensão acolhe o peão, o peão não tem dinheiro

agora, os caras não querem saber de nada, o que eles querem mesmo é explorar. então, o que que ele faz? Na realidade, ele contrata o gato, por quê? Porque ele não quer ter trabalho. Ele paga o gato e fala: agora você se vira lá

eu me lembro bem que ele me falou, que tem uma terra, parece, de seis alqueires, que para eles lá e muito grande, para família de dez irmãos, e cada um tem filhos, então eles plantaram a roça coletiva

A partir dos resultados alcançados, propõe-se que o discurso comum da classe 6 poderia ser reconstruído e sintetizado por meio da seguinte expressão:

Eles estão longe de casa e das suas famílias no Maranhão, é gente que vai em busca de dinheiro, de reais, fala com os gatos, são aliciados, e, veja você, passam os dias ali nas fazendas dos caras que são o senhor ou a senhora, nas matas, tem até crianças e mulheres, sem ninguém para os acolher, o corpo sob o sol, e os caras os vão matar. E eles têm vergonha de voltar, por isso reincidem no trabalho escravo, e acaba que viram peões de trecho, peões que vivem no trecho, na estrada, nem sabem mais quem é sua família.

2.3. Plano Fatorial

Importante reforçar a percepção de que, quando se fala do fenômeno do trabalho escravo no Brasil contemporâneo, de tal forma os libertadores o associam ao seu próprio trabalho que circunscrevem o fenômeno com o qual lidam a sua prática profissional.

Com base nos dados alcançados, o ALCESTE elabora uma matriz que relaciona tanto os atributos dos respondentes quanto as palavras relevantes e as unidades de contexto (também denominadas eixos temáticos) em colunas e linhas, respectivamente, com base nas distâncias dos χ quadrados, e submete essa matriz a uma decomposição de *eigenvalue*⁶ (valor próprio), formando assim um espaço dimensional $n-1$, onde n é o número de linhas ou colunas, dependendo de qual desses parâmetros é o menor.

Esse tratamento estatístico das palavras possibilita compor um plano cartesiano que contém, conforme anota a literatura especializada (Kronberger e Wagner, 2003), muitos espaços “vazios”, em torno de 98% de espaços sem temas, ou seja, é comum se observar no plano fatorial poucas palavras e muito espaço em branco.

Tal representação dos resultados corresponde a um espaço onde os agrupamentos (*clusters*) mantêm relações de proximidade que podem ser sobrepostas, indicando graficamente os eixos temáticos — dada a proximidade das palavras correspondentes — e sua proximidade com determinados atributos dos respondentes.

Dado esse procedimento, o ALCESTE gerou um plano fatorial que permite visualizar a organização dos agrupamentos em eixos temáticos, onde a distância indica o grau de associação, entendido como o grau de dispersão do conjunto de linhas e colunas em torno de sua média, como se apresenta na Figura 15.

⁶ “cada um de um conjunto de valores de um parâmetro, para o qual uma equação diferencial tem solução não-zero (uma ‘*eigenfunction*’), sob determinadas condições” (Kronberger e Wagner, 2003).

Fator 1 Eixo horizontal

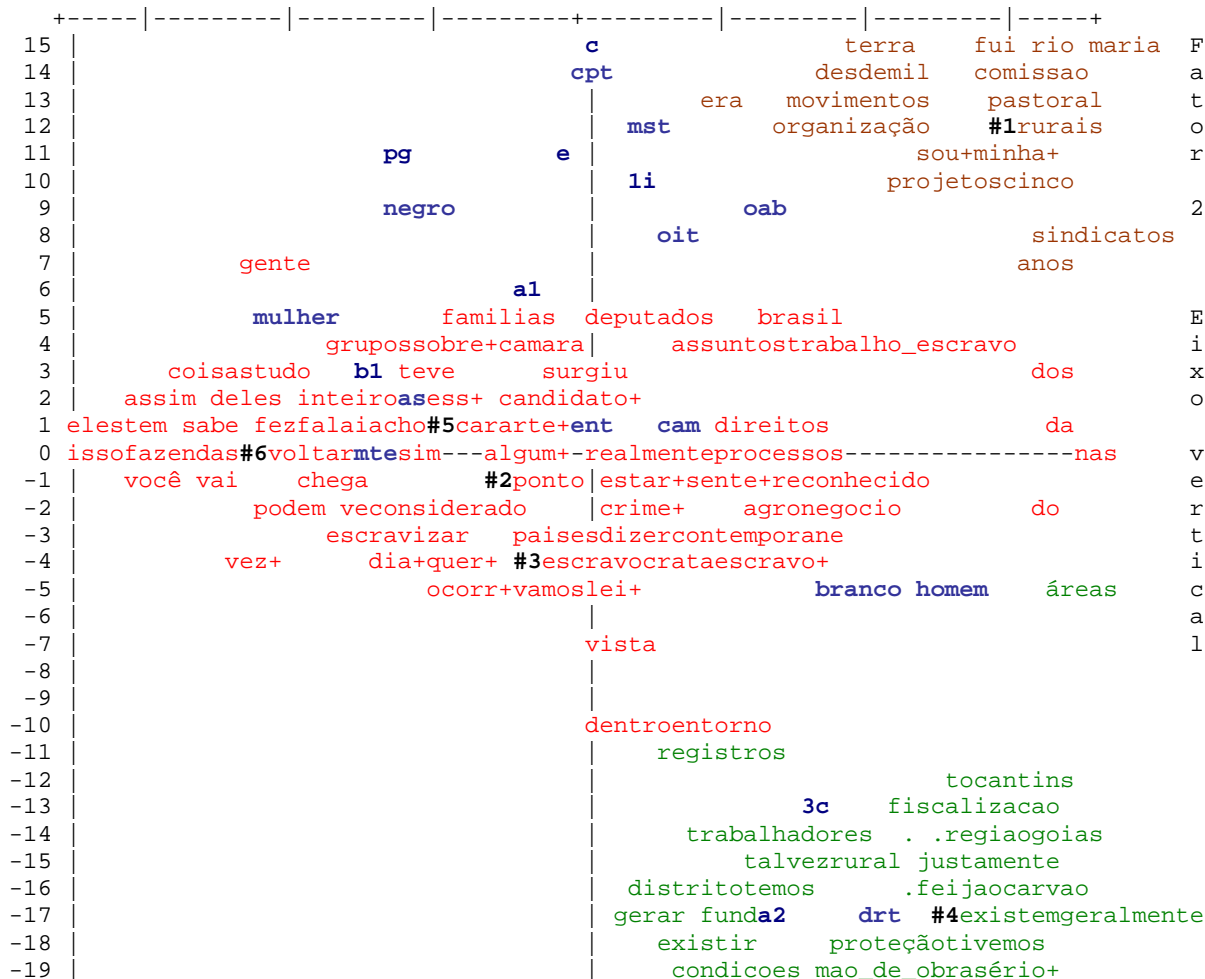


Figura 15: Plano fatorial dos eixos temáticos.

As siglas a1, a2, b1, b2, c, d e a sigla e grafadas de azul se referem às classes econômicas. As siglas 1i, 2c, 3c e pg grafadas de azul se referem a escolaridade, respectivamente: primeiro grau incompleto, segundo grau completo, terceiro grau completo e pós-graduação. A sigla “as” é uma abreviação do atributo racial “asiático”, reduzido em função do pouco espaço disponível entre as palavras. As siglas cpt, mst, oab, oit, ent, cam, mte e drt se referem às afiliações organizacionais dos libertadores, respectivamente: Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Ordem dos Advogados do Brasil, Organização Internacional do Trabalho, Grupo Entorno, Câmara dos Deputados, Ministério do Trabalho e Emprego, e Delegacia Regional do Trabalho.

Conforme se observa na Figura 15, formaram-se os três eixos ou “nuvens” hipotetizados, os quais foram denominados de “histórico”, “político” e “técnico”.

As palavras foram analisadas conforme o eixo a que pertencem: o eixo histórico — caracterizado por temas e cercado de afiliações organizacionais que posicionam o fenômeno do trabalho escravo historicamente, tendo, portanto, a função de nomear os elementos desse fenômeno — está concentrado no quadrante direito superior, em torno da Classe 1 (indicada por #1); o eixo político — caracterizado por temas e cercado de afiliações organizacionais empenhadas na atribuição de efetivamente retirar a pessoa escravizada de seu *locus* de exploração — está concentrado no centro do plano fatorial, em torno das Classes 2, 3, 5 e 6 (indicadas por #2, #3, #5 e #6); e o eixo técnico — caracterizado por temas e afiliações organizacionais empenhadas em estabelecer condições para o trabalho digno da pessoa liberta, compreendendo as relações entre esse sujeito e o seu contexto econômico-laboral e trabalhando para que elas se transformem em um sentido mais socialmente justo — está concentrado no quadrante direito superior, em torno da Classe 4 (indicada por #4); os atributos dos respondentes foram grafados de azul.

O eixo central no plano fatorial é o “político”, esse trabalho é representado pelos respondentes de forma avaliativa, ou seja, eles não apenas descrevem essa atribuição, mas a reinterpretam para o interlocutor. Esse eixo englobou, em formato de “constelação”⁷, as classes 2, 3, 5 e 6, como foi sugerido pela classificação descendente hierárquica (Figura 13).

O ALCESTE testa a validade do resultado, ao indicar, no plano fatorial do grupo de palavras analisadas pelo ALCESTE, a probabilidade de as palavras selecionadas e os eixos representarem o problema tratado no *corpus*. Sendo assim, observa-se que o eixo X explica 28,53% do corpus, enquanto o eixo Y explica 23,22%, isto corresponde a afirmar que há 23,22% de chance de os eixos temáticos encontrados corresponderem ao significado do trabalho do libertador, enquanto para as palavras essa probabilidade ser de 28,53%.

⁷ Aqui se entende “constelação” como uma reunião de palavras que não têm uma palavra específica como seu núcleo, diferentemente de “sistema”, onde as palavras são reunidas em torno de uma determinada palavra.

A Tabela 26 apresenta o *eigenvalue* (valor próprio) e a porcentagem de associação de cada fator. Note-se que os dois primeiros fatores juntos contam por quase 52% da associação total, com o primeiro fator contando por quase 29% e o segundo por pouco mais de 23%. Lembrando-se que o espaço dimensional do plano fatorial corresponde a $n-1$, e sabendo-se que seis é o número total de classes estáveis, a “dimensionalidade” do plano fatorial deverá ser cinco, o que indica que, além dos dois fatores apresentados, são necessários mais três fatores, com associação combinada em torno de 48%, para que se chegue à associação total com o *corpus*, ou, em outras palavras, com aquilo que se pretende avaliar.

Tabela 26: Valor próprio e porcentagem de associação de cada fator.

FATOR	Eigenvalue	% associação	% acumulada
1	0,1956	28,53	—
2	0,1592	23,22	51,75
3	0,1283	18,71	70,46
4	0,1142	16,66	87,12
5	0,0883	12,87	100,00

2.4. Teste de Centralidade

A fim de buscar uma forma de avaliar a centralidade em uma produção textual analisada pelo ALCESTE, propôs-se efetuar um teste de centralidade enquanto parâmetro para que em estudos futuros se possa avaliar a efetividade desse teste e mesmo a possibilidade de testar a centralidade da representação social em um material como o presente, no qual não se empreendeu uma análise de evocação que elencasse as palavras utilizadas pelos respondentes em uma hierarquia de importância que indicasse os elementos do núcleo central e os periféricos. Destarte, empreendeu-se esta experimentação com fins de aprofundar as suas possibilidades posteriormente.

O núcleo central e o sistema periférico da representação social são entendidos por Abric (2001) como necessários para se compreender a estrutura e organização interna das representações sociais, mais do que apenas o seu conteúdo. A fim de identificá-los, e à periferia distante (idiosincrasias principais) envolvida no trabalho de libertação de escravos, procedeu-se a um teste de centralidade dos elementos, calcado na análise das palavras principais e em sua categorização; tal categorização deve admitir que o *corpus*, além das seis classes encontradas, abriga outras unidades de contexto elementar que não formam uma classe com poder explicativo de conjunto (considerando-se a soma das contribuições das 6 classes, o que “sobra” para esta outra é tão-somente 0,01% do poder explicativo da classe sobre o *corpus*), a qual chamamos de “Outros”.

Para se definir as categorias possivelmente nucleares, utilizou-se o cálculo denominado Percentual Médio por Categoria – PMCat (Pedreira, 2004), que divide a porcentagem total de ocorrências (100%) pelo número total de categorias (as seis classes encontradas pelo ALCESTE mais uma: 7), logo, o PMCat da representação social do trabalho de libertação de escravos deve ser igual a 14,28%.

Com base nesse dado, procedeu-se no SPSS a um filtro deletivo das classes com contribuição percentual no *corpus* menor que 14,28%, obtendo-se um conjunto de palavras ao qual, aplicando-se um χ^2 acima ou igual à média geral, conforme a Tabela 13 ($\chi^2 \geq 25,92$). O resultado é apresentado na Tabela 27.

Tabela 27: Rol de palavras com $\chi^2 \geq 25,92$ e de classes com PmCat $\geq 14,28\%$.

Palavra	Classe	Frequência na classe	Frequência no corpus	%	χ^2
Eles	Rotina dos escravizados	152	270	56,30	110,30
Gente	Rotina dos escravizados	112	250	44,80	27,31
Terra	Formação dos libertadores	63	105	60,00	73,94
Pastoral	Formação dos libertadores	46	57	80,70	96,73
Fazendas	Rotina dos escravizados	45	65	69,23	45,04
Anos	Formação dos libertadores	42	71	59,15	45,35
Comissão	Formação dos libertadores	42	52	80,77	87,88
Governo	Formação dos libertadores	23	30	76,67	42,18
Combate	Formação dos libertadores	23	28	82,14	48,17
Rurais	Formação dos libertadores	20	26	76,92	36,74
Sou	Formação dos libertadores	17	24	70,83	26,25
Sinto	Sentir e sensibilizar	16	21	76,19	60,94
Presidente	Formação dos libertadores	15	15	100,00	44,01
Sindicato	Formação dos libertadores	14	18	77,78	26,02
Fui	Formação dos libertadores	13	15	86,67	29,62
Rio Maria	Formação dos libertadores	13	14	92,86	33,51
Sim	Sentir e sensibilizar	12	19	63,16	33,93
Nacional	Formação dos libertadores	11	12	91,67	27,64
Ordem	Formação dos libertadores	11	11	100,00	32,11
Reconhecido	Sentir e sensibilizar	9	14	64,29	26,03
Sente	Sentir e sensibilizar	9	12	75,00	33,09
Sentimentos	Sentir e sensibilizar	8	8	100,00	44,25
Considerado	Sentir e sensibilizar	7	8	87,50	32,13
Cativeiros	Sentir e sensibilizar	5	5	100,00	27,55
Diferentes	Sentir e sensibilizar	5	5	100,00	27,55

A classe com maior poder aglutinador (correspondente à contribuição da classe para o *corpus*) é a 6, ROTINA DOS ESCRAVIZADOS, seguida da classe 1, FORMAÇÃO DOS LIBERTADORES, e da classe 3, SENTIR E SENSIBILIZAR.

Todos os resultados, calcularam-se no SPSS os percentis das médias das frequências das palavras nas classes e no *corpus* (Tabela 28).

Tabela 28: Percentis das frequências nas classes e no *corpus*.

Percentil	Frequência nas classes (média)	Frequência no <i>corpus</i> (média)
25	9	11
50	14	18
75	42	52

A fim de se obter um parâmetro da centralidade das palavras encontradas, definiu-se que seriam mais centrais as palavras da Tabela 27 (as mais importantes dentro de suas respectivas classes) com maior frequência no *corpus*, atribuiu-se portanto ao percentil superior em média frequencial no *corpus* o caráter de SISTEMA CENTRAL, ao percentil médio superior o de SISTEMA PERIFÉRICO e ao percentil médio inferior o de PERIFERIA DISTANTE ou idiosincracias.

O resultado é apresentado na Figura 16.

<p>NÚCLEO CENTRAL (média frequencial no <i>corpus</i> ≥ 52)</p>	<p>Eles Gente Terra Anos Fazendas Pastoral Comissão</p>
<p>SISTEMA PERIFÉRICO (média frequencial no <i>corpus</i> ≥ 18 e < 52)</p>	<p>Governo Combate Rurais Sou Sinto Sim Sindicato</p>
<p>PERIFERIA DISTANTE (frequência no <i>corpus</i> ≥ 11 e < 18)</p>	<p>Presidente Fui Rio Maria Reconhecido Nacional Sente Ordem</p>

Figura 16: Centralidade da Representação Social segundo frequência descendente no corpus.

2.5. Eixos de Significado

O plano fatorial indica a estruturação da representação social do trabalho de libertar em torno de quatro eixos de significado assim denominados: “narratividade”, projetado sobre o eixo horizontal; “temporalidade”, projetado sobre o fator vertical; “indivíduo/social”, projetado sobre o fator horizontal, e “ação/reflexão”, projeto sobre o fator vertical.

Quanto à narratividade, distribuída sobre o fator horizontal, conforme a Figura 17, as relações entre as classes foram observadas como descritivas, quando descreviam descrições de cenários por parte dos respondentes, ou de avaliativas, quando envolviam, preponderantemente, avaliações dos cenários apresentados pelos libertadores.

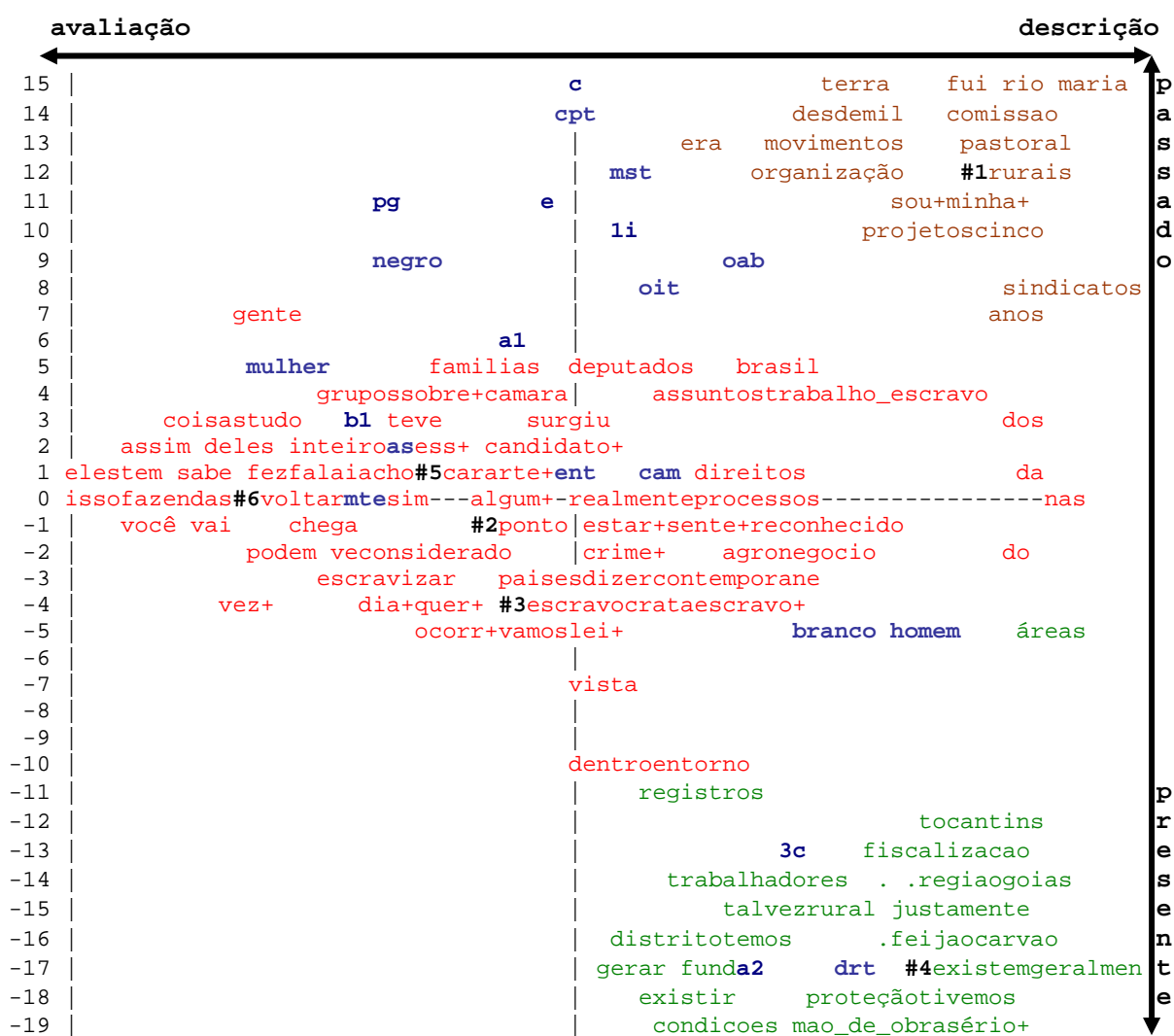


Figura 17: Projeções dos eixos de significado sobre o plano fatorial.

No referente à narratividade, é importante observar que não é tarefa simples a de distinguir até que ponto a narração de determinado episódio ou exposição de uma concepção se define enquanto avaliação, isto é, valoração dos elementos da narração, ou enquanto descrição, ou seja, detalhamento dos elementos da narração; o limite é fluido. Nesse sentido, o eixo de significado “narratividade” aponta para tendências dos eixos temáticos, de modo que o eixo político tende a valorar os elementos narrados, enquanto os eixos histórico e técnico tendem a detalhar os elementos narrados.

Tal consideração deve sua fundamentação aos resultados alcançados na Pesquisa 1, na qual, por meio da análise de conteúdo, observaram-se tais tendências quando se retomava a leitura dos temas relacionados ao trabalho do(a) libertador(a), foi notado o posicionamento destacado e emotivo dos respondentes, ligado ao sofrimento, nas questões referentes à condição dos trabalhadores escravizados e a necessidade de libertá-los.

Supõe-se também que os elementos mais comumente avaliados são aqueles mais próximos do libertador no aspecto emocional, de significado, mais antigos temporalmente, e menos próximos do interlocutor, enquanto os mais comumente descritos são aqueles mais atuais, possivelmente mais próximos do interlocutor e com menos poder de mobilização emocional para o libertador.

Ainda na Figura 17, observa-se o eixo temporalidade sobre o fator vertical, em que as relações entre as classes foram compreendidas enquanto temporalmente localizadas: encontram-se referências a fenômenos ou lugares fundamentados no passado; ao passo que se encontram tais referências, com relação a outras classes, fundamentadas no presente.

Quanto ao eixo de significado indivíduo/social, distribuído sobre o fator horizontal, conforme a Figura 18, as relações entre as classes foram observadas como individualizadas quando o foco das práticas discursivas dos respondentes era voltado às questões pessoais dos sujeitos envolvidos, enquanto eram observadas como sociais as práticas discursivas voltadas ao âmbito amplo das organizações, da sociedade em geral ou do próprio Estado.

Na Figura 18, observa-se o eixo ação/reflexão sobre o fator vertical: nele se compreende que as relações entre as classes estavam distribuídas entre aqueles libertadores com um discurso que relata o testemunho e a reflexão sobre as condições postas, com o fim de denunciar às instituições com poder de intervenção; a ação se relaciona às práticas de combate ao trabalho escravo, de intervenção direta no espaço da exploração.

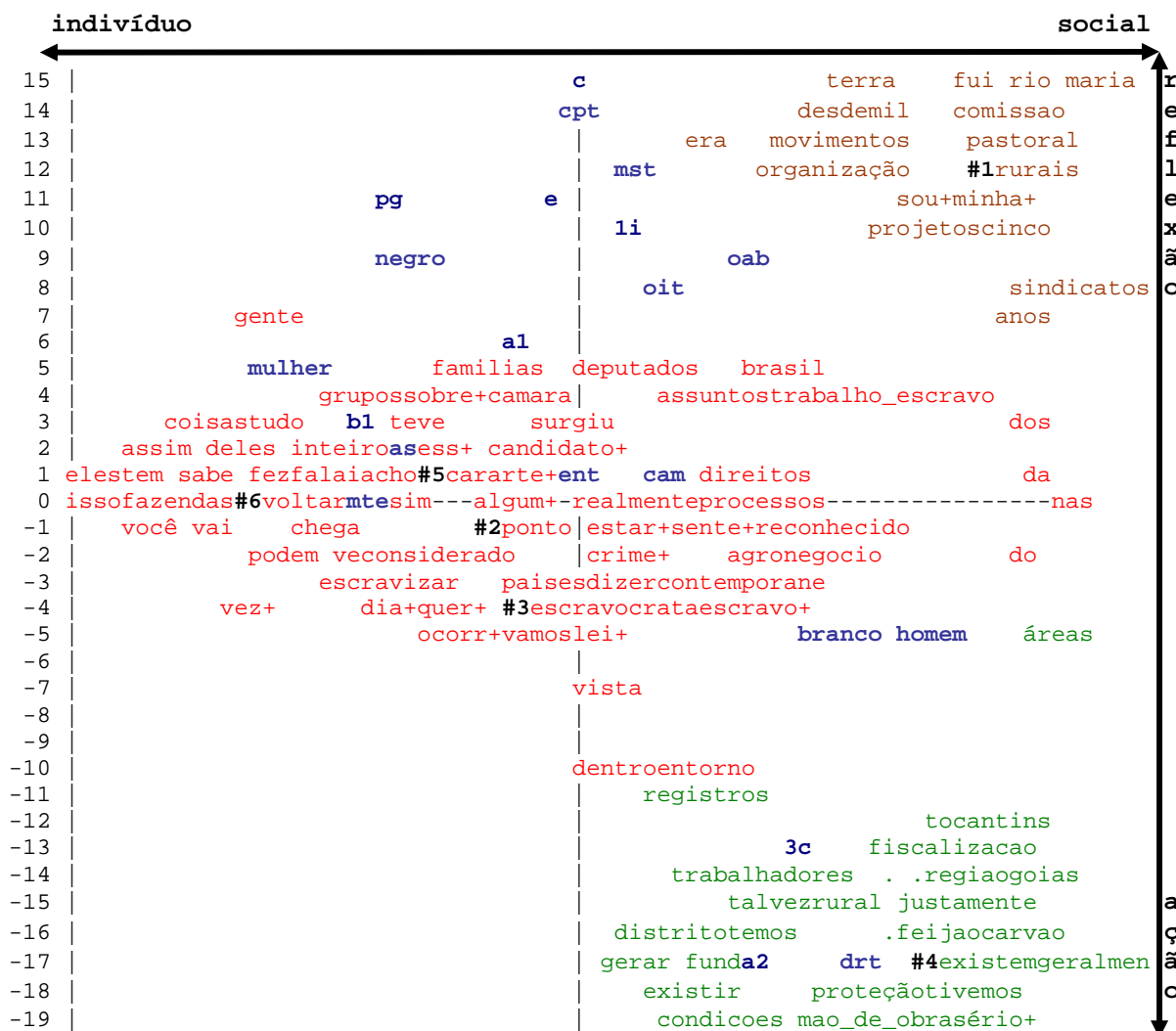


Figura 18: Projeções dos eixos de significado sobre o plano fatorial.

A distribuição dos atributos dos respondentes ao longo dos eixos de significado possibilita identificar diferenças grupais na maneira de representar o trabalho de libertação.

Quanto à variável sexo, fica patente o posicionamento distante entre homens e mulheres, aqueles no quadrante direito inferior, essas no quadrante esquerdo superior.

Semelhante projeção permite concluir que os homens libertadores, ao se referir ao seu trabalho, costumam ter um discurso mais voltado a uma percepção do trabalhador escravizado enquanto sujeito social, membro de uma sociedade com problemas; a atuação dos homens tende a ser mais alienada dos fatores históricos (passado) constituintes do trabalho escravo, o que propicia que eles ajam de forma mais técnica, visando realocar o trabalhador escravizado para uma condição mais digna. Tendem a descrever o trabalho escravo e o trabalho de libertar mais do que avaliá-lo, isto é, são mais objetivos. Os homens se percebem nesse processo como profissionais em um sentido pouco personalizado, como se estivessem desempenhando um papel social.

As mulheres libertadoras, diferentemente dos homens, tendem a perceber de forma pessoal o trabalhador escravizado, enquanto um indivíduo com família, e que por identificação nesse nível precisa ser ajudado; a atuação das mulheres costuma estar próxima dos fatores históricos que constituem o trabalho escravo, mas em um sentido mais reflexivo, próximo do político, o que significa que tendam a agir visando a saída imediata dos trabalhadores da condição de escravos. Tendem a avaliar o trabalho escravo e o trabalho de libertar mais do que apenas descrevê-lo, ou seja, atribuem mais valores à hierarquia de representações que lhes surgem do que os homens. As mulheres se percebem como profissionais em um sentido muito personalizado, como se estivessem engajadas em um projeto pessoal.

No que se refere à variável raça, há uma distribuição triangular entre negros, brancos e asiáticos, de modo que negros e asiáticos se encontram próximos, no mesmo quadrante das mulheres, enquanto os brancos se distanciam daqueles, aproximando-se substancialmente dos homens. Essa projeção dos atributos permite concluir que há diferenças de raça na representação social do fenômeno, de modo que negros e asiáticos tendam a ter percepções próximas às das mulheres, no eixo temporal do passado (historicamente situado nas condições da escravidão), político, de reflexão, de avaliação e de identificação pessoal com o

trabalhador escravizado. Pessoas brancas tendem a se orientar de modo semelhante ao dos homens, no eixo temporal do presente (historicamente alienado das condições da escravidão), técnico, de ação, de descrição e de identificação social do trabalhador escravizado.

Hasenbalg e Silva (1988), ao tratar das rápidas mudanças ocorridas na estrutura social brasileira durante as últimas décadas, ressaltam que a modernização teve custos sociais conservadores, atrelados à permanência das desigualdades distributivas que tendem imobilizar socialmente e a manter mulheres e negros em posições sócio-economicamente inferiores às de homens e brancos. Essa forte correlação entre gênero, cor e *status* social enfatiza para os excluídos, conforme o modelo de cinco estágios e a Teoria da Equidade (Taylor e Moghaddam, 1994), sua posição subalternizada, e os estimula a perceber outros excluídos em suas particularidade, diferentemente dos grupos dominantes, que tendem a perceber esse outro enquanto representante do grupo.

No referente às afiliações organizacionais, é notável a proximidade de determinadas afiliações a certos eixos, o que indica que as pessoas vinculadas a tais organizações têm atribuições e papéis relacionados ao eixo. Historicamente engajados na denúncia das condições dos trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho ficaram próximas do eixo histórico, cuja função na representação social de libertar é a de situar historicamente os elementos constituintes da exploração da mão-de-obra para que se pode compreender e nomear o trabalho escravo enquanto tal. O Ministério do Trabalho e Emprego, o Grupo Entorno e a Câmara dos Deputados se concentraram no eixo político, cuja função é tirar os trabalhadores escravos da condição subumana, por meio de ações que afetem os envolvidos; importante observar que o Ministério do Trabalho e Emprego encontra-se no centro do eixo, cercado por quatro classes, o que aponta a importância dessa classe para a ação de libertação imediata, e indicando que o Ministério é o “carro de frente” no momento em que se precisa libertar as pessoas. A Delegacia Regional do Trabalho se encontra no

centro do eixo técnico, o que indica que a função dessa organização é o de organizar o trabalho de re-inserção profissional dos trabalhadores do meio rural.

Quanto à escolaridade e à classe econômica, não se encontrou relação com os eixos, visto diferentes graus de escolarização e níveis econômicos estarem distribuídos sem que haja uma proximidade entre as escolaridades e classes econômicas diferentes.

Todos os eixos são fundamentais para constituir o significado do trabalho de libertar, composto então por fatores técnicos, políticos e históricos que podem não ser inteiramente integrados, porém se complementam em suas especificidades para que haja fortalecimento das ações de libertação. Nesse ínterim, o Plano Fatorial apresenta certas correlações entre as palavras que indicam dimensões aproximadoras e confrontadoras das relações entre as ramificações, conforme indicado na Figura 19.

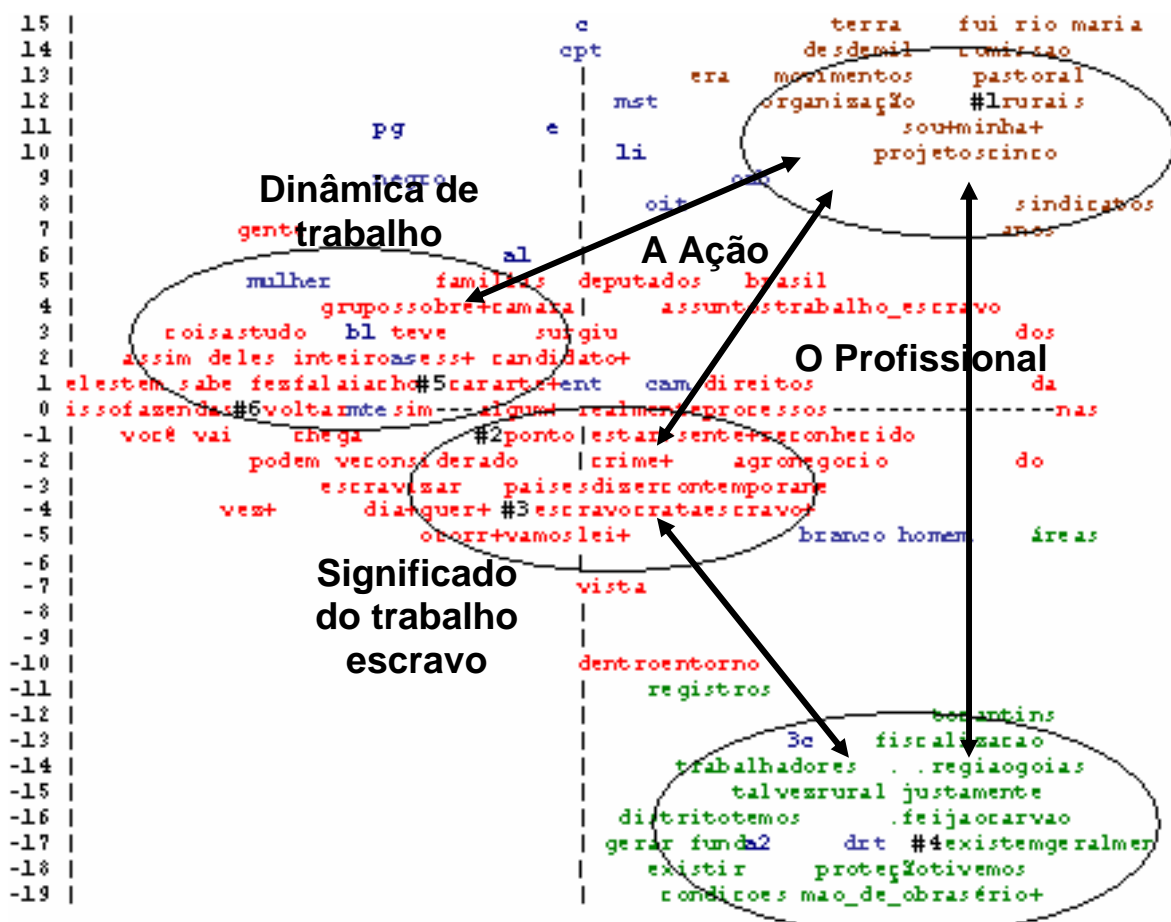


Figura 19: Projeções de correlações entre as palavras sobre as ramificações.

Observando-se as correlações entre as ramificações no Plano Fatorial, nota-se que a constituição d'O PROFISSIONAL se dá, ao mesmo tempo, em função da relação e do distanciamento entre a Classe 4 (Local de ação) e a Classe 1 (Formação dos libertadores): por aproximação das classes, entende-se a constituição da ramificação d'O PROFISSIONAL como uma relação entre a história pessoal dos sujeitos e determinados locais que freqüentaram durante sua formação, o que determinou o fato de atualmente serem libertadores. Com a mesma história pessoal, porém fora de tais locais de ação, provavelmente, eles não teriam se tornado libertadores. Por distanciamento entre as classes, entende-se que há um efeito sobre os eixos temáticos histórico e técnico, de modo que as organizações envolvidas no eixo histórico conseguem nomear os processos da exploração enquanto escravidão e considerar o fenômeno enquanto construção histórica, porém dificilmente conseguem instituir renovadas relações econômicas entre os trabalhadores rurais e os empregadores; já as organizações envolvidas no eixo técnico conseguem trabalhar para uma rearticulação das relações trabalhistas no meio rural, porém demonstram dificuldades na identificação dos conflitos grupais de opressão enquanto fenômenos do trabalho escravo. O libertador constitui sua identidade profissional sobre o eixo histórico e o eixo técnico.

O eixo político, que engloba as ramificações Dinâmica do trabalho e Significado do trabalho escravo, relaciona-se diretamente com A AÇÃO e com o Local de ação do libertador (eixo técnico), reiterando a noção básica de que a ação política de retirada da pessoa escravizada do espaço de exploração envolve uma relação direta com o local de trabalho do libertador.

A AÇÃO é observada como uma relação entre a Formação dos libertadores (eixo histórico) com a Dinâmica do trabalho e o Significado do trabalho enquanto constituintes do eixo político. Essa relação aproxima o Significado do trabalho escravo (eixo político) e o Local de ação do libertador (eixo técnico), ao mesmo tempo em que aproxima a Formação dos libertadores (eixo histórico), o Significado do trabalho escravo (eixo político) e a

Dinâmica do trabalho (eixo político). Assim, é patente que o significado do trabalho escravo tem forte relação com o local de trabalho dos libertadores; e a forma de atuação dos libertadores (Denúncia como método) e a sua relação com o espaço e a condição dos oprimidos (Rotina dos escravizados) tem forte relação com a constituição histórica dos profissionais libertadores.

3. Discussão

3.1. Ancoragem

Supõe-se que a representação social do trabalho de libertar escravos tem três tipos de ancoragem, isto é, elementos que orientam e norteiam a representação social para que sua força motivadora e mobilizadora não perca o sentido, possa manter-se relativamente estável durante um certo período de tempo e seja percebida como legítima (Guareschi, 1995; Moscovici, 1978): a ancoragem do bem (no libertador), a ancoragem do mal (na estrutura escravista) e a ancoragem da necessidade (no trabalhador escravo); a ideologia permeia todos os elementos cognitivos e afetivos que ancoram a representação social.

Os libertadores ligam, “ancoram” suas práticas a situações mais antigas para que melhor as legitimem. A ancoragem do bem na figura do próprio libertador pode estar calcada na representação da “missão”, relacionado ao da “predestinação”: houve um processo histórico de formação do indivíduo que simbolicamente indicou o caminho, através das várias etapas vencidas, até um presente em que o libertador se formou enquanto tal. Tendo sido alcançada a meta de ser quem se é, a missão aí parece ter-se confirmado e precisa ser cumprida. É preciso realizar essa missão, para que o “destino” ou a “vontade” se realize, conforme a particularidade idiossincrática de cada sujeito. Em suma: se o libertador está em paz e assume essa missão de libertar, construída historicamente pelas organizações e por ele mesmo, então está fazendo um bem.

A ancoragem do mal na estrutura escravista assume um caráter especialmente afetivo no sentido em que, mesmo que o libertador relate compreender como a estrutura escravista se formou historicamente no que é, e como isso afeta pessoalmente os sujeitos envolvidos, é com muita repulsa que ele se refere a essa estrutura, prendendo-a à representação da “exploração” e à do “egoísmo”: o escravocrata, tanto quanto o sistema no qual ele se encaixa enquanto

opressor, devem sofrer repúdio, repulsa, porque a idéia de exploração que ancora a sua representação é o avesso da “equidade”, e associada à idéia do egoísmo enquanto uma relação com o mundo em que o que importa é o interesse pessoal, tem-se aí uma iniquidade em ambos os sentidos, uma injustiça na qual o que poderia ser igualmente partilhado (oportunidades iguais para todos), acaba sendo impedido de se realizar por que alguém ou alguma instituição “puxaram” para si, a qualquer custo, as benesses sócio-econômicas, e as detêm.

A ancoragem da necessidade no trabalhador escravo sugere uma retomada da representação da “criança” enquanto ser humano indefeso que está em formação. Pode ser que o libertador relacione a situação do trabalho escravo com a de uma pessoa indefesa que precise de cuidados, como uma criança, mas é abusada pelo “mal”, no caso, a estrutura escravista. O “bem”, no caso o libertador, cumprirá uma “missão” se tirar o trabalhador escravo do domínio do “mal”, onde *o trabalhador não pode ser um ser humano completo*, e possibilitar o “crescimento”, o desenvolvimento desse trabalhador para que ele se emancipe da situação de escravo.

É importante ressaltar que, no referente às ancoragens consideradas nas representações sociais dos libertadores, essas parecem “espelhar” aquelas que provavelmente se ligam às representações sociais dos opressores, dos escravocratas. Essa afirmação se baseia nos depoimentos dos escravocratas e nos relatos dos libertadores acerca de falas dos escravocratas, conforme se relatou na Parte Teórica da presente dissertação. Retomando esse relato, têm-se registros de falas dos escravocratas segundo os quais se nega a existência do trabalho escravo, vista como uma “invenção” da parte dos movimentos sociais e meios de comunicação (ancoragem do mal) que atuam conscientemente contra a área da economia responsável pelo crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, pois eles, escravocratas, estão fazendo um “bem” (ancoragem do bem) àquelas pessoas totalmente desassistidas pelo Estado brasileiro, que se não fossem recepcionadas pelos fazendeiros, estariam sem trabalho algum (ancoragem da necessidade).

Essa “inversão” ou “reflexo” sugere que os paradigmas ideológicos que separam libertadores e opressores não necessariamente são diversos, as únicas diferenças encontradas não estão nas ancoragens em si, mas nos sujeitos das ancoragens, cuja única semelhança é a permanência do outro escravizado enquanto um “necessitado”.

3.2. Reflexões

Que sentido damos a um mundo que nega o nosso sentido de humanidade? Para lidar com a dissonância cognitiva decorrente dessa negação, ou mudamos nosso sentido ou mudamos o mundo. Esse “mundo” — um dos muitos mundos do trabalho que nos abrigam ou nos cercam — é uma experiência muito próxima a todos nós, porém especialmente mais “familiares”, cotidianos, aos explorados da sociedade e àqueles que combatem essa exploração, enfim, às minorias ativas (Moscovici, 1981), visto este mundo do trabalho ser o *background* laboral onde se desenrolam os vários papéis disponibilizados pela sociedade brasileira, na qual os trabalhadores, quanto mais artesanal for sua produção, mais claramente se encontram em situações muito precárias em qualquer região do país, com reflexos não apenas circunstanciais, porém, também, geracionais: a exploração da mão de obra infanto-juvenil na atividade carvoeira de Minas Gerais, pesquisada por Dias e cols. (2002), representa com detalhes funestamente reais esse cenário.

Não é por acaso que aqui, ao se discutir o significado do mundo do trabalho para os explorados pelo trabalho e para os que se opõem a essa exploração, é citado o termo “minorias ativas”: Moscovici (1981), ao refletir sobre a relação dos grupos sócio-historicamente excluídos com a sociedade que os oprime, propõe um modelo interacionista da influência social em que o sistema está em processo de constante mudança devido ao conflito de forças entre os grupos majoritários (conformados) e os minoritários (inovadores), os excluídos, por estarem à margem, mantêm um contato com o “mundo” exterior maior do que os membros dos grupos opressores, percebem coisas que estes últimos não conseguem, e portanto se tornam potenciais influenciadores na sociedade porque não estão em equilíbrio com ela, têm conhecimento do fracasso do sistema em incluí-los.

Os libertadores de escravos no Brasil contemporâneo trabalham para combater a dissonância cognitiva entre quem eles acreditam ser humanos e a forma como a realidade trata

essas pessoas — libertar é uma forma de adequar o mundo real ao mundo ideal —, e sofrem no mínimo dois dilemas relacionados à questão de que libertar é depender da pessoa escravizada para que se efetue o trabalho de libertar: em primeiro lugar, o libertador de escravos depende do escravo para que se defina enquanto tal; e, em segundo lugar, o trabalho do libertador de escravos é sempre *in progress*, pois quando não houver mais pessoas a se libertar, não haverá também libertadores.

Os libertadores, tal como as demais categorias e classes trabalhadores, constantemente lidam com a necessidade de equilibrar o controle sobre o trabalho e a demanda do trabalho, com a finalidade de manter a própria saúde mental, conforme Karasek (1979).

Os libertadores, mesmo não sendo explorados diretamente, têm plena ciência da exploração sofrida pelos escravizados, e participam com eles do movimento de mudança nos rumos desse sistema que há muito tempo explora, mas muda, conforme eles próprios constatarem, e essa possibilidade de mudança é que abre espaços para que seu poder de influenciar se efetive, contra a violência representada pela usurpação de poder dos trabalhadores escravos sobre o seu trabalho e sobre si mesmos, contra a violência que os obrigam a *ser para outros*, condição de exploração no trabalho, ao invés de *estarem com outros*, condição de cooperação, de liberdade no trabalho: para os libertadores, o trabalho escravo é uma violência contra o poder dos trabalhadores de exercer livremente seu trabalho, tal interdição é um crime, a seu ver, contra um princípio central na definição do que é ser humano, e portanto é um crime contra todas as pessoas. Libertar trabalhadores escravos se torna libertar a si mesmos porque significa libertar outros indivíduos em uma sociedade de configuração democrática.

O trabalho escravo apresenta conteúdos com forte impacto em vários âmbitos representacionais, um desses é o relacionado à questão da alteridade: o libertador se identifica com esse outro, porém se percebe a si mesmo com mais clareza nessa relação.

Essa libertação na esfera do trabalho é central na estrutura cognitiva dos libertadores, isso está em concordância com o que afirmam Borges e Tamayo (2001), para os quais, tanto teórica quanto empiricamente, o trabalho é uma esfera central na vida das pessoas, e viver esse trabalho é mais do que estar nele, é descrever os atributos que o fazem ser o que ele é (descrever), é atribuir-lhe valores a esses atributos (avaliar), é, enfim, elencar esses atributos em uma hierarquia. Os resultados da presente pesquisa apontam nesse exato sentido.

O significado do trabalho de libertar não é apenas individual, mas socialmente partilhado pelos denominados libertadores, está fortemente associado às condições históricas da sociedade e delas não se desvencilham, mesmo quando se opõem diretamente a muitos valores envolvidos nessas condições, em especial os de exploração do *outro*, os de *poder sobre o outro*.

Quando os libertadores, especialmente as mulheres e negros, referem-se a si mesmos enquanto “gente”, não estão simplesmente fazendo uso de um termo comum: “gente” é para eles uma palavra de forte significado reflexivo, que remete à percepção do “eu”, pessoa, indissociável do profissional libertador, é uma prática discursiva conquistada pelos libertadores.

Mulheres e pessoas negras se constituem enquanto sujeitos históricos de grupos que são depositários de toda uma relação de opressão frente aos homens e pessoas brancas, em sociedades constituídas como machistas e racistas. Conforme a Teoria da Identidade Social de Tajfel, citado em Beldarrain-Durandegui e Souza Filho (2004), a comparação social dos excluídos mulheres e negros ante às vantagens dos brancos e homens é inevitável, ante à percepção de vantagens e desvantagens de ser parte desse grupo, desse modo, é mais “natural” para os grupos em desvantagem identificar-se em suas particularidades do que o grupo em vantagem, apesar de a comunicação entre ambos os grupos permanecer, porém como um possível instrumento de perpetuação da desigualdade.

Essa constituição histórica, determinada pela experiência pessoal e coletiva da opressão, pode ser o fator explicativo para a maior capacidade dos grupos feminino e negro em compreender o outro explorado enquanto uma pessoa com contexto familiar específico, um indivíduo participante de um grupo excluído, ao passo em que os grupos masculino e branco tendem a notar o outro excluído enquanto representante do grupo excluído, mas dificilmente em sua individualidade.

O fato de a classe econômica e o grau de instrução dos libertadores parecer não ter relação com sua representação social do fenômeno estudado pode se dever ao fato, apontado na Parte Teórica da dissertação, de que eles constituem uma categoria social que não depende economicamente do escravizado, tampouco do escravocrata, assim, não existiria sequer relação histórica entre esses sujeitos quanto ao fator econômico, e mesmo educacional, o que decerto, não ocorre quando se percebe a identificação das organizações, das identificações de sexo e de raça com determinados eixos, pois essa relação foi, de forma clara, historicamente constituída: quando se fala em “trabalho escravo” no Brasil, não se pode esquecer o papel dos cidadãos negros na luta por sua transformação, das mulheres para se livrar do jugo da sociedade machista, e das organizações enquanto veículos dos grupos sociais excluídos para a transformação da opressora realidade social.

O trabalhador escravo é tido como uma pessoa com tal identidade com o libertador que não posso responsabilizá-lo inteiramente por *suas ações sobre sua vida*, justo porque o trabalhador escravo, por ser gente para o libertador, pode não estar tendo condições de agir sobre sua vida, mas continua sendo pessoa, e portanto está sendo impedido de exercer um direito seu, impedido de ser quem ele é, e portanto precisa de um outro, o libertador, para interromper esse processo desumanizador.

Retorna-se aí ao conceito do *escravo teórico*: historicamente, os escravizados nunca perderam a consciência de sua humanidade, por mais que os escravocratas cressem nessa desumanidade *a priori*, por isso o ser escravo, nos parâmetros dos opressores, sempre foi uma

teoria; no mundo contemporâneo, os libertadores também não acreditam na desumanização do trabalhador escravo, pois ele está escravizado, mas é “gente como a gente”, tão humano quanto qualquer indivíduo fora do contexto do trabalho escravo no mundo contemporâneo.

Para o libertador de trabalhadores escravos no Brasil contemporâneo, *humanizar* existe enquanto um ato de enfrentamento à força opressora que separa a “gente” em pessoas libertas e pessoas escravizadas. Gente é um conceito monotômico: só pode haver um tipo de gente, e ele é composto por pessoas livres.

Quando se reflete acerca da prática cotidiana do trabalho do libertador, constata-se aí uma dificuldade do trabalhador em se dissociar da figura do escravizado. Essa extrema proximidade subjetiva, não necessariamente laboral ou de ocupação do mesmo espaço, é fortemente indicada pela linguagem identificada na ramificação “Dinâmica do trabalho”, a qual aborda termos como “eles”, “gente”, “caras”, “trechos”, “gatos”, que não estão utilizadas, conforme constatado na análise de conteúdo, de modo “comum”, mas, isso sim, referidas à linguagem dos próprios escravizados. Essa identificação extrema com os oprimidos pode resultar em que dificilmente os libertadores consigam evoluir de sua prática cotidiana para uma práxis transformadora, constituída não apenas do trabalho de conhecer os escravizados, de os acompanhar e os libertar, e de encontrar novas condições de trabalho para os libertos, essa práxis transformadora se constituiria enquanto a capacidade de articular ações junto aos opressores para superação da relação exploratória que eles mantêm com os trabalhadores; tal articulação demanda um certo distanciamento do processo que envolve o escravizado, para que o(a) libertador(a) possa negociar, com o opressor, espaços novos para os grupos oprimidos, que assim poderão ativamente construir caminhos para uma restauração real da igualdade entre os grupos.

Ademais, quando se considera a tarefa definidora no eixo técnico — a de encontrar melhores condições de trabalho para o sujeito liberto no próprio meio rural — em relação à idéia encontrada na Pesquisa 1 quanto à identificação da pessoa escravizada enquanto alguém

que é “forte” em seu contexto específico, poder-se-ia deduzir que a pessoa liberta é vista como alguém que, no meio rural, é altamente adaptável, porém fora do contexto do meio rural poderia não sobreviver.

Um fator relacionado à escravidão enquanto representação social é o do dinheiro — a ausência desse dinheiro comunica em demasia acerca dos tipos de comportamentos e consciências envolvidos nessa relação exploratória do trabalho —, que fortalece a concepção de que o caráter econômico relacionado à superexploração da mão-de-obra é ligado à idéia de infra-humanização do outro; de que esse caráter à primeira imagem objetivo é subjetivado e intermediado em sua relação com o mundo pelo dinheiro, concentrado nas mãos dos escravocratas, em detrimento do mérito do trabalhador, ser humano desvalorizado, portanto, em todos os sentidos. Guareschi (1995), por exemplo, é enfático ao afirmar que o dinheiro está envolvido no mecanismo de legitimação da extorsão econômica quando, por exemplo, entre religiosos neopentecostais estudados pelo pesquisador, ele ancora aquilo que se considera “o bem” e justifica para os fiéis o fato de serem explorados financeiramente, por mais pobres que sejam, pois “Deus fez sua parte, operando milagres e curas. Os fiéis devem fazer a deles: pagar a conta” (p. 222). Ainda no que se refere às representações sociais, conforme aponta Pedreira (2004), o dinheiro representa, ao mesmo tempo, sofrimento e riqueza.

3.3. Reflexões Comparadas, baseadas na Análise de Conteúdo e no ALCESTE

O fato de na presente dissertação se ter empreendido duas pesquisas com instrumentos diferentes: a análise de conteúdo e o *software* ALCESTE, possibilitou uma abertura de horizontes e reflexões comparadas que suportaram muitas reflexões ao longo de toda a parte empírica.

Aragão (2004), ao empreender um estudo comparativo entre as metodologias de análise de conteúdo e do ALCESTE, verificou a contribuição de ambas as técnicas para a análise qualitativa de dados textuais; assim, o pesquisador constatou empiricamente que há uma convergência nos resultados das duas análises.

Para além da desgastada idéia de dicotomia entre metodologias qualitativa e quantitativa, faz-se mister aqui recordar que as orientações ditas quantitativas estão presentes tanto na análise de conteúdo quanto no ALCESTE, desde o registro das frequências ao cálculo do χ^2 , e por fim esses dados também puderam ser contextualizados qualitativamente.

A Pesquisa 2 foi particularmente enriquecida com os subsídios da análise de conteúdo. O ALCESTE dispõe uma análise extremamente transparente dos dados textuais que demanda forte domínio do pesquisador sobre o *corpus* da entrevista, a fim de que se possa encontrar caminhos interpretativos ao longo dos vastos campos de significados expostos pelo *software*.

Nesse aspecto, a análise de conteúdo funciona como uma facilitadora na tarefa de fazer inferências acerca das mensagens dos respondentes. Os conteúdos manifestos das mensagens, indicados pelo ALCESTE, podem ser comparados com os conteúdos latentes identificados no transcurso da análise de conteúdo.

O fato de durante a análise de conteúdo da Pesquisa 1 se ter realizado uma série de inferências, com base nas entrevistas, tornou o pesquisador, quando da análise dos dados dispostos pelo ALCESTE na Pesquisa 2, capaz de atribuir relações de causa e efeito entre as características das classes, eixos temáticos e ramificações com as suas dimensões ideológicas

latentes. Por exemplo, repetindo o que já se mencionou anteriormente: ao se remeter à idéia do escravizado como “forte” no seu contexto rural específico (Pesquisa 1) é que se pode entender o sentido do eixo técnico como estabelecedor de condições trabalhistas justas, para a pessoa liberta, no meio rural (Pesquisa 2); ao se considerar que o escravocrata é visto como portador de uma “recorrência familiar” para temas como “crime” e “ganância” (Pesquisa 1) é que se compreende porque, para o libertador, o escravocrata ancora o mal da representação social acerca do trabalho escravo (Pesquisa 2); quando se analisa as referências que o libertador atribui a si mesmo como alguém vinculado a uma “vocação” e como portador da “legalidade” (Pesquisa 1), encontra-se relações com a razão de esse mesmo libertador ancorar a necessidade na figura da pessoa escravizada, associando aí a idéia da “missão” de libertar o outro (Pesquisa 2).

Em função da análise de conteúdo se observou, no campo representacional dos libertadores, que eles percebem o estado da sociedade como dicotomizado entre o avanço representado pelo trabalho do profissional libertador e o atraso característico da própria nação.

Ao se relacionar essa consideração com as classes, eixos e ramificações disponibilizadas pelo ALCESTE, notamos que as idéias de “Brasil” e de “países” se encontram na mesma classe, Expectativa de permanências e de mudanças, a qual é parte do Significado do trabalho escravo, localizada no eixo político. Porém, enquanto “Brasil” próximo do eixo histórico, “países” se aproxima do eixo técnico; enquanto “Brasil” está mais próximo dos eixos de significado temporal do passado, social e de reflexão, “países” está mais próximo do eixo de significado temporal do presente, individual e de ação; “Brasil” se aproxima da descrição, “países” da avaliação; tanto “Brasil” quanto “países” estão próximos de palavras que se relacionam diretamente a trabalho escravo, escravidão, escravocratas, escravizar ou escravos, contemporâneos ou não.

Destarte, a comparação entre a Pesquisas 1 e 2, na questão abordada no parágrafo acima, indica fortemente que a idéia de Brasil dos libertadores, enquanto uma nação atrasada,

é uma idéia calcada em um Brasil do passado, escravocrata, perdido, idéia vista pelo libertador como compartilhada com o interlocutor, porém à qual o libertador remete menos valor afetivo do que à idéia de nação ligada a “países”, do presente, escravocrata porém possível de mudar pela ação individual, isto é, a ação do libertador. Desse modo, supõe-se que o libertador estabelece a si mesmo enquanto parâmetro positivo do estado da sociedade, ao mesmo nível da própria nação, porque para ele a nação Brasil é um lugar atrasado no tempo, que poderá ser transformado não enquanto o que é, mas o que pode ser por meio da ação do libertador, individualizada na imagem de um país que haure do mal do trabalho escravo para um tempo diferente, porém valorado, e, portanto, percebido como positivo.

Ao se referir a indivíduos como portadores de significados socialmente representados como positivos, retomam-se estudos como o de Cardoso (2000) sobre a representação social do presidente Juscelino Kubitschek, o denominado JK, como portador de significados e de símbolos do espaço político nacional; o presidente JK encarnava em si mesmo, concretizava materialmente, para um agrupamento significativo da população, as contradições relacionadas aos ideais de uma democracia desenvolvimentista socialmente justa, e isso apesar de ela não ter sido constatada no plano do “real”. Raciocinando-se paralelamente a essa constatação, compreende-se porque o indivíduo libertador pode encarnar em sua individualidade elementos heterogêneos que constituem um ideal construído pela ordem social.

Uma das questões que surgiram com a análise dos dados da Pesquisa 1 era a de porque, apesar de as vivências de sofrimento serem mais freqüentes, o libertador demonstrava prazer com seu trabalho. A análise de conteúdo relacionou fortemente esse sofrimento à figura da pessoa escravizada e da sociedade onde se escraviza. Quando se analisa os dados das classes na Pesquisa 2, nota-se que as referências de sofrimento relacionadas aos escravizados estão na classe “Sentir e sensibilizar” (eixo político, ramificação do Significado do trabalho escravo e da Ação) e principalmente na classe “Rotina dos escravizados” (eixo político, ramificação da Dinâmica do trabalho e também da Ação).

Esses dados estimulam a hipótese de que o sofrimento exposto pelos libertadores é não apenas uma simples expressão de seus sentimentos, mas, igualmente, de seus métodos retóricos de trabalho, por meio do convencimento emocional do interlocutor, por meio da linguagem, quanto à existência do trabalho escravo e à urgência em combatê-lo. O sofrimento, então, poderia não estar sendo apenas vivenciado, porém, também, representado.

E por que o libertador relata tanto prazer quando se refere a si mesmo (53% das categorias relacionadas a prazer – dados da Pesquisa 1)? Quando se reflete sobre o conjunto dos dados alcançados na Pesquisa 2, conclui-se que o libertador confunde seu próprio trabalho de libertar com o fenômeno do trabalho escravo, de modo que o trabalhador escravizado é uma parte dessa representação que a justifica (remete-se aqui à concepção de ideologia enquanto justificação das relações de poder no *status quo*). Conforme se nota nas ramificações, a representação social acerca do trabalho escravo está composta pelo profissional que liberta e sua ação de libertar; o libertador detém poder sobre o fenômeno que ele mesmo denuncia e combate, e esse poder, centralizado no eixo político, demonstra que o libertador se percebe como um efetivo influenciador quando tira a pessoa escravizada do contexto da escravidão, e efetivamente a liberta, realizando o seu ideal de justiça.

Destarte, o prazer do libertador se relaciona ao seu poder de influência sobre o fenômeno, pois esse fenômeno é socialmente representado como *parte* do seu trabalho. Parte que, controlada, deixa patente a influência do libertador, seu poder, que é visto como reconhecido pela sociedade fora dessa complexa conjuntura.

Ante ao exposto, é igualmente possível que, ao demonstrar para a sociedade em geral que o trabalho escravo existe, que é gravíssimo e que deve ser denunciado e combatido, o libertador não está apenas realizando o ideal de cidadania e de justiça da sociedade, relacionado à idéia de liberdade, mas também é simbolicamente empoderado de forma pessoal, e justifica o seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...tanta gente — dá susto se saber — e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo...”

Grandes Sertões, Veredas; de Guimarães Rosa.

A Psicologia, principalmente a Psicologia Social e do Trabalho, tem muito a contribuir para a compreensão e conseqüente formulação de estratégias de intervenção no combate ao trabalho escravo. Essa forma de exploração do trabalho demanda não apenas ações locais e incisivas de resgate e remuneração imediata dos escravos, mas principalmente a viabilização de modelos alternativos de empregabilidade. O problema da escravidão, culturalmente estruturado na hiper-hierarquizada sociedade brasileira, demanda a utilização e o máximo aproveitamento de tecnologias humanas de mudança psicossocial.

Tal realização requer habilidades políticas e técnicas, o que pressupõe uma transformação do próprio psicólogo, que precisa superar o seu viés regionalizado ou paroquialista, isto é, calcado em percepções e construtos restritamente norte-americanos, a fim de transculturalmente ampliar seus horizontes de interpretação e de ação. Esta assertiva se justifica pela escassez de estudos na área de Psicologia que tratem quaisquer dimensões da escravidão contemporânea, contrariamente às extensas pesquisa e reflexão em Ciências Sociais (Figueira, 2004; Le Breton, 2002; Martins, 2002).

Entretanto, não basta constatar esse problema, é preciso sugerir soluções exeqüíveis aos profissionais da Psicologia, e especialmente aqueles que constatarem o problema têm a responsabilidade de ao menos indicar caminhos.

Refletindo-se sobre a atuação social do(a) profissional psicólogo(a), é preciso circunscrevê-la ao seu universo prático: refere-se aqui à Psicologia Social e do Trabalho e ao que ela significa para os seus especialistas — o que ela representa para as teorias científicas

— e para as pessoas em geral — o que ela representa socialmente, ao senso comum, às teorias populares da Psicologia Social e do Trabalho.

É preciso compreender a lógica de marginalização que no Brasil articula espaços de exclusão aos sujeitos pertencentes a determinados grupos. No filme *Manderlay*, de Lars Von Trier, por exemplo, mostram-se os efeitos funestos da escravidão sobre os sujeitos: danos psicossociais que têm de ser enfrentados por gerações e gerações. É óbvio aí que o papel do psicólogo social pode ser o de acompanhar a situação e trabalhar para a inserção desses sujeitos.

Como escreveu Rilke (1994), em *Cartas a um Jovem Poeta*, esse artista, enquanto formulador de questões ante aos problemas apresentados pela sociedade, para se tornar um poeta completo precisa viver senão as questões que lhe surgem sem preocupar-se em ter respostas de imediato, isto porque, vivendo as questões sem se preocupar com respostas imediatas, poderá garantir respostas futuras sem se preocupar. A mesma questão se apresenta ao campo da Psicologia, que abre seus olhos, como uma jovem, ao problema que ora se pesquisou: o mérito do psicólogo, social ou não, não virá necessariamente da apresentação de respostas rápidas, mas da construção cuidadosa de respostas criativas.

O(a) profissional psicólogo(a), diferentemente dos ideólogos *lato sensu* (formadores de opiniões), ruma as idéias para que possa se nutrir de maneira o mais completa possível, não propriamente a mais rápida, porém a que o(a) define *strictu sensu* enquanto intelectual (pessoa formadora de idéias).

Com relação à saúde do libertador de escravos, paradoxos relacionados à organização do trabalho e à violência, podem resultar em situações potencialmente estressantes, com quadros clínicos, conforme Gline e cols. (2001), de medo, ansiedade, depressão, nervosismo, tensão, fadiga e outros distúrbios psicossomáticos, entretanto, não foram identificados tais fatores. Esse pode ser um campo de pesquisa a ser futuramente trabalhado.

A Teoria da Identidade Social (Ashford e Mael, 1989; Tajfel, citado em Beldarrain-Durandegui e Souza Filho, 2004) se mostra como um parâmetro para futuras pesquisas acerca da formação da identidade dos libertadores, entendidos como participantes de uma categoria social, e sua percepção social, no que tange às identidades de gênero e de raça.

Outro horizonte de pesquisa a se trabalhar é o das representações sociais dos opressores e, principalmente, das pessoas libertas. Auferir esses dados poderia subsidiar ações psicossociais formidáveis para uma ágil inserção do trabalhador no mercado de trabalho justo, além da construção de sua cidadania.

Concluindo, parafraseio Sá (1998), para quem a pesquisa em representações sociais é muito rigorosa porém precisa ser flexibilizada para alento de quem precisa cumprir os prazos institucionais de uma dissertação de mestrado; precisa-se, além disso, considerar que a pesquisa em representações sociais é quase sempre “um empreendimento pessoal e algo solitário, orientado por um pesquisador experiente, mas normalmente sem qualquer ajuda na coleta e no tratamento dos dados” (p. 20).

No meu caso particular, felizmente me enquadro na caracterização de Sá, principalmente porque fui orientado por uma pesquisadora muito experiente; reparo, entretanto, a parte referente à falta de ajuda no tratamento dos dados, nesse quesito a seção de “Agradecimentos” da presente dissertação é explícita o suficiente para mostrar o quão solidária foi minha rede de contatos para encontrar pesquisadores com experiência de campo, sensibilidade e capital intelectual suficientes para tratar com excelência os dados catalogados pelo ALCESTE e me co-orientar em seu tratamento.

Pretende-se ter respondido questionamentos, ter trazido soluções e aberto caminhos à altura dos auxílios e idéias recebidos. O material coletado é extremamente rico em profundidade e amplitude, espera-se que possa guiar o trabalho de outros pesquisadores, além de, principalmente, estimular os libertadores de escravos no Brasil contemporâneo a se compreenderem melhor e, assim, fortalecerem-se mais ainda para que seu combate de hoje

junte-se ao de tantos outros para que um dia, no horizonte do Brasil, realmente raie a liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J-C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. Em C. Guimelli (Org.), *Structures et transformations des représentations sociales*. (pp. 73-84). Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Abric, J-C. (2001). *Prácticas sociales y representaciones*. Ciudad de Mexico: Ediciones Coyacán.
- Abric, J-C. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. Em J-C., Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales*. (pp. 59-80). France: Éditions érès.
- Agrolink. (2005). *Cotação do produto soja – saca de 60 kg*. Disponível eletronicamente na internet via http://www.agrolink.com.br/cotacoes/pg_media30.asp
- Allik, J. & Realo, A. (2004). Individualism-colletivism and social capital. *Journal of cross-cultural psychology*, 35(1), 29-49.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Almeida, A. M. O. & Cunha, G. G. (2003). Representações sociais do desenvolvimento humano. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16(1), 147-155.
- Almeida, A. M. O. (2001). A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos e metodológicos. *Ser social*, 9, 129-159.
- Althuser, L. (1992). *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Grahal.
- Alves, L, M. A. (2004). *Sonhar e fazer: experiências de mulheres e de homens em movimentos sociais, na luta por moradia em Rondonópolis – MT (1974-1989)*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

- Anchieta, V. C. C. & Galinkin, A. L. (2005). Policiais civis: representando a violência. *Psicologia social, 17*(1), 29-37.
- Andrade, M. C. (1991). *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Editora Ática.
- ANEP. (2005). *Critério de classificação econômica Brasil*. Disponível eletronicamente na internet via <http://www.anep.org.br>
- Aquino, R. S. L., Vieira, F. A. C., Agostino, C. G. W. & Roedel, H. (1999). *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Aquino, R. S. L., Vieira, F. A. C., Agostino, C. G. W. & Roedel, H. (2000). *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Aragão, J. P. (2004). *Exigências cognitivas e estratégias de mediação em auditoria-fiscal da previdência social no Distrito Federal: errar é preocupante, refiscalizar é pior*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Arcary, V. (2002). Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na história. *Crítica marxista, 15*, 35-56.
- Arendt, H. (2002). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Aristóteles. (1994). Politics. *Great books of the western world, 8*. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Arruda, A. (1993). Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano*. (pp. 234-265). São Paulo: Brasiliense.
- Ashforth, B. E. & Mael, F. (1989). Social identity theory and the organization. *Academy of management review, 14*, 20-39.

- Bales, K. (2000). *Disposable people: new slavery in the global economy*. Berkeley: University of California Press.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baron, J & Miller, J. G. (2000). Limiting the scope of moral obligations to help: a cross-cultural investigation. *Journal of cross-cultural psychology*, 31(6), 703-725.
- Becker, B. K. (2005). Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. Em I. E. Castro, P. C. C. Gomes & R. L. Corrêa (Orgs.), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. (pp. 223-244). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Beldarrain-Durandegui, A. & Souza Filho, E. A. (2004). Representações de grupos nacionais entre jovens segundo o grupo étnico. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(3), 257-266.
- Benjamim, W. (1994). Sobre o conceito de história. Em W. Benjamim, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (pp. 223-232). São Paulo: Brasiliense.
- Bernardes, J. A. (2005). As estratégias do capital no complexo da soja. Em I. E. Castro, P. C. C. Gomes & R. L. Corrêa (Orgs.), *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. (pp. 325-366). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Borges, L. O. & Tamayo, A. (2001). A estrutura cognitiva do significado do trabalho. *Revista psicologia: organizações e trabalho*, 1(2), 11-44.
- Borges, L. O. & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do trabalho. Em J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos, *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. (pp. 24-62). Porto Alegre: Artmed.
- Campos, P.H. F. & Rouquette, M. L. (2003). Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16(3), 435-445.

- Cardoso, C. F., Fragoso, J. L. R., Castro, H. M. M. & Vainfas, R. (1988). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Cardoso, D. B. S. (2000). *JK no fluxo das representações sociais: objeto de estudo, possibilidade de um modelo de investigação*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Cardoso, F. H. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Carvalho, E. A. (1999). Complexidade e ética planetária. Em A. Pena-Vega & E. P. Nascimento (Orgs.), *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. (pp. 107-118). Rio de Janeiro: Garamond.
- Conrad, R. E. (1975). *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Davis, D. B. (2001). *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Deci, E. L. (1971). Effects of externally mediated rewards on intrinsic motivation. *Journal of management*, 12(2), 203-222.
- Derlega, V. J., Kuang, J. C. Y., Cukur, C. S. & Forsyth, D. R. (2002). Interdependent construal of self and the endorsement of conflict resolution strategies in interpersonal, intergroup, and international disputes. *Journal of cross-cultural psychology*, 33(6), 610-625.
- Dias, E. C., Assunção, A. A., Guerra, C. B. & Prais, H. A. C. (2002). Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. *Caderno de saúde pública*, 18(1), 269-277.
- DIEESE. (2001). *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Autor.

- Dom Pedro II. (2005). Lei de terras n. 601, de 18 de setembro de 1850. Em J. P. Stedile (Org.), *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. (pp. 283-292). São Paulo: Expressão Popular.
- Dupas, G. (1998). A questão do emprego e da exclusão social na lógica da economia global. Em P. S. Pinheiro & S. P. Guimarães (Orgs.), *Direitos humanos no século XXI*. (pp. 107-132). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.
- EMPLASA. (1982). *Contribuição à história dos movimentos sociais na grande São Paulo (1968-1975)*. São Paulo: Autor.
- Fernandes, F. (1979). Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. Em T., Szmrecsányi & O., Queda (Orgs.), *Vida rural e mudança social*. (pp. 105-120). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ferreira, M. A. F. (2001). Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de psicologia*, 6(2), 213-225.
- Fiabani, A. (2005). *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular.
- Figueira, R. R. (2001). Emigração no Piauí: o aliciamento para a escravidão. Em M. L. Mendonça & E. Sydow (Orgs.), *Direitos humanos no Brasil 2001*. (pp. 79-91). São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
- Figueira, R. R. (2004). *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Finelli, R. (2001). As contradições da subjetividade: americanismo e fordismo em Antônio Gramsci. *Educação em foco*, 5(2), 53-62.
- Fischer, E. (1970). *O que Marx realmente disse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise do conteúdo*. Brasília: Líber Livro Editora.

- Franco, M. S. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP.
- Freyre, G. (2003). *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global.
- Furtado, C. (2001). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Genovese, E. (1976). *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Girardi, G. (1996). *Os excluídos construirão a nova história? O movimento indígena, negro e popular*. São Paulo: Ática.
- Glina, D. M. R., Rocha, L. E., Batista, M. L. & Mendonça, M. G. V. (2001). Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Caderno de saúde pública*, 17(3), 607-616.
- Gohn, M. G. (1991). *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola.
- Gonçalves, M. G. M. (2005). O método de pesquisa materialista histórico e dialético. Em A. A. Abrantes, N. R. Silva & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social*. (pp. 86-104). Petrópolis: Vozes.
- Gondim, S. M. G. & Silva, N. (2004). Motivação no trabalho. Em J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. (pp. 145-177). Porto Alegre: Artmed.
- Gorender, J. (2005). A forma plantagem de organização da produção escravista. Em J. P. Stedile (Org.), *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. (pp. 147-175). São Paulo: Expressão Popular.
- Goulart, F. A. A. (1993). Representações sociais, ação política e cidadania. *Caderno de saúde pública*, 9(4), 477-486.

- Guareschi, P. A. (1995). “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais*. (pp. 191-225). Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2002). Ideologia. Em M. G. C., Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A., Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea*. (pp. 89-103). Petrópolis: Vozes.
- Gurin, P., Nagda, B. R. A. & Lopez, G. E. (2004). The benefits of diversity in education for democratic citizenship. *Journal of social issues*, 60(1), 17-34.
- Hasenbalg, C. & Silva, N. V. (1988). *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice.
- Hasenbalg, C. (1978). *Race relations in post-abolition Brazil: the smooth preservation of racial inequalities*. Tese de doutorado. Berkeley: University of California.
- Hegel, G. W. F. (2000). *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes.
- Hegel, G. W. F. (2000). Philosophy of right. *Great books of the western world*, 43. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Hegel, G. W. F. (2001). *A razão na história*. São Paulo: Centauro.
- Henriques, R. (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: IPEA.
- Heringer, R. (2001). Desigualdades raciais no Brasil. Em M. L. Mendonça & E. Sydow (Orgs.), *Direitos humanos no Brasil 2001*. (pp. 159-172). São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
- Hobsbawn, E. J. (1996). *A revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawn, E. J. (2000). *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Ianni, O. (1962). *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Ianni, O. (1972). *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (2005). A formação do proletariado rural no Brasil. Em J. P. Stedile (Org.), *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. (pp. 127-146). São Paulo: Expressão Popular.
- Iokoi, Z. M. G. (1997). *O Brasil atual e a mundialização*, São Paulo: Loyola.
- IPEA. (2003). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: Autor.
- James, C. L. R. (2000). *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Jesus, C. M. (1960). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. Em A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade*. (pp. 47-67). Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Org.), *As representações sociais*. (pp. 17-44). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Jones, J. M. (1997). *Prejudice and racism*. New York: McGraw-Hill.
- Jovchelovitch, S. (1998). Re(des)cobrando o outro – para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. Em A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade*. (pp. 69-82). Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes.
- Karasek, R. A. (1979). Job demands, job decision latitude and mental strain: implications for job redesign. *Administrative science quarterly*, 24, 285-308.
- Keynes, J. M. (1992). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas.

- Kothe, F. R. (1997). *O cânone colonial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Kothe, F. R. (2000). *O cânone imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Lane, S. T. M. (1989). Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. Em S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento*. (pp. 40-47). São Paulo: Brasiliense.
- Le Breton, B. (2002). *Vidas roubadas: escravidão moderna na amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Loyola.
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(1), 11-19.
- Martins, J. S. (2002). *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Marx, K. (1994). Capital. *Great books of the western world*, 50. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Marx, K. (1997). *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marx, K. (2003). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mattoso, K. M. Q. (1989). *To be a slave in Brazil, 1550-1888*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Meillassoux, C. (1995). *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Meltzer, M. (2003). *História ilustrada da escravidão*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Mendes, A. M. & Morrone, C. F. (2002). Vivências de prazer-sofrimento e saúde psíquica no trabalho: trajetória conceitual e empírica. Em A. M. Mendes, L. O. Borges & M. C. Ferreira (Orgs.), *Trabalho em transição, saúde em risco*. (pp. 25-42). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2005). *Plano MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo*. Brasília: Autor.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (1985-2004). *Relatórios de fiscalização do trabalho escravo em fazendas*. Brasília: Autor.
- Mintzberg, H. (1983). *Power in and around organizations*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1981). *Psicología de las minorias activas*. Madrid: Ediciones Morata.
- Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. Em D. Jodelet (Org.), *As representações sociais*. (pp. 45-66). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moura, C. (1959). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi.
- Munanga, K. (1986). *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática.
- Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nascimento-Schulze, C. M. (1993). As representações sociais de pacientes portadores de câncer. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano*. (pp. 266-279). São Paulo: Brasiliense.
- Neves, M. A., Dulci, O. S., Souza, P. A., Somarriba, M., Le Ven, M. M., Paixão, A. L. & Andrade, L. T. (1996). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte.

- Odalía, N. (2004). A liberdade como meta coletiva. Em J. Pinsky & C. B. Pinsky. (Orgs.), *História da cidadania*. (pp. 159-169). São Paulo: Contexto.
- OIT. (2003). *Declaração tripartite de princípios sobre empresas multinacionais e política social*. Brasília: Estação Gráfica.
- Oliveira, A. U. & Stedile, J. P. (2005). *A natureza do agronegócio no Brasil*. Brasília: Via Campesina.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Teixeira, M. C. T. V. & Amaral, M. A. (2003). A escola e o trabalho entre adolescentes do ensino médio da cidade de São Paulo: uma análise de representações sociais. *Psicologia: teoria e prática*, 5(1), 27-39.
- Oliveira, F. O. & Werba, G. C. (2002). Representações sociais. Em M. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A., Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea*. (pp. 104-117). Petrópolis: Vozes.
- Osório, R. G. (2003). *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Brasília: IPEA.
- Paiva, L. (2003). *Brasil intensifica combate ao tráfico de seres humanos*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Justiça. Disponível eletronicamente na internet via http://www.mj.gov.br/noticias/2003/entrevistas/ENT280803-leila_paiva.htm
- Paixão, M. (2004). *O ABC das desigualdades raciais: um panorama da população negra através de uma leitura dos indicadores do Censo 2000*. Disponível eletronicamente na internet via http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/paixao_abc_das_desigualdades_raciais.pdf
- Paz, M. G. T. (1997). Avaliação de desempenho ocupacional e estruturas de poder. Em A. Tamayo (Org.), *Trabalho, organizações e cultura*. (pp. 151-172). São Paulo: Autores Associados.

- Paz, M. G. T. (1999). Justiça no trabalho e poder organizacional. Em M. G. T. Paz & A. Tamayo (Orgs.), *Escola, saúde e trabalho: estudos psicológicos*. (pp. 271-294). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pedreira, I. B. (2004). *Representações sociais de endividamento entre funcionários de uma instituição pública*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Pereira, C. & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16(3), 447-460.
- Pereira, C., Ribeiro, A. R. C. & Cardoso, S. J. (2004). Envolvimento nos direitos humanos e sistemas de valores. *Psicologia em estudo*, 9(1), 55-65.
- Pereira, C., Torres, A. R. R. & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16(1), 95-107.
- Pereira, J. S. (2003). *Vivências de prazer e sofrimento na atividade gerencial em empresa estratégica: o impacto dos valores organizacionais*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Pereira, M. L. C. (2005). *Cabanagem: a memória como campo de batalha*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Pinsky, J. (2004). Introdução. Em J. Pinsky & C. B. Pinsky (Orgs.), *História da cidadania*. (pp. 9-13). São Paulo: Contexto.
- Plassat, X. & Gonçalves, J. B. A. (2005). Escravidão: paradigma do agronegócio? Em A. U. Oliveira & J. P. Stedile (Orgs.), *A natureza do agronegócio no Brasil*. (pp. 45-50). Brasília: Via Campesina.

- Platão. (1994). The republic. *Great books of the western world*, 6. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- PNUD. (2004). *Atlas racial brasileiro*. Disponível eletronicamente na internet via http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php
- Pochmann, M., Amorim, R., Guerra, A., Moretto, A., Fonseca, A., Campos, A., Freitas, E., Silva, R. & Thiago, R. (2004). Atlas da exclusão social no Brasil. Em M. Pochmann & R. Amorim (Orgs.), *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Porto, M. S. G. (2004). Polícia e violência: representações sociais de elites policiais no Distrito Federal. *São Paulo em perspectiva*, 18(1), 132-141.
- Pratto, F., Liu, J. H., Levin, S., Sidanius, J., Shih, M., Bachrach, H. & Hegarty, P. (2000). Social dominance orientation and the legitimization of inequality across cultures. *Journal of cross-cultural psychology*, 31(3), 369-409.
- Presidência da República. (2003). *Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo*. Brasília: Autor.
- Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. (1995-2003). *Planilha PFDC – fazendas fiscalizadas*. Brasília: Autor.
- Rebelados do Engenho Santana. (2005). Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira. Em J. P. Stedile (Org.), *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. (pp. 307-309). São Paulo: Expressão Popular.
- Resende, P-E. A. (1996). A realidade brasileira e o neoliberalismo. Em E. Passetti, J. J. Queiroz, M. H. R. Capelato, O. Ianni, P-E. A. Resende & P. I. Singer (Orgs.), *Modernidade: globalização e exclusão*. (pp. 59-73). São Paulo: Imaginário.
- Ribeiro, A. S. M. (2005). *O movimento homossexual como o movimento de uma minoria ativa*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

- Rilke, R. M. (1994). *Cartas a um jovem poeta*. Lisboa: Contexto Editora.
- Roazzi, A., Federicci, F. C. B. & Carvalho, M. R. (2002). A questão do consenso nas representações sociais: um estudo do medo entre adultos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(2), 179-192.
- Rodrigues, A. (1996). *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, M. V. R. (2004). *Espinho: a desconstrução da racialização negra da escravidão*. Brasília: Thesaurus.
- Rudé, G. (1991). *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Sá, C. P., Souto, S. O. & Möller, R. C. (1993a). Socialização do saber acadêmico: um estudo sobre a vulgarização do saber científico. *Psicologia e práticas sociais*, 1(2), 23-49.
- Sá, C. P., Souto, S. O. & Möller, R. C. (1993b). Socialização do saber acadêmico: um estudo sobre as relações entre as iniciativas de divulgação científica e seus consumidores. *Psicologia e práticas sociais*, 1(3), 33-45.
- Schiochet, V. (1999). *O social pensado politicamente. A noção de sociedade civil e sua condição de inteligibilidade*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Silva, R. C. (2001). *Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas.
- Sorj, B., Pompermayer, M. J. & Coradini, O. L. (1982). *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2004). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.
- Sutton, A. (1994). *Trabalho Escravo*. Disponível eletronicamente na internet via <http://www.cptnac.com.br>
- SWAPO. (1987). *To be born a nation: the liberation struggle for Namíbia*. London: Zed Press.
- Taylor, D. M. & Moghaddam, F. M. (1994). *Theories of intergroup relations: international social psychological perspectives*. USA: Praeger Publishers.
- Valente, A. L. E. F. (1994). *O negro e a igreja católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – CECITEC / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Vasapollo, L. (2005). *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Véras, M. P. B. (2002). Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). Em B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão*. (pp. 27-50). Petrópolis: Vozes.
- Vidor, G. (2005). *Soja no azul*. Jornal o globo, caderno de economia, 17 de janeiro de 2005, p. 16.
- West, C. (1994). *Questão de raça*. São Paulo: Companhia das Letras.

ANEXOS

Anexo A

Tratado de Paz dos Escravos Rebelados do Engenho Santana⁸

⁸ A transcrição respeita *ipsis litteris* ortografia, pontuação e demais marcações da fonte bibliográfica.

“Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pellos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados

Meu Senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás ha de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber.

Em cada semana nos ha de dar os dias de sexta fr^a e de Sabado p^a trabalharmos p^a nós não tirando hum destes dias por cauza de dia St^o.

Para podermos viver nos hade dar Rede tarrafa e canoas.

Não nos hade obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quizer fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Faça huma barca grande p^a quando foi p^a a Bahia nós metermos as nossas cargas p^a não pagarmos frete.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha hade ser de cinco alqueires razos, pondo arrancadores bastantes p^a estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana hade ser de cinco mãos, e não de seis, e a des canas em cada freixe.

No barco hade pôr quatro varas, e hum p^a o Leme, e hum no leme puxa m^o por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de ser tres, e hum em cima.

A medida de lenha hade se ser como aqui se praticava, p^a cada medida hum cortador, e huma mulher p^a carregadeira.

Os actuais Feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nosso aprovação.

Nas moendas hade pôr quatro moedeiras, e duas guindas, e huma carcanha.

Em cada caldeira hade haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia Sabado hade haver Remediavelmente peija no Engenho.

Os marinheiros que andão na Lanxa alem de camisa de bacta que se lhes dá, hão deter Gibão de bacta, e todo vestuário necessario.

Poderemos plantar nosso arros onde quizermos, e em qualqr Brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou qualqr pau sem darmos parte p^a isso.

A estar por todos os artigos a cima, e concedernos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a o servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os maos costumes dos mais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença”.

Anexo B

Roteiro de Entrevista

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Descrição do trabalho

- a. Como é o seu trabalho?
- b. A rotina;
- c. As tarefas;
- d. As regras;
- e. As condições de trabalho;
- f. As relações profissionais e interpessoais;
- g. As relações com parceiros externos.

2) Sentimentos com relação ao trabalho

- a. O que você sente com relação ao seu trabalho?
- b. A satisfação;
- c. A insatisfação;
- d. Impressões pessoais com relação a si e aos outros.

3) Dificuldades encontradas no trabalho

- a. Quais dificuldades você encontra no seu trabalho?
- b. Falta de apoio financeiro, material, outros;

- c. Trabalho ideal X trabalho real;
- d. Limitações e problemas na ocupação do espaço;
- e. Relações problemáticas com chefias e colegas de trabalho.

4) Concepções relacionadas à dinâmica profissional

- a. Como o seu trabalho funciona?
- b. Definições acerca do funcionamento do trabalho;
- c. A lógica do trabalho;
- d. A interação com pessoas físicas e jurídicas externas;
- e. Concepções acerca de como o trabalho deveria funcionar.

5) Sentimentos relacionados à dinâmica profissional

- a. Você se sente reconhecido no seu trabalho?
- b. A contribuição pessoal para o trabalho;
- c. A contribuição do trabalho para a pessoa;
- d. Expectativas;
- e. Palavras finais: pedido para que o respondente relate alguma história acerca de trabalho escravo, de seu conhecimento, que lhe venha à mente.

Anexo C

Planilha de registro de juízes em análise de conteúdo

Anexo D

Formulário de dados pessoais dos respondentes

DADOS PESSOAIS

Sexo: feminino masculino

Local de trabalho: _____

Grau de escolaridade:

() 1ª a 4ª série () 5ª a 8ª série () 2º grau incompleto () 2º grau completo
 () 3º grau incompleto () 3º grau completo () Pós-graduação

Grau de escolaridade de sua mãe:

() Analfabeta () 1ª a 4ª série () 5ª a 8ª série () 2º grau incompleto
 () 2º grau completo () 3º grau incompleto () 3º grau completo
 () Pós-graduação

Grau de escolaridade de seu pai:

() Analfabeta () 1ª a 4ª série () 5ª a 8ª série () 2º grau incompleto
 () 2º grau completo () 3º grau incompleto () 3º grau completo
 () Pós-graduação

Você é o/a principal provedor/a da sua casa? () Sim () Não

Se não, quem é? () Minha mãe () Meu pai () Outros

Em sua casa trabalha empregada mensalista? () Sim () Não

Se sim, quantas? () 1 () 2 () 3 () 4 ou +

Marque no espaço correspondente quais desses itens, e quantos, você possui:

	NÃO TEM	TEM			
		1	2	3	4 ou +
Televisão em cores					
Rádio					
Banheiro					
Automóvel					
Aspirador de pó					
Máquina de lavar					
Videocassete					
DVD					
Geladeira					
Freezer (aparelho independente ou parte de geladeira duplex)					

Cor/Raça: preta parda indígena branca asiática